



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2024

Ultrapar Participações S.A.



Ipiranga

ultragaz



ultracargo



Hidrovias do Brasil

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Demonstrações do valor adicionado	10
1. Contexto operacional.....	11
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	14
3. Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis	17
4. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos e outros ativos financeiros	18
5. Contas a receber de clientes, financiamentos a clientes e demais contas a receber (Consolidado).....	20
6. Estoques (Consolidado)	22
7. Tributos a recuperar (Consolidado)	23
8. Sociedades relacionadas	25
9. Imposto de renda e contribuição social.....	30
10. Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade (Consolidado).....	35
11. Investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas	36
12. Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar (Consolidado)	41
13. Imobilizado (Consolidado).....	45
14. Intangível (Consolidado).....	48
15. Empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos (Consolidado)	51
16. Fornecedores (Consolidado)	56
17. Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)	57
18. Provisões e passivos contingentes (Consolidado).....	60
19. Bônus de subscrição – indenização.....	63
20. Patrimônio líquido	64
21. Receita líquida de vendas e serviços (Consolidado)	69
22. Custos, despesas e outros resultados operacionais por natureza	70
23. Resultado financeiro	71
24. Lucro por ação (Controladora e Consolidado)	71
25. Informações por segmento	72
26. Instrumentos financeiros (Consolidado)	76
27. Compromissos (Consolidado)	89
28. Aquisição de Participação e Controle.....	89
29. Eventos subsequente	95
Relatório da Administração.....	96
Parecer do Conselho Fiscal.....	116
Relatório anual do comitê de auditoria e riscos.....	117
Declaração CVM 80.....	120

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Ultrapar Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ultrapar Participações S.A. (“Sociedade”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ultrapar Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards” emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Realização dos Créditos de PIS e COFINS

Por que é um PAA?

Conforme divulgado na nota explicativa nº 7.a.2, em 31 de dezembro de 2024 o saldo dos créditos de PIS e COFINS, que totalizaram R\$3.172.417, pode ser utilizado para compensação com outros tributos federais ou podem ser restituídos pela Receita Federal através de pedido de ressarcimento, desde que dentro dos prazos legais.

O registro e a mensuração dos créditos de PIS e COFINS da Controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. envolvem elevado grau de julgamento pela Diretoria, tendo em vista a complexidade nas interpretações da legislação tributária aplicável, bem como as incertezas que envolvem expectativa de realização dos valores e elevado esforço da Diretoria para preparar os cálculos usados para mensurar e registrar esses créditos.

Este tema foi considerado um principal assunto de auditoria em função: (i) da relevância dos valores; (ii) da complexidade e do elevado grau de julgamento envolvido para avaliar e desafiar as premissas e julgamentos da Diretoria sobre a perspectiva de sua realização.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e a implementação das atividades de controles internos sobre os métodos, as premissas e os dados utilizados nas projeções que suportam a realização dos créditos tributários; (ii) a análise, os desafios e os testes sobre a metodologia e as premissas utilizadas para as projeções que suportam a realização dos créditos, incluindo a realização de indagações às áreas de negócios, tesouraria e controladoria acerca das premissas e projeções que suportam os resultados projetados e do desempenho histórico, análise retrospectiva de resultados, histórico de compensações e restituições dos impostos, incluindo a avaliação de evidências contraditórias; (iii) indagações à Diretoria; e (iv) a análise e avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que o tratamento contábil adotado na transação descrita anteriormente e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado - DVA referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Sociedade e apresentadas como informação suplementar para fins de "IFRS Accounting Standards", foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos uma auditoria de Grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do Grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão dos trabalhos de auditoria executados para os propósitos da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Daniel Corrêa de Sá
Contador
CRC nº SP-248616/O-3

Ultrapar Participações S.A. e Controladas



Balanços patrimoniais
 em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado			Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos						Passivos					
Circulantes						Circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	4.a	4.186	412.840	2.071.593	5.925.688	Fornecedores	16.a	25.423	26.772	3.518.385	4.682.671
Aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos e outros ativos financeiros	4.b	20.100	-	2.553.011	292.934	Fornecedores - convênio	16.b	-	-	1.014.504	1.039.366
Contas a receber de clientes	5.a	-	-	3.540.266	3.921.790	Empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos	15	-	-	3.175.017	1.075.672
Financiamentos a clientes	5.a	-	-	511.979	504.862	Debêntures	15	-	-	377.743	917.582
Contas a receber - venda de controladas	5.c	-	208.487	-	924.364	Salários e encargos sociais	-	44.191	51.148	480.285	494.771
Estoques	6	-	-	3.917.076	4.291.431	Obrigações tributárias	-	903	1.457	151.230	168.730
Tributos a recuperar	7.a	1.323	1.050	2.040.008	1.462.269	Contratos futuros de comercialização de energia	26.h	-	-	66.729	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.b	16.734	25.006	151.930	171.051	Dividendos a pagar	-	293.165	314.418	327.471	334.641
Contratos futuros de comercialização de energia	26.h	-	-	141.257	-	Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	175	-	322.074	551.792
Dividendos a receber	-	-	414.973	3.415	3.572	Benefícios pós-emprego	17.b	-	-	24.098	23.612
Demais contas a receber e outros ativos	-	95.859	105.229	294.769	263.806	Provisão para crédito de descarbonização	-	-	-	-	741.982
Despesas antecipadas	-	5.506	4.617	163.846	99.922	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18.a	431	907	47.788	45.828
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	10	-	-	658.571	787.206	Arrendamentos a pagar	12.b	3.012	2.389	316.460	311.426
Total dos ativos circulantes		143.708	1.172.202	16.047.721	18.648.895	Passivo financeiro de clientes	-	-	-	117.090	157.615
						Demais contas a pagar	-	2.069	5.260	554.327	683.970
						Total dos passivos circulantes		369.369	402.351	10.493.201	11.229.658
Não circulantes						Não circulantes					
Aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos e outros ativos financeiros	4.b	302.608	295.637	3.407.080	951.941	Empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos	15	-	-	6.393.232	5.585.372
Contas a receber de clientes	5.a	-	-	27.003	13.216	Debêntures	15	-	-	4.356.118	4.189.391
Financiamentos a clientes	5.a	-	-	766.045	550.641	Contratos futuros de comercialização de energia	26.h	-	-	48.047	-
Sociedades relacionadas	8.a; 8.b	7.076	6.677	48.309	31.892	Sociedades relacionadas	8.a	2.875	2.875	3.516	3.118
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	142.630	164.267	936.941	1.255.134	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	-	-	132.825	206
Tributos a recuperar	7.a	74	75	2.650.269	2.741.370	Benefícios pós-emprego	17.b	1.517	1.506	198.778	241.211
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.b	7.196	8.065	346.137	225.354	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18.a	197.396	188.757	610.572	1.258.302
Contratos futuros de comercialização de energia	26.h	-	-	263.438	-	Arrendamentos a pagar	12.b	5.698	6.197	1.168.692	1.212.508
Depósitos judiciais	18.a	12.615	18	446.076	1.032.717	Passivo financeiro de clientes	-	-	-	63.135	151.319
Ativo de indenização - combinação de negócios	18.c	-	-	126.098	124.927	Bônus de subscrição - indenização	19	47.745	87.299	47.745	87.299
Demais contas a receber e outros ativos	-	-	-	114.469	155.818	Provisão para passivo a descoberto de controladas, controladas em conjunto e coligadas	11	68.530	55.712	349	256
Despesas antecipadas	-	18.989	13.752	40.904	73.387	Demais contas a pagar	-	31.299	15.532	218.420	263.508
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	10	-	-	1.473.331	1.475.302	Total dos passivos não circulantes		355.060	357.878	13.241.429	12.992.490
						Patrimônio líquido					
Investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas	11	14.898.466	12.322.055	2.148.633	318.356	Capital social	20.a	6.621.752	6.621.752	6.621.752	6.621.752
Ativos de direito de uso, líquido	12	7.664	7.527	1.671.324	1.711.526	Instrumento patrimonial outorgado	20.b	108.253	75.925	108.253	75.925
Imobilizado, líquido	13	68.447	5.791	7.135.966	6.387.581	Reserva de capital	20.d	612.048	597.828	612.048	597.828
Intangível, líquido	14	273.674	270.658	1.908.330	2.553.917	Ações em tesouraria	20.c	(596.400)	(470.510)	(596.400)	(470.510)
Total dos ativos não circulantes		15.739.439	13.094.522	23.510.353	19.603.079	Reserva de reavaliação de controladas	20.e	3.632	3.802	3.632	3.802
						Reservas de lucros	20.f	7.987.100	6.389.559	7.987.100	6.389.559
						Ajustes de avaliação patrimonial	20.g	214.212	154.108	214.212	154.108
						Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	20.h	208.121	134.031	208.121	134.031
						Patrimônio líquido atribuível a:					
						Acionistas da Ultrapar	-	15.158.718	13.506.495	15.158.718	13.506.495
						Acionistas não controladores de controladas	11	-	-	664.726	523.331
						Total do patrimônio líquido		15.158.718	13.506.495	15.823.444	14.029.826
Total dos ativos		15.883.147	14.266.724	39.558.074	38.251.974	Total dos passivos e do patrimônio líquido		15.883.147	14.266.724	39.558.074	38.251.974

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		01/01/2024	01/01/2023	01/01/2024	01/01/2023
		a 31/12/2024	a 31/12/2023	a 31/12/2024	a 31/12/2023
Receita líquida de vendas e serviços	21	-	-	133.498.913	126.048.701
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	22	-	-	(123.811.893)	(116.730.469)
Lucro bruto		-	-	9.687.020	9.318.232
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas e comerciais	22	-	-	(2.499.547)	(2.253.226)
Gerais e administrativas	22	(48.834)	(65.850)	(1.872.092)	(2.018.159)
Resultado na venda de bens		59	5	171.837	121.935
Outros resultados operacionais, líquidos	22	18.343	46.776	(414.092)	(602.865)
Lucro (prejuízo) operacional antes da equivalência patrimonial, do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social		(30.432)	(19.069)	5.073.126	4.565.917
Participação nos lucros (prejuízos) de coligadas, controladas e controladas em conjunto	11	2.380.009	2.490.504	(127.182)	11.908
Amortização de mais valia de coligadas	11	-	-	(2.493)	-
Resultado total de equivalência patrimonial		2.380.009	2.490.504	(129.675)	11.908
Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social		2.349.577	2.471.435	4.943.451	4.577.825
Receitas financeiras	23	68.869	96.949	881.074	880.884
Despesas financeiras	23	(20.959)	(115.732)	(1.813.008)	(1.880.014)
Resultado financeiro líquido	23	47.910	(18.783)	(931.934)	(999.130)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.397.487	2.452.652	4.011.517	3.578.695
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	9.b; 9.c	(13.217)	(26.641)	(1.124.664)	(1.396.317)
Diferidos	9.b	(21.530)	13.784	(360.953)	335.375
		(34.747)	(12.857)	(1.485.617)	(1.060.942)
Lucro líquido do exercício		2.362.740	2.439.795	2.525.900	2.517.753
Lucro atribuível a:					
Acionistas da Ultrapar		2.362.740	2.439.795	2.362.740	2.439.795
Acionistas não controladores de controladas	11	-	-	163.160	77.958
Lucro líquido por ação do capital social total (média ponderada do exercício) - R\$					
Básico	24	2,1438	2,2272	2,1438	2,2272
Diluído	24	2,1141	2,2081	2,1141	2,2081

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar		2.362.740	2.439.795	2.362.740	2.439.795
Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas		-	-	163.160	77.958
Lucro líquido do exercício		<u>2.362.740</u>	<u>2.439.795</u>	<u>2.525.900</u>	<u>2.517.753</u>
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros de controladas, controladas em conjunto e coligadas, líquido de imposto de renda e contribuição social	20.g	8.495	(7.399)	8.495	(7.399)
Ajustes de conversão de coligadas, líquidos de imposto de renda e contribuição social	20.g	36.134	-	36.134	-
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
Ganhos (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego, líquidos de impostos de renda e contribuição social	20.g	15.475	(18.467)	25.218	(32.971)
Resultado abrangente do exercício		<u>2.422.844</u>	<u>2.413.929</u>	<u>2.595.747</u>	<u>2.477.383</u>
Resultado abrangente do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar		2.422.844	2.413.929	2.422.844	2.413.929
Resultado abrangente do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas		-	-	172.903	63.454

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
 (Em milhares de Reais, exceto o valor dos dividendos por ações)

	Nota explicativa	Capital social	Instrumento patrimonial outorgado	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva de reavaliação de controladas	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	Patrimônio líquido atribuível a:		
							Legal	Estatutária para investimentos	Ajuste de avaliação patrimonial			Acionistas da Ultrapar	Acionistas não controladores (i)	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		5.171.752	43.987	599.461	(479.674)	3.975	882.575	5.228.561	179.974	-	78.130	11.708.741	466.227	12.174.968
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.439.795	-	2.439.795	77.958	2.517.753
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.866)	-	-	(25.866)	(14.504)	(40.370)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.866)	2.439.795	-	2.413.929	63.454	2.477.383
Emissão de ações referente ao bônus de subscrição - indenização	-	-	-	560	-	-	-	-	-	-	-	560	-	560
Instrumento patrimonial outorgado	8.d; 20.b	-	31.938	(2.193)	9.164	-	-	-	-	-	-	38.909	-	38.909
Realização da reserva de reavaliação por depreciação de controladas	-	-	-	-	-	(173)	-	-	-	60	-	(113)	-	(113)
Aumento de capital com reservas	20.a	1.450.000	-	-	-	-	(882.575)	(567.425)	-	-	-	-	-	-
Transação com sócios - alteração de participação	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2	-	2
Perda devido a alteração de participação em investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(45)	(45)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.048	-	2.048	-	2.048
Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído a acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.145)	(11.145)
Participação de acionistas não controladores em controlada adquirida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.303	24.303
Destinação do resultado líquido:														
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	121.990	-	-	(121.990)	-	-	-	-
Reserva estatutária para investimentos	-	-	-	-	-	-	-	1.606.431	-	(1.606.431)	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório complementar (R\$ 0,28 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(305.653)	-	(305.653)	-	(305.653)
Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios (R\$ 0,12 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(134.031)	134.031	-	-	-
Dividendos atribuíveis a acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.463)	(19.463)
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(78.130)	(78.130)	-	(78.130)
Dividendos intermediários (R\$ 0,25 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(273.798)	-	(273.798)	-	(273.798)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		6.621.752	75.925	597.828	(470.510)	3.802	121.990	6.267.569	154.108	-	134.031	13.506.495	523.331	14.029.826
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.362.740	-	2.362.740	163.160	2.525.900
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	60.104	-	-	60.104	9.743	69.847
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	60.104	2.362.740	-	2.422.844	172.903	2.595.747
Emissão de ações referente ao bônus de subscrição - indenização	-	-	-	6.452	-	-	-	-	-	-	-	6.452	-	6.452
Instrumento patrimonial outorgado	8.d; 20.b	-	32.328	2.069	23.055	-	-	-	-	-	-	57.452	6	57.458
Aquisição de ações em tesouraria	20.c	-	-	-	(148.945)	-	-	-	-	-	-	(148.945)	-	(148.945)
Realização da reserva de reavaliação por depreciação de controladas	-	-	-	-	-	(170)	-	-	-	170	-	-	-	-
Constituição de reserva	-	-	-	5.699	-	-	-	-	-	-	-	5.699	(36)	5.663
Transação com sócios - alteração de participação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	534	-	534	309	843
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.369	-	3.369	-	3.369
Participação de acionistas não controladores em controlada adquirida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	112.160	112.160
Destinação do resultado líquido:														
Reserva legal	20.f	-	-	-	-	-	118.137	-	-	(118.137)	-	-	-	-
Reserva estatutária para investimentos	20.f	-	-	-	-	-	-	1.479.404	-	(1.479.404)	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório complementar do exercício (R\$ 0,26 por ação)	20.i	-	-	-	-	-	-	-	-	(285.180)	-	(285.180)	-	(285.180)
Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios (R\$ 0,19 por ação)	20.i	-	-	-	-	-	-	-	-	(208.121)	208.121	-	-	-
Juros sobre capital próprio atribuíveis a acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(105.590)	(105.590)
Dividendos atribuíveis a acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(38.357)	(38.357)
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	20.h	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(134.031)	(134.031)	-	(134.031)
Dividendos intermediários (R\$ 0,25 por ação)	20.h	-	-	-	-	-	-	-	-	(275.971)	-	(275.971)	-	(275.971)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		6.621.752	108.253	612.048	(596.400)	3.632	240.127	7.746.973	214.212	-	208.121	15.158.718	664.726	15.823.444

(i) São substancialmente representados pelos acionistas não controladores da Iconic.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)



Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	01/01/2024	01/01/2023	01/01/2024	01/01/2023
	a	a	a	a
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício de operações continuadas	2.362.740	2.439.795	2.525.900	2.517.753
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais				
Participação nos lucros (prejuízos) de coligadas, controladas e controladas em conjunto e amortização de mais valia de coligadas	11	(2.380.009)	(2.490.504)	129.675
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	10	-	-	555.083
Amortização de ativos de direito de uso	12	2.864	2.291	312.060
Depreciações e amortizações	13; 14	15.808	10.216	900.673
Juros, derivativos, variações monetárias e cambiais	-	13.122	23.336	1.557.814
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	9.b	34.747	12.857	1.485.617
Resultado na venda ou baixa de bens e demais ativos	-	(35.298)	(33.983)	(207.076)
Instrumento patrimonial outorgado	-	32.959	14.400	57.458
Resultado do valor justo de contratos de energia	-	-	-	(64.287)
Provisão de descarbonização – CBIOS e créditos de carbono	-	-	-	584.371
Demais provisões e ajustes	-	15.080	(16.069)	147.800
		62.013	25.457	7.821.219
				7.413.243
(Aumento) diminuição nos ativos				
Contas a receber e financiamentos a clientes	5	-	-	180.339
Estoques	6	-	-	371.244
Tributos a recuperar	-	(798)	(11.226)	(1.642.714)
Dividendos recebidos de controladas, coligadas e controladas em conjunto	-	1.584.885	1.516.847	2.028
Outros ativos	-	(30.090)	(24.909)	(114.528)
				(87.797)
Aumento (diminuição) nos passivos				
Fornecedores e fornecedores convênios	16	(1.349)	(19.763)	(1.209.636)
Salários e encargos sociais	-	(6.957)	(25.209)	(17.019)
Obrigações tributárias	-	(554)	13	(23.512)
Outros passivos	-	(57)	54.656	(160.331)
				218.523
Aquisição de CBIOS e créditos de carbono	14	-	(389)	(713.453)
Pagamentos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	10	-	-	(418.250)
Pagamento de contingências	-	-	(15)	(30.896)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(3.433)	(123)	(308.915)
				(268.558)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.603.660	1.515.339	3.735.576
				3.849.822
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras, líquidas de resgates	4.b	(213.003)	(272.011)	(4.202.032)
Aquisição de imobilizado e intangível	13; 14	(81.479)	(24.569)	(1.787.175)
Caixa gerado com a venda de investimentos e outros ativos	-	264.564	231.979	1.386.252
Aporte de capital em controladas, coligadas e controladas em conjunto	-	(1.124.230)	(422.886)	-
Redução de capital em controladas, coligadas e controladas em conjunto	11	-	1.093.204	522
Caixa líquido consumido na compra de investimentos e outros ativos	-	-	(60.930)	(1.785.517)
				(324.125)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos		(1.154.148)	544.787	(6.387.950)
				(1.021.555)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures				
Captação	15	-	-	4.179.974
Amortização	15	-	(1.725.000)	(2.718.953)
Juros e derivativos (pagos) ou recebidos	15	7.838	(137.891)	(1.117.562)
Pagamentos de arrendamentos				
Principal	12.b	(2.743)	(2.136)	(285.404)
Juros pagos	12.b	(852)	(705)	(148.084)
Dividendos pagos	-	(713.066)	(380.898)	(833.658)
Captações de passivo financeiro de clientes	-	-	-	-
Pagamentos de passivo financeiro de clientes	-	-	-	7.812
Aumento de capital realizado por acionistas não controladores e resgate de cotas	-	-	(159.897)	(197.891)
Recompra de ações para tesouraria	-	(148.945)	149	13.500
Sociedades relacionadas	-	(398)	(6.266)	(148.945)
				(15.073)
				(31.238)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos		(858.166)	(2.252.747)	(1.234.102)
				(2.494.396)
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira				
	-	-	-	32.381
				(29.952)
Aumento (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa				
	-	(408.654)	(192.621)	(3.854.095)
				303.919
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.a	412.840	605.461	5.925.688
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4.a	4.186	412.840	2.071.593
				5.925.688
Transações sem efeito caixa:				
Adições em ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar	12.a	-	-	342.332
Adições em ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-	-	-	5.627
Reclassificação entre ativo financeiro e investimento em coligadas	11	-	-	645.333
Transferência entre contas a receber e outros ativos	-	-	-	-
Emissão de ações referente ao bônus de subscrição - indenização - aquisição Extrafarma	-	6.452	411	6.452
Aquisições de imobilizado e intangível sem efeito caixa	-	-	-	42.180
Aporte de capital em controladas em ações	-	133.552	-	-
Levramento de depósitos judiciais com contingências tributárias	-	-	-	610.168
				-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas



Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas					
Receita bruta de vendas e serviços, exceto aluguéis e royalties		-	-	138.927.497	130.120.745
Abatimentos, descontos e devoluções		-	-	(1.122.338)	(1.013.600)
Perdas (recuperação) estimadas de créditos de liquidação duvidosa	5	-	-	(3.744)	22.815
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	10	-	-	(555.083)	(607.447)
Resultado na venda de bens e outros resultados operacionais, líquidos		18.402	46.781	(242.255)	(480.930)
		18.402	46.781	137.004.077	128.041.583
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos das mercadorias, produtos e serviços vendidos		-	-	(124.034.095)	(116.948.122)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		207.435	175.338	(1.775.717)	(1.646.794)
Provisão para perdas de valores de ativos		-	-	735	21.210
		207.435	175.338	(125.809.077)	(118.573.706)
Valor adicionado bruto		225.837	222.119	11.195.000	9.467.877
Retenções					
Depreciações e amortizações de ativos intangíveis e ativos de direito de uso	12.a; 13; 14	(18.672)	(12.507)	(1.212.733)	(1.146.277)
Valor adicionado líquido produzido pela Sociedade		207.165	209.612	9.982.267	8.321.600
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado total de equivalência patrimonial	11	2.380.009	2.490.504	(129.675)	11.908
Aluguéis e royalties		-	-	319.809	316.575
Receitas financeiras	23	68.869	96.949	881.074	880.884
		2.448.878	2.587.453	1.071.208	1.209.367
Valor adicionado total a distribuir		2.656.043	2.797.065	11.053.475	9.530.967
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos					
Remuneração direta		167.659	159.812	1.494.898	1.448.728
Benefícios		27.473	25.052	434.927	408.211
FGTS		7.656	9.035	107.666	98.656
Outros		7.413	7.219	268.559	120.234
		210.201	201.118	2.306.050	2.075.829
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		62.228	40.614	3.671.136	2.452.578
Estaduais		-	-	519.824	411.320
Municipais		305	366	162.873	150.813
		62.533	40.980	4.353.833	3.014.711
Despesas financeiras e aluguéis					
Juros, variação cambial e instrumentos financeiros		75	45.637	1.650.376	1.587.027
Aluguéis		4.178	4.905	113.328	96.012
Outros		16.316	64.630	103.988	239.635
		20.569	115.172	1.867.692	1.922.674
Remuneração de capital próprio					
Dividendos		275.971	713.482	561.151	732.945
Juros sobre capital próprio		-	-	105.590	-
Lucros retidos		2.086.769	1.726.313	1.859.159	1.784.808
		2.362.740	2.439.795	2.525.900	2.517.753
Valor adicionado distribuído		2.656.043	2.797.065	11.053.475	9.530.967

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 1.343 em São Paulo – SP, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o código UGPA3, e na Bolsa de Nova Iorque (“NYSE”) por meio de *American Depositary Receipts* (“ADRs”) nível III sob o código UGP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua na distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (“Ipiranga” ou “IPP”) e na prestação de serviços de armazenagem de grãos líquidos (“Ultracargo”). As informações sobre os segmentos estão apresentadas na nota explicativa nº 25.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração da Sociedade em 26 de fevereiro de 2025.

a. Princípios de consolidação e participações societárias

a.1 Princípios de consolidação

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações de uma controlada em outra, os saldos das contas ativas e passivas, as transações de receitas, custos e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e do lucro líquido consolidados.

A consolidação de uma controlada se inicia quando a Sociedade obtém o controle direto ou indireto de uma companhia e se encerra quando deixa de ter este controle. As receitas e despesas de uma controlada adquirida estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado a partir da data em que a Sociedade obtém o seu controle. As receitas e despesas de uma controlada em que sua controladora deixa de ter o controle estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado até a data em que ocorre a perda de controle.

Quando necessário são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das controladas para adequação às políticas contábeis da Sociedade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

a.2 Participações societárias

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

	Localidade	Segmento	% participação arredondados			
			31/12/2024		31/12/2023	
			Direto	Indireto	Direto	Indireto
Ultrapar Mobilidade Ltda.	Brasil	Ipiranga	100	-	100	-
Centro de Conveniências Millennium Ltda. e subsidiárias	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Neodiesel Ltda. ⁽¹⁾	Brasil	Ipiranga	-	100	-	-
Serra Diesel Transportador Revendedor Retalhista Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	60	-	60
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. ⁽²⁾	Brasil	Ipiranga	-	100	100	-
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Glazed Brasil S.A. ⁽³⁾	Brasil	Ipiranga	-	55	-	-
Icorban - Correspondente Bancário Ltda. ⁽⁴⁾	Brasil	Ipiranga	-	-	-	100
Ipiranga Trading Limited	Ilhas Virgens Britânicas	Ipiranga	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda. ⁽⁵⁾	Brasil	Ipiranga	-	-	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Iconic Lubrificantes S.A.	Brasil	Ipiranga	-	56	-	56
Integra Frotas Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Irupé Biocombustíveis Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Trading North America LLC. ⁽⁶⁾	Estados Unidos	Ipiranga	-	100	-	-
Ipiranga Trading Middle East DMCC	Dubai	Ipiranga	-	100	-	-
Ipiranga Trading Europe S.A. ⁽⁶⁾	Suíça	Ipiranga	-	100	-	-
Eaí Clube Automobilista S.A. ⁽⁷⁾	Brasil	Ipiranga	-	100	100	-
Abastece Aí Participações S.A.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Abastece Aí Clube Automobilista Instituição de Pagamento Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Companhia Ultragaz S.A. ⁽⁸⁾	Brasil	Ultragaz	99	-	-	99
Ultragaz Participações Ltda. ⁽⁸⁾	Brasil	Ultragaz	-	-	100	-
Ultragaz Energia Ltda. e subsidiárias	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Nova Paraná Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A.	Brasil	Ultragaz	-	57	-	57
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
NEOGás do Brasil Gás Natural Comprimido S.A.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Wtz Participações S.A. ⁽⁹⁾	Brasil	Ultragaz	-	52	-	-
UVC Investimentos Ltda.	Brasil	Outros	100	-	100	-
Ultrapar Logística Ltda. ⁽¹⁰⁾	Brasil	Ultracargo	100	-	100	-
Ultracargo Logística S.A.	Brasil	Ultracargo	-	99	-	99
Ultracargo Soluções Logísticas S.A.	Brasil	Ultracargo	-	100	-	100
Ultrapar International S.A.	Luxemburgo	Outros	100	-	100	-
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	Outros	100	-	100	-
UVC - Fundo de investimento em participações multiestratégia investimento no exterior ⁽¹¹⁾	Brasil	Outros	-	-	100	-

⁽¹⁾ Companhia constituída em 16 de maio de 2024 tendo como objeto a participação no capital de outras sociedades.

⁽²⁾ Em 02 de janeiro de 2024 a controlada direta Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. ("Ipiranga"), passou a ser controlada pela Ultrapar Mobilidade Ltda.

⁽³⁾ Companhia ("Krispy Kreme") constituída em 08 de março de 2024 tendo como objeto o comércio, indústria, depósito, exportação e importação de produtos alimentares, naturais e industrializados, no atacado e varejo.

⁽⁴⁾ Em 01 de agosto de 2024 foi aprovada a incorporação da sociedade pela Ipiranga.

⁽⁵⁾ Em 01 de novembro de 2024 foi aprovada a incorporação da sociedade pela Ipiranga.

⁽⁶⁾ Companhias constituídas como subsidiárias da Ipiranga no exterior (Ipiranga Trading North America LLC. constituída em 28 de fevereiro de 2024, Ipiranga Trading Europe S.A. constituída em 12 de janeiro de 2024), tendo como objeto a representação comercial, comércio, exportação e importação de combustíveis.

⁽⁷⁾ Em 02 de janeiro de 2024 a controlada direta Eaí Clube Automobilista S.A., passou a ser controlada pela Ipiranga.

⁽⁸⁾ Em 01 de agosto de 2024 foi aprovada a incorporação da sociedade pela Companhia Ultragaz S.A., que passou a ser controlada direta da Ultrapar.

⁽⁹⁾ Em 01 de setembro de 2024, por meio de sua controlada Companhia Ultragaz S.A., adquiriu 52% de participação na Wtz Participações S.A.

⁽¹⁰⁾ Em 19 de fevereiro de 2024 a razão social da controlada Ultracargo Operações Logísticas e Participações Ltda. foi alterada para Ultrapar Logística Ltda.

⁽¹¹⁾ Em 10 de dezembro de 2024 a Sociedade transferiu a totalidade de suas cotas para a UVC investimentos Ltda.

b. Principais eventos ocorridos no exercício***b.1 Aquisição de participação acionária relevante na Hidrovias***

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade por meio de sua controlada Ultrapar Logística, adquiriu participação relevante na Hidrovias do Brasil S.A. ("Hidrovias"), alinhada à estratégia da Ultrapar de expandir sua presença em setores expostos ao agronegócio brasileiro, principalmente nas regiões Centro-Oeste e Norte, investindo em empresas em que pode contribuir com conhecimento estratégico, operacional, administrativo e financeiro, sendo acionista de referência estratégico e de longo prazo. Para maiores informações, vide nota explicativa nº 28.a.

b.2 Aquisição de participação na Witzler pela Ultragaz

Em 01 de setembro de 2024 adquiriu por meio de sua subsidiária Ultragaz 51,7% de participação da Witzler Participações S.A. ("Witzler"). O valor da aquisição foi de R\$ 104.490, dos quais R\$ 49.490 foram aportados na empresa adquirida via aumento de capital e R\$ 55.000 foram pagos considerando os ajustes de preço no fechamento da transação. Em adição, há uma parcela de R\$ 45.384 sujeita a determinadas condições de performance a ser aferida em até 12 meses. Para maiores informações, vide nota explicativa nº 28.b.

b.3 Aquisição de postos de serviços do Grupo Pão de Açúcar pela subsidiária Millennium

Em 10 de junho de 2024, por meio de sua subsidiária Centro de Conveniências Millenium Ltda., a Sociedade assinou contrato para a aquisição de 49 postos de serviços do Grupo Pão de Açúcar, localizados no estado de São Paulo, pelo valor de R\$ 130.000. O CADE aprovou a transação em 22 de julho de 2024 e em 13 de agosto de 2024 foi feito o pagamento de R\$ 90.000 a título de adiantamento e não houve demais movimentações até 31 de dezembro de 2024. O fechamento da transação está sujeito às demais condições precedentes.

b.4 Programa de recompra de ações de emissão

Em 28 de novembro de 2024, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de Ações de Emissão da Ultrapar ("Programa").

O Programa está limitado a aquisição máxima de 25.000.000 de ações ordinárias e terá a duração de até 12 (doze) meses, contados a partir de 02 de dezembro de 2024. Para maiores informações, vide nota explicativa nº 20.c.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas (“demonstrações financeiras”) identificadas como Controladora e Consolidado foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“*IFRS Accounting Standards*”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas:

- a. utilizando políticas e práticas contábeis consistentes na Ultrapar e nas suas controladas em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.
- b. em milhares de Reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Sociedade, exceto se exposto de outra forma.
- c. considera todas as informações relevantes próprias e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Sociedade e suas controladas.
- d. de acordo com os julgamentos, estimativas e premissas da Administração na aplicação das políticas contábeis que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes. A incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros.
- e. com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:
 - (i) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo;
 - (ii) pagamentos baseados em ações e benefícios a empregados mensurados pelo valor justo;
 - (iii) custo atribuído ao ativo imobilizado.

Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis são apresentadas em suas respectivas notas explicativas, exceto por aquelas descritas abaixo:

a. Transações em moeda estrangeira

As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação.

b. Base para conversão das demonstrações financeiras de controladas sediadas no exterior

b.1 Controladas sem autonomia administrativa

A Sociedade possui controladas sediadas no exterior, que não possuem autonomia administrativa. Os ativos e passivos das controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro.

c. Uso de estimativas, premissas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização e divulgação de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e de suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data-base da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

c.1 Julgamentos

As informações sobre os julgamentos realizados estão incluídas na: determinação de controle de sociedades controladas, determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto e determinação de influência significativa sobre sociedades coligadas (nota explicativa nº 11).

c.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas estão incluídas na: determinação do valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos (notas explicativas nº 4, 15 e 26), determinação das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 5), determinação da provisão para perdas em estoques (nota explicativa nº 6), as estimativas da realização de IRPJ e CSLL diferidos (nota explicativa nº 9), valor de realização dos tributos a recuperar (nota explicativa nº 7), vida útil e taxa de desconto de ativos de direitos de uso (nota explicativa nº 12), vida útil do ativo imobilizado (nota explicativa nº 13), vida útil do ativo intangível e valor recuperável dos ativos, incluindo os ágios (nota explicativa nº 14), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 18), estimativas para elaboração de laudo atuarial (nota explicativa nº 17), determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização (nota explicativa nº 19 e 26) e definição do valor justo da contraprestação contingente definida para aquisição de participações (nota explicativa nº 28). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

d. Redução ao valor recuperável de ativos

A Sociedade e suas controladas revisam trimestralmente a existência de indicadores de desvalorização de ativos. Para ativos intangíveis com vida útil indefinida a revisão é feita anualmente ou, com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Se houver alguma indicação de desvalorização a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não são avaliados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (unidades geradoras de caixa, “UGC”). As UGCs identificadas para avaliação do valor recuperável, são semelhantes aos segmentos reportados nas demonstrações financeiras. O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

Para avaliar o valor em uso foram consideradas as projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados é menor que o seu valor contábil a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Sociedade e suas controladas não possuem registro de redução ao valor recuperável de ativos.

e. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos de provisões para perdas e, se aplicável, ajustados a valor presente.

f. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por montantes conhecidos ou calculáveis, acrescidos das variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

g. Demonstrações do valor adicionado

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. As demonstrações do valor adicionado são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras aplicáveis às Companhias abertas, conforme Lei 11.638/07, enquanto para IFRS Accounting Standards representam informação financeira suplementar.

h. Demonstrações dos fluxos de caixa

A Sociedade e suas controladas apresentam os juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar nas atividades de financiamentos e apresentam as aplicações financeiras em bases líquidas dos resgates na atividade de investimento e os dividendos recebidos nas atividades operacionais.

3. Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis

A Sociedade avaliou e, quando necessário, aplicou pela primeira vez as novas normas e interpretações emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e na data de autorização das demonstrações financeiras não identificou impactos relevantes nas divulgações ou nos valores apresentados.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando informações da Ultrapar e de suas controladas na mesma data-base, bem como políticas e práticas contábeis consistentes.

a. Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis**a.1 Políticas contábeis adotadas**

As seguintes novas normas, emendas às normas e interpretações às IFRS Accounting Standards emitidas pelo IASB vigentes em/ou após 1 de janeiro de 2024 não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024:

- IAS 1 – Passivos não circulantes com covenants e classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
- CPC 06 / IFRS 16 (R2) – Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”
- CPC 09 (R1) – Demonstração do valor adicionado
- IFRS 7/ CPC 03 e IAS 7/ CPC 40 – Acordos de Financiamento de Fornecedores
- IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto

a.2 Políticas contábeis não adotadas

As seguintes novas normas, emendas às normas e interpretações às IFRS Accounting Standards emitidas pelo IASB não foram adotadas pois não estão vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A Sociedade e suas controladas pretendem adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicáveis, quando entrarem em vigor e não esperam ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas futuras:

- IFRS 18/ CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis
- IAS 21 / CPC 02 – Efeitos das alterações nas taxas de câmbio
- IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública
- OCPC 10 – Créditos de carbono

4. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos e outros ativos financeiros**Política contábil**

Caixa e equivalentes de caixa são compostos pelos saldos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo com vencimento até 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos e aplicações financeiras que não se enquadram na classificação de caixa e equivalentes de caixa são apresentados como aplicações financeiras em rubrica segregada no balanço patrimonial.

A classificação dos instrumentos financeiros ativos ocorreu conforme os modelos de gerenciamento da Sociedade e suas controladas e está apresentada na nota explicativa nº 26.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

a. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	120	408	211.047	77.488
Em moeda estrangeira	-	-	194.793	47.664
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos em moeda nacional	4.066	412.432	1.286.152	5.476.726
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos em moeda estrangeira	-	-	379.601	323.810
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.186</u>	<u>412.840</u>	<u>2.071.593</u>	<u>5.925.688</u>

b. Aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos e outros ativos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos em moeda nacional	320.101	-	2.271.979	82.592
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos em moeda estrangeira (a)	-	-	2.854.126	-
Instrumentos financeiros derivativos e outros ativos financeiros ao valor justo (b)	<u>2.607</u>	<u>295.637</u>	<u>833.986</u>	<u>1.162.283</u>
Total de aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos	<u>322.708</u>	<u>295.637</u>	<u>5.960.091</u>	<u>1.244.875</u>
Circulante	20.100	-	2.553.011	292.934
Não circulante	302.608	295.637	3.407.080	951.941

(a) Refere-se substancialmente a aplicações financeiras em *Time Deposits* realizados pela controlada Ultrapar International.

(b) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda retido na fonte (vide nota explicativa nº 26.f).

5. Contas a receber de clientes, financiamentos a clientes e demais contas a receber (Consolidado)

Política contábil

Contas a receber de clientes representam valores a receber pela venda de produtos e serviços prestados pelas controladas da Sociedade, sendo registrados pelo valor nominal faturado na data da venda.

Financiamentos a clientes são concedidos com o objetivo de fomentar a reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes. Os valores são financiados com prazo médio para pagamento de 12 a 60 meses com incidência de juros e atualização monetária. A remensuração é realizada a uma taxa de mercado para empréstimos de capital de giro e são reconhecidos no resultado financeiro.

As perdas de crédito esperadas são mensuradas de acordo com abordagem simplificada do IFRS 9, utilizando uma matriz de provisão baseada nas perdas esperadas para todo o saldo de contas a receber. As perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa consideram a expectativa de perdas para os próximos 12 meses, levando-se em consideração a deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes e suas características em cada segmento de negócios. As estimativas de perda de crédito são calculadas pela abordagem da perda esperada, considerando a probabilidade de inadimplência. As taxas de perda são determinadas pela média de avanço dos valores a receber por estágios de inadimplência até a baixa completa. Esse cálculo inclui a pontuação de risco de crédito de cada exposição, baseada em dados preditivos e na experiência em avaliação de crédito.

O montante da provisão de perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber.

a. Contas a receber de clientes e financiamentos a clientes

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de clientes		
Clientes nacionais	3.885.310	4.183.696
Clientes nacionais - partes relacionadas (nota explicativa nº 8)	301	78
Clientes estrangeiros	19.032	82.634
Clientes estrangeiros - partes relacionadas (nota explicativa nº 8)	8.361	3.065
	<u>3.913.004</u>	<u>4.269.473</u>
(-) Provisão para perdas esperadas	<u>(345.735)</u>	<u>(334.467)</u>
Total - Contas a receber de clientes	<u>3.567.269</u>	<u>3.935.006</u>
Circulante	3.540.266	3.921.790
Não circulante	27.003	13.216
Financiamentos a clientes		
Financiamentos a clientes – Ipiranga	1.404.883	1.189.886
(-) Provisão para perdas esperadas	<u>(126.859)</u>	<u>(134.383)</u>
Total - Financiamentos a clientes	<u>1.278.024</u>	<u>1.055.503</u>
Circulante	511.979	504.862
Não circulante	766.045	550.641

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

b. Provisão para perdas esperadas – Contas a receber de clientes e financiamentos a clientes

A movimentação da provisão para perdas esperadas de contas a receber de clientes e financiamentos a clientes é assim demonstrada:

	Contas a receber	Financiamento a clientes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	322.753	173.287	496.040
Adições	115.090	28.472	143.562
Reversões	(76.762)	(59.436)	(136.198)
Baixas	(26.614)	(7.940)	(34.554)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	334.467	134.383	468.850
Adições	114.691	31.931	146.622
Reversões	(85.549)	(37.126)	(122.675)
Baixas	(17.874)	(2.329)	(20.203)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	345.735	126.859	472.594

A tabela a seguir fornece informações sobre as exposições ao risco de crédito, resultantes dos saldos de contas a receber de clientes e financiamentos a clientes.

	31/12/2024			31/12/2023		
	Taxa média ponderada de perda esperada	Saldo contábil bruto	Provisão para perdas esperada	Taxa média ponderada de perda esperada	Saldo contábil bruto	Provisão para perdas esperadas
A vencer	0,55%	4.289.620	23.517	0,55%	4.412.278	24.131
0 a 30 dias	3,14%	141.756	4.452	7,62%	61.451	4.683
31 a 60 dias	20,26%	40.402	8.186	4,92%	57.753	2.841
61 a 90 dias	14,96%	27.360	4.093	15,29%	23.845	3.646
91 a 180 dias	30,37%	57.289	17.396	32,91%	47.430	15.609
> 180 dias	54,49%	761.460	414.950	48,79%	856.602	417.940
		<u>5.317.887</u>	<u>472.594</u>		<u>5.459.359</u>	<u>468.850</u>

c. Contas a receber - venda de controladas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Venda da controlada Oxitenio:				
Contas a receber pela venda de investimentos (i)	-	-	-	726.195
(-) Ajuste a valor presente – venda de investimentos (ii)	-	-	-	(10.318)
Venda da controlada Extrafarma:				
Contas a receber pela venda de investimentos (iii)	-	208.487	-	208.487
Total - Circulante	-	<u>208.487</u>	-	<u>924.364</u>

(i) Saldo referente à parcela final da venda da Oxitenio recebido em abril de 2024.

(ii) A contraprestação referente à venda da Oxitenio reconhecida ao valor presente utilizando a taxa de desconto de 6,17% e realizado integralmente em abril de 2024.

(iii) Saldo referente à segunda parcela da transação de venda da Extrafarma, recebida em agosto de 2024, atualizadas monetariamente pela taxa do CDI + 0,5% a.a.

6. Estoques (Consolidado)

Política contábil

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, sendo que as estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. Os custos são mensurados pelo custo médio ponderado, sendo incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente e indiretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção.

Na data de apresentação das demonstrações financeiras, o valor realizável líquido dos estoques é avaliado e são considerados os eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes, e uma provisão para perda com estoque obsoleto ou de baixa movimentação pode ser reconhecida. As baixas e reversões são reconhecidas como "Custo dos produtos vendidos e serviços prestados". Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial e de operações.

	31/12/2024	31/12/2023
Combustíveis, lubrificantes e graxas	3.009.100	3.367.094
Matérias-primas	373.544	282.197
Compra para entrega futura ⁽¹⁾	255.001	386.281
Materiais de consumo e outros itens para revenda	129.539	121.537
Gás liquefeito de petróleo – GLP	128.098	112.100
Imóveis para revenda	21.794	22.222
	3.917.076	4.291.431

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a etanol e biodiesel e adiantamentos para aquisição de combustíveis.

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	21.926
Reversão de provisão para obsolescência e outras perdas	(8.301)
Reversão de provisão para ajuste ao valor de realização	(6.594)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.031
Adição de provisão para obsolescência e outras perdas	1.680
Reversão de provisão para ajuste ao valor de realização	(4.791)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.920

7. Tributos a recuperar (Consolidado)

a. Impostos a recuperar

Estão representados substancialmente por saldos credores do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e do Programa de Integração Social - PIS.

	31/12/2024	31/12/2023
ICMS (a.1)	1.416.708	1.365.128
PIS e COFINS (a.2)	3.172.417	2.761.262
Outros	101.152	77.249
Total	4.690.277	4.203.639
Circulante	2.040.008	1.462.269
Não circulante	2.650.269	2.741.370

a.1 O ICMS a recuperar líquido de provisões para perdas está substancialmente relacionado às seguintes operações:

Créditos constituídos, principalmente, pelas seguintes naturezas: a) transações de entradas e saídas de produtos sujeitos à tributação do ICMS próprio; b) saídas interestaduais de produtos derivados de petróleo cujo ICMS foi antecipado pelo fornecedor (Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras")); c) restituições da parcela do ICMS substituição tributária paga a maior quando é utilizada base de cálculo presumida superior à da operação efetivamente praticada.

No segundo trimestre de 2023 entrou em vigência a cobrança monofásica do ICMS para os produtos GLP, diesel, biodiesel, gasolina e etanol anidro, devido à promulgação da Lei Complementar 192/22. Por decorrência do advento dessa nova modalidade de cálculo, as controladas deixaram de gerar créditos atrelados a restituições de ICMS substituição tributária.

Os valores de ICMS a recuperar são realizados pelas operações próprias sujeitas a tributação, sendo um crédito rotativo, ou seja, mensalmente créditos são consumidos pelas saídas e novos créditos são gerados pelas entradas, bem como pela restituição por parte do Estado sobre operações de substituição tributária. A Administração estima a realização dos créditos classificados no ativo não circulante no prazo de até 5 anos.

	31/12/2024
Até 1 ano	513.494
De 1 ano a 2 anos	472.413
De 2 anos a 3 anos	246.132
De 3 anos a 5 anos	184.669
Total do ICMS a recuperar líquido de provisão	1.416.708

A provisão para perdas de ICMS, no montante de R\$ 17.116 (R\$ 49.732 em 31 de dezembro de 2023), refere-se aos saldos credores das controladas cujos prazos de realização ultrapassam os prazos determinados em suas políticas internas de provisionamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

a.2 O PIS e COFINS a recuperar estão substancialmente relacionados a:

ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS - O saldo de PIS e COFINS inclui créditos apropriados nos termos das Leis 10.637/02 e 10.833/03, bem como montantes oriundos de decisão favorável do STF sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS.

Lei Complementar 192 - Em 11 de março de 2022 foi publicada a Lei Complementar nº 192/22 com o objetivo de reduzir a carga tributária na cadeia de combustíveis. O art. 9º da referida Lei estabeleceu a redução a zero até 31 de dezembro de 2022 das alíquotas do PIS e COFINS incidentes sobre óleo diesel, biodiesel e GLP, garantindo ao mesmo tempo a manutenção dos créditos vinculados a toda a cadeia econômica.

Em 18 de maio de 2022, a Medida Provisória nº 1.118/22 foi publicada para alterar a Lei Complementar 192/22 de modo a excluir o direito aos créditos de PIS e COFINS vinculados à aquisição de óleo diesel, GLP e biodiesel. Frente a este ato do Poder Executivo, foi ajuizada em 02 de junho de 2022 a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7181 para questionar o dispositivo da MP nº 1.118/22. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, referendou, em 21 de junho de 2022, a decisão monocrática anterior que considerou inconstitucional a MP nº 1.118/22 por desrespeito ao princípio da anterioridade nonagesimal. Em razão da liminar e da ausência de conversão em lei da MP nº 1.118/22, restou vigente o texto da LC nº 192/22, que garantia a todas as pessoas jurídicas da cadeia de combustíveis, incluindo as controladas da Sociedade, a manutenção dos créditos de PIS e COFINS vinculados àquelas operações no período de 11 de março de 2022 (da data de publicação da LC nº 192/22) a 21 de setembro de 2022 (noventa dias após a data de publicação da LC nº 194/22 que restringia o direito ao crédito dos contribuintes), quando esta começou produzir efeitos.

A Sociedade, por meio de suas controladas, possui créditos oriundos da LC nº 192/22 no montante de R\$ 1.686.836 (R\$ 1.088.303 em 31 de dezembro de 2023). Esses créditos foram registrados considerando a expectativa de realização pela Sociedade no período de 5 anos a partir da data da geração, período esse em que a Sociedade possui habilidade de utilizar esses créditos. A estimativa de realização é atualizada anualmente considerando as expectativas de resultados futuros da Sociedade. Em virtude dessa reavaliação, nesse exercício a Sociedade reconheceu na rubrica de custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados, créditos adicionais no montante de R\$1.071.269 (R\$ 563.000 em 31 de dezembro de 2023).

A Administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos a partir da data de sua constituição, assim demonstrada:

	31/12/2024
Até 1 ano	1.434.055
De 1 ano a 2 anos	746.577
De 2 anos a 3 anos	421.674
De 3 anos a 5 anos	570.111
Total do PIS e da COFINS a recuperar	3.172.417

b. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Constituído por IRPJ e CSLL a serem recuperados pela Sociedade e suas controladas, decorrentes das antecipações realizadas a maior em exercícios anteriores, bem como referentes a processos judiciais pleiteando a não-incidência de IRPJ e CSLL sobre a atualização monetária (SELIC) nas repetições de indébito. A sociedade, por meio de suas controladas, possui um saldo a recuperar de IRPJ e CSLL de R\$ 498.067 sendo R\$ 151.930 no circulante e R\$ 346.137 no não circulante (R\$ 396.405 sendo R\$ 171.051 no circulante e R\$ 225.354 no não circulante em 31 de dezembro de 2023). A Administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos.

8. Sociedades relacionadas

a. Controladora

	Ativo		Passivo	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Transações com controladas em conjunto				
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	-	2.875	2.875
Transações com controladas				
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	50.548	69.118	431	3.843
Companhia Ultragaz S.A.	28.588	18.741	1.761	880
Ultracargo Logística S.A.	7.860	3.369	-	183
Eaí Clube Automobilista S.A.	1.008	621	78	-
am/pm Comestíveis Ltda.	5.079	2.994	19	232
Outros	739	269	11	124
Transações com coligadas				
Hidrovias do Brasil S.A.	227	-	-	-
Total	94.049	95.112	5.175	8.137
Demais contas a receber/ a pagar	86.973	88.435	2.300	5.262
Sociedades relacionadas	7.076	6.677	2.875	2.875

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

b. Consolidado

Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas estão destacados abaixo:

	Ativo		Passivo		Resultado operacional - Vendas/(Compras)	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Transações com empresas controladas e operações em conjunto						
Transações com controladas em conjunto						
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	9.846	29.278	(457.885)	(510.510)
Latitude Logística Portuária S.A.	10.862	11.393	-	20	-	-
Navegantes Logística Portuária S.A.	29.406	13.703	-	-	-	-
Outros	7.943	6.874	2.875	2.917	851	571
Transações com coligadas						
Hidroviás do Brasil S.A.	416	-	-	-	-	-
Transações com outras partes relacionadas						
Chevron Oronite Brasil Ltda. ⁽¹⁾	-	-	13.434	53.466	(195.925)	(175.053)
Chevron Products Company ⁽¹⁾	-	-	159.432	63.263	(745.812)	(370.137)
Outros	8.760	3.065	1.449	1.626	(3.718)	(13.157)
Total	57.387	35.035	187.036	150.570	(1.402.489)	(1.068.286)
Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 5)	8.662	3.143	-	-	-	-
Demais contas a receber	416	-	-	-	-	-
Fornecedores (nota explicativa nº 16)	-	-	183.520	147.452	-	-
Sociedades relacionadas	48.309	31.892	3.516	3.118	-	-
Vendas e serviços prestados	-	-	-	-	21.125	14.779
Compras	-	-	-	-	(1.423.614)	(1.083.065)

⁽¹⁾ Acionistas minoritários e outras partes relacionadas da Iconic.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições negociados entre as partes, considerando fornecedores e clientes com capacidade operacional similar.

c. Pessoal-chave da Administração (Consolidado)

A política e as práticas de remuneração da Ultrapar visam o alinhamento de curto e longo prazo com os interesses dos acionistas e com a perenidade da Sociedade. A remuneração variável de curto e longo prazo, está atrelada a metas de crescimento dos resultados e do valor econômico gerado, alinhadas ao interesse dos acionistas. A remuneração variável também direciona o foco dos profissionais para o plano estratégico aprovado pelo Conselho de Administração e está atrelada a metas anuais de crescimento de resultados financeiros e de temas prioritários para a Sociedade. Sobre benefícios pós-emprego vide nota explicativa nº 17.b.

A despesa com remuneração do pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade) está demonstrada abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração de curto prazo	51.814	54.396
Remuneração em ações	62.952	35.165
Benefício pós-emprego	4.767	4.206
Cessação do executivo do cargo	-	1.007
Total	119.533	94.774

d. Plano de ações (Consolidado)

• **Plano de 2017**

Os acionistas da Ultrapar aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) realizada em 19 de abril de 2017, o plano de incentivo baseado em ações (“Plano de 2017”), que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria, podendo ou não envolver a outorga de usufruto de parte destas ações para posterior transferência da nua-propriedade, com períodos de vesting determinados a cada Programa, a diretores ou empregados da Sociedade ou de controladas.

Poderiam ser entregues aos participantes, em decorrência do Plano aprovado de 2017, ações ordinárias representativas de, no máximo, 1% do capital social da Sociedade, o que correspondia, na data da aprovação de referido Plano, a 11.128.102 ações ordinárias.

Na AGOE realizada em 19 de abril de 2023, foi aditado o Plano de 2017, permitindo que, caso o participante passe a integrar o Conselho de Administração da Sociedade, deixando assim de ocupar qualquer outra posição executiva, será preservado o direito ao recebimento da propriedade das ações, mantidas as condições e demais requisitos estabelecidos nos programas aplicáveis e em cada contrato.

- **Plano de 2023**

O plano de incentivo baseado em ações (“Plano de 2023”), estabelece os termos e condições gerais para que a Sociedade ou suas controladas concedam ações ordinárias de sua emissão mantidas em tesouraria, aos administradores, incluindo-se os membros do Conselho de Administração da Ultrapar, ou empregados da Sociedade ou de sociedades sob o seu controle direto ou indireto, o que poderá envolver a outorga de usufruto para posterior transferência da propriedade das ações, sujeitas aos termos e condições previstos no Plano de 2023. No caso de membros do Conselho de Administração, as outorgas estarão obrigatoriamente vinculadas à remuneração aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

Poderão ser entregues aos participantes, em decorrência do Plano de 2023, ações ordinárias representativas de, no máximo, 5% do capital social da Sociedade, o que correspondia, na data da aprovação de referido Plano, a 55.760.215 ações ordinárias. Anualmente poderá ser utilizado, no máximo, 1% do capital social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

O quadro a seguir apresenta um resumo dos programas de ações restritas e de performance outorgados nos termos do Plano de 2017 e do Plano de 2023:

Programa	Data da outorga	Saldo de ações outorgadas (Qtd)	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor justo das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas exercíveis, incluindo impostos (em R\$ mil)	Custos reconhecidos acumulados das outorgas exercíveis (em R\$ mil)	Custos não reconhecidos das outorgas exercíveis (em R\$ mil)
Restritas	2 de setembro de 2019	240.000	2025	16,42	6.774	(6.024)	750
Restritas	1 de abril de 2020	39.084	2025	12,53	1.124	(1.074)	50
Performance	1 de abril de 2020	55.074	2025	12,53	1.324	(1.268)	56
Restritas	16 de setembro de 2020	140.000	2026	23,03	5.464	(3.946)	1.518
Restritas	22 de setembro de 2021	1.000.000	2027	14,17	24.093	(13.339)	10.754
Restritas	6 de abril de 2022	634.165	2025	14,16	16.906	(15.508)	1.398
Performance	6 de abril de 2022	1.007.324	2025	14,16	26.829	(24.802)	2.027
Restritas	21 de setembro de 2022	2.640.000	2032	12,98	64.048	(14.945)	49.103
Restritas	7 de dezembro de 2022	1.500.000	2032	13,47	37.711	(7.860)	29.851
Restritas	20 de abril de 2023	311.324	2025	14,50	7.472	(6.538)	934
Restritas	20 de abril de 2023	1.146.194	2026	14,50	31.039	(18.129)	12.910
Performance	20 de abril de 2023	1.156.903	2026	14,50	31.320	(18.410)	12.910
Restritas	20 de setembro de 2023	3.800.000	2033	18,75	132.784	(17.712)	115.072
Restritas	17 de abril de 2024	3.495.953	2027 a 2029	26,94	177.651	(31.656)	145.995
Restritas	19 de junho de 2024	60.683	2027	21,47	2.468	(411)	2.057
Restritas	1 de outubro de 2024	1.295.000	2034	23,10	55.785	(1.395)	54.390
		18.521.704			622.792	(183.017)	439.775

Quantidade de ações em 31 de dezembro de 2022 **8.934.704**

Ações concedidas durante o exercício 6.930.871
 Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício (583.180)
 Ações transferidas (vesting) (447.800)

Quantidade de ações em 31 de dezembro de 2023 **14.834.595**

Ações concedidas durante o exercício 5.061.396
 Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício (139.105)
 Ações transferidas (vesting) (1.235.182)

Quantidade de ações em 31 de dezembro de 2024 **18.521.704**

A Sociedade não tem ações que não foram transferidas após o prazo de transferência da nua-propriedade das ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi registrada uma despesa de R\$ 112.277 em relação ao Plano (R\$ 70.770 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

Para todos os planos, as liquidações são realizadas apenas com a entrega de ações em tesouraria. Os valores das concessões foram determinados na data da outorga com base no valor de mercado dessas ações na B3.

9. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são apurados com base nas suas alíquotas vigentes. Para o cálculo do IRPJ corrente é considerada também a parcela de incentivo fiscal. No encerramento do exercício social a parcela do lucro correspondente a essas subvenções para investimentos é destinada à constituição de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido das controladas, e é excluída da base de cálculo dos dividendos e posteriormente capitalizada. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL.

O IRPJ e CSLL diferidos são reconhecidos quando existe uma diferença temporária entre os saldos fiscais e contábeis, dado que os créditos e débitos tributários não estão sujeitos a prazos prescricionais, e são decorrentes principalmente de provisões para diferenças entre caixa e competência, prejuízos fiscais, operações de arrendamento, bases negativas e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações.

Para fins de divulgação o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável.

Em 27 de dezembro de 2024, foi publicada a Lei nº 15.079, que institui o Adicional da CSLL para adequar a legislação brasileira às Regras GloBE, alinhando o país ao Pilar 2 do BEPS da OCDE. Essa diretriz estabelece uma tributação mínima global de 15% para multinacionais com faturamento anual superior a € 750 milhões.

A administração avaliou e concluiu que não há expectativa de efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perdas com ativos	-	-	41.467	46.863
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	67.261	64.486	188.495	326.662
Provisão para benefícios pós-emprego	516	512	76.166	90.451
Provisão para diferenças caixa vs. competência ⁽ⁱ⁾	-	-	19.483	35.989
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	-	-	10.317	7.976
Provisão para retirada de tanques	-	-	13.472	14.759
Provisões operacionais	4.366	3.247	60.120	299.609
Provisão para participação nos lucros e bônus	10.246	12.590	76.880	91.883
Operações de arrendamento	2.961	2.919	499.988	518.138
Variação do valor justo do bônus de subscrição	-	3.566	-	3.566
Provisão sobre receita diferida	-	-	450	932
Demais diferenças temporárias	21.762	9.428	115.753	104.319
Prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas da CSLL a compensar	51.339	77.453	510.780	396.601
Total	158.451	174.201	1.613.371	1.937.748
Compensações de saldos passivos	(15.821)	(9.934)	(676.430)	(682.614)
Saldos líquidos apresentados no ativo	142.630	164.267	936.941	1.255.134
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Operações de arrendamento	2.586	2.559	406.173	432.908
Provisão para diferenças caixa vs. competência (i)	-	7.375	194.846	81.293
Variação do valor justo do bônus de subscrição	7.611	-	7.611	-
Parcela referente ao ágio/deságio sobre investimentos	-	-	28.771	28.717
Combinação de negócios – mais valia de ativos	-	-	52.781	54.921
Demais diferenças temporárias	5.624	-	119.073	84.981
Total	15.821	9.934	809.255	682.820
Compensações de saldos ativos	(15.821)	(9.934)	(676.430)	(682.614)
Saldos líquidos apresentados no passivo	-	-	132.825	206

⁽ⁱ⁾ No consolidado refere-se principalmente ao IRPJ e CSLL sobre a variação cambial dos instrumentos derivativos de proteção (*hedges e fair value*).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (líquido)	150.451	897.936
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	13.784	335.375
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	32	21.474
Outros	-	143
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (líquido)	164.267	1.254.928
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	(21.530)	(360.953)
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos na aquisição de empresa	-	(71.815)
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(107)	(18.178)
Outros	-	134
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (líquido)	142.630	804.116

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	35.378	467.926
De 1 a 2 anos	23.293	140.138
De 2 a 3 anos	19.398	428.331
De 3 a 5 anos	43.449	162.940
De 5 a 7 anos	36.742	224.590
De 7 a 10 anos	191	189.446
Total do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL	158.451	1.613.371

O saldo de R\$158.451 na controladora e R\$1.613.371 no consolidado foram suportados por estudo técnico sobre projeções de lucros tributáveis para a realização de ativos fiscais diferidos. Foram consideradas as projeções de lucros tributáveis dos planos de negócios de cada segmento da Sociedade que indicam tendências e perspectivas, assim como efeitos de demanda, concorrência e outros fatores econômicos, e que representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante o prazo de realização do ativo fiscal diferido.

As principais premissas chaves utilizadas para o cálculo de realização do ativo fiscal diferido são: crescimento do Produto Interno Bruto ("PIB"), taxa de câmbio, taxa de juros básica (SELIC) e DI, taxa de inflação e índice de preços de commodities.

b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes da tributação	2.397.487	2.452.652	4.011.517	3.578.695
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(815.146)	(833.902)	(1.363.916)	(1.216.756)
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Despesas indedutíveis	(2.973)	(3.019)	(14.729)	(11.535)
Receitas não tributáveis ⁽ⁱ⁾	418	9.409	26.755	114.981
Ajuste do lucro presumido	-	-	1.807	2.173
Prejuízos fiscais e bases negativas sem ativos fiscais diferidos reconhecidos	(25.884)	-	(205.794)	(36.227)
Resultado de equivalência patrimonial	809.203	846.771	(44.090)	4.049
Juros sobre capital próprio entre controladas	-	-	35.901	-
Demais ajustes	(365)	(32.116)	(15.861)	(26.666)
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	(34.747)	(12.857)	(1.579.927)	(1.169.981)
Incentivos fiscais – SUDENE ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	94.310	109.039
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	(34.747)	(12.857)	(1.485.617)	(1.060.942)
Correntes	(13.217)	(26.641)	(1.124.664)	(1.396.317)
Diferidos	(21.530)	13.784	(360.953)	335.375
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %	1,4	0,5	37,0	29,6

⁽ⁱ⁾ Consistem em ganhos e rendimentos não tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como reembolso de impostos, subvenções, parcelamentos e reversão de certas provisões, bem como recuperação de créditos tributários e valores relativos a não tributação do IRPJ/CSLL sobre a atualização monetária (SELIC) nas repetições de indébito de ações judiciais tributárias.

⁽ⁱⁱ⁾ Algumas controladas gozam do benefício de redução do IRPJ por pertencerem aos setores da economia considerados prioritários para as áreas subvencionadas, com incentivo de 75% de redução da base de imposto de renda.

c. Prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas de CSLL a compensar

Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade e algumas controladas possuíam prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas de CSLL, cujas compensações anuais são limitadas a 30% do lucro tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Os saldos constituídos de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL estão demonstrados abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Oil Trading	77.155	84.372
Ultrapar	51.339	77.453
Abastece aí Clube	-	91.861
Ipiranga	300.409	97.071
Ultracargo Soluções Logística	33.553	30.652
Outros	48.324	15.192
	510.780	396.601

Os saldos não constituídos de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL estão demonstrados abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Neogás	45.286	45.333
Integra Frotas	18.927	13.335
Stella	15.686	8.634
Millennium	11.650	8.539
Abastece aí ¹	126.900	-
Outros	6.374	461
	224.823	76.302

¹ Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade reverteu os tributos diferidos constituídos sobre os prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL da controlada, com base nas projeções de realização futura.

d. Não incidência de IRPJ/CSLL sobre a atualização pela Selic dos débitos tributários recebidos da União

A Sociedade e suas controladas possuem processos judiciais pleiteando a não-incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção monetária (SELIC) sobre créditos fiscais. Em 27 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal julgou que é inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores referentes à atualização monetária recebidos pelos contribuintes na repetição de débitos tributários. A Sociedade e suas controladas possuem registrados créditos desta natureza no montante de R\$ 141.147 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 143.147 em 31 de dezembro de 2023).

10. Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade (Consolidado)

Refere-se aos desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos com revendedores da Ipiranga registrados no momento de sua ocorrência e amortizados conforme as condições estabelecidas no contrato. As amortizações são reconhecidas no resultado como redutores da receita de vendas.

A movimentação é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.205.591
Adições	664.363
Amortizações	(607.446)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.262.508
Adições	424.477
Amortizações	(555.083)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.131.902
Circulante	658.571
Não circulante	1.473.331

11. Investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Política contábil

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora. Uma controlada é uma investida na qual o acionista está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis e tem a capacidade de interferir nas suas atividades financeiras e operacionais.

Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras. Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle. Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

Abaixo estão demonstradas as posições do patrimônio líquido e do resultado do exercício por empresa:

	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Participação no capital social - %	Controladora			
				Investimento/ Provisão de passivo a descoberto		Resultado de equivalência patrimonial	
				31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Controladas							
Ultrapar Logística Ltda.	3.266.345	253.128	100,00	3.266.345	1.745.326	253.128	308.672
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. (v)	-	-	-	-	9.216.020	-	1.409.687
Ultrapar International S.A.	(68.530)	(13.680)	100,00	(68.530)	(54.850)	(13.680)	21.795
UVC (vii)	-	(4.112)	-	-	39.917	(4.112)	(7.047)
Centro de Conveniências Millennium Ltda. (iv)	-	-	-	-	-	-	(5.249)
Eaí Clube Automobilista S.A. (nota explicativa nº 1.a.2)	-	-	-	-	168.602	-	(53.311)
Ultragaz Participações Ltda. (vi)	-	372.263	-	-	1.004.960	372.263	808.696
Companhia Ultragaz S.A.	1.106.850	513.966	99,99	1.106.687	-	513.890	-
UVC Investimentos Ltda.	47.702	516	100,00	47.702	(862)	516	(935)
Imaven Imóveis Ltda. (ii)	64.917	3.121	100,00	64.917	52.796	3.121	1.866
Ultrapar Mobilidade Ltda. (*) (iii) (v)	10.407.480	1.282.578	100,00	10.407.480	59.403	1.282.578	(1.297)
Controladas em conjunto							
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	6.637	(319)	50,00	3.319	3.478	(158)	(41)
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (i)	6.081	(83.097)	33,14	2.016	31.553	(27.537)	7.668
Total (A)				14.829.936	12.266.343	2.380.009	2.490.504
Total da provisão para passivo a descoberto (B)				(68.530)	(55.712)		
Total dos investimentos (A-B)				14.898.466	12.322.055		

(*) Valores ajustados pelos lucros não realizados no patrimônio líquido e no lucro líquido.

(i) Investimento considera os saldos de menos valia de R\$ 9.666 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 10.627 em 31 de dezembro de 2023).

(ii) Em 28 de abril de 2023 a Imaven Imóveis Ltda realizou cisão parcial de seu patrimônio, tendo a parcela cindida incorporada na controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. Em 01 de maio de 2023 a Ultrapar adquiriu a totalidade de cotas da Imaven Imóveis Ltda. de sua controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

- (iii) Companhia constituída em 28 de fevereiro de 2023 tendo como objeto a participação no capital de outras sociedades.
- (iv) Em 02 de outubro de 2023, a Sociedade realizou a transferência da totalidade de cotas do Centro de Conveniências Millennium Ltda para a sua controlada Ultrapar Mobilidade Ltda, como forma de aporte de capital.
- (v) Em 02 de janeiro de 2024, a Sociedade realizou a transferência de ações da Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. para a sua controlada Ultrapar Mobilidade Ltda, como forma de aporte de capital.
- (vi) Em 01 de agosto de 2024 a Ultragaz Participações Ltda. realizou a incorporação do seu patrimônio ao patrimônio da controlada Companhia Ultragaz S.A.
- (vii) Em 01 de dezembro de 2024, a Sociedade realizou a transferência da totalidade de suas cotas para a controlada UVC Investimentos Ltda.

	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Participação no capital social - %	Consolidado			
				Investimento/ Provisão de passivo a descoberto		Resultado de equivalência patrimonial	
				31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Controladas em conjunto							
União Vopak – Armazéns Gerais Ltda.	540	(1.460)	50,00	270	1.550	(730)	7.694
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	6.081	(83.097)	33,14	2.015	31.553	(27.537)	7.668
Latitude Logística Portuária S.A.	4.449	(7.555)	50,00	2.225	6.002	(3.777)	(1.636)
Navegantes Logística Portuária S.A.	22.093	(25.417)	33,33	7.364	15.836	(8.472)	(7.413)
Nordeste Logística I S.A.	17.878	(513)	33,33	5.959	7.071	(171)	730
Nordeste Logística II S.A.	56.347	4.698	33,33	18.782	17.216	1.566	(2.199)
Nordeste Logística III S.A.	54.991	1.478	33,33	18.330	18.004	493	967
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	6.637	(319)	50,00	3.319	3.478	(159)	(42)
Terminal de Combustíveis Paulínia S.A. ("Opla") (i)	119.388	8.324	50,00	59.694	54.155	4.162	4.071
Outros investimentos	-	-	-	281	349	-	-
Coligadas							
Hidroviás do Brasil S.A. (ii)	1.203.135	(229.904)	41,94	504.629	-	(94.842)	-
Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	13.994	6.812	25,00	3.498	3.978	1.704	2.043
Metalúrgica Plus S.A.	(1.045)	(276)	33,33	(349)	(256)	(91)	(99)
Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	3.124	2.010	33,33	1.041	497	672	124
Outros investimentos	-	-	-	41	33	-	-
Ágio sobre investimentos (*)							
Terminal de Combustíveis Paulínia S.A ("Opla")	-	-	-	117.306	158.634	-	-
Hidroviás do Brasil S.A.	-	-	-	775.044	-	-	-
Mais valia sobre investimentos							
Terminal de Combustíveis Paulínia S.A ("Opla")	-	-	-	38.835	-	(2.493)	-
Adiantamento de aquisição							
Adiantamento - Postos do Grupo Pão de Açúcar (iii)	-	-	-	90.000	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital							
Hidroviás do Brasil S.A. (iv)	-	-	-	500.000	-	-	-
Total (A)				2.148.284	318.100	(129.675)	11.908
Total da provisão para passivo a descoberto (B)				(349)	(256)	-	-
Total dos investimentos (A-B)				2.148.633	318.356		

(*) Para maiores informações sobre a política contábil vide nota explicativa 14.a.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

- (i) A controlada Ultracargo Logística S.A. adquiriu 50% de participação da Opla em 1 de julho de 2023. A alocação do preço de compra (PPA) foi finalizada em junho de 2024. Para maiores informações, vide nota explicativa nº 28.
- (ii) A Hidrovias têm como objeto social exercer atividades de logística e infraestrutura hidroviária, rodoviária e multimodal, no Brasil e no exterior. A partir de maio 2024, data que a Sociedade passou a deter influência significativa na Hidrovias, o resultado de equivalência patrimonial da coligada passou a ser registrado com 2 meses de defasagem, por não ser praticável a consolidação dos números no momento da aquisição e desde então a Sociedade manteve consistência nas divulgações. Para maiores informações, vide nota explicativa nº 28.a.
- (iii) O valor refere-se ao adiantamento da aquisição dos postos de serviços do Grupo Pão de Açúcar, realizado pela subsidiária Centro de Conveniências Millenium Ltda. Para maiores informações, vide nota explicativa nº 1.b.3.
- (iv) O valor refere-se ao adiantamento para futuro aumento de capital da Hidrovias, realizado pela subsidiária Ultrapar Logística Ltda. Para maiores informações, vide nota explicativa nº 28.a.

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades controladas que possuem participações de não-controladores relevantes:

	Consolidado					
	Proporção da participação acionária e dos direitos de voto detidos por participações de não-controladores		Patrimônio líquido atribuído a participações de não-controladores		Resultado alocado a participações de não-controladores do exercício	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Controladas	%	%				
Iconic Lubrificantes S.A.	44%	44%	484.986	477.710	135.428	72.505
WTZ Participações S.A.	48%	-	116.249	-	25.082	-
Outros investimentos	-	-	63.491	45.621	2.650	5.453
			664.726	523.331	163.160	77.958

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

As informações financeiras resumidas das coligadas e controladas em conjunto relevantes para a Companhia são apresentadas a seguir. As demonstrações financeiras individuais dessas entidades podem divergir das informações financeiras aqui apresentadas, que são preparadas considerando as políticas contábeis da Ultrapar e utilizando as mais recentes informações financeiras disponíveis.

	31/12/2024		31/10/2024
	Controladas em conjunto		Coligada
	RPR	Opla	Hidrovias do Brasil S.A.
Ativo total	1.069.063	182.810	2.591.401
Passivo total	1.062.982	63.422	1.388.266
Patrimônio líquido	6.081	119.388	1.203.135
Receita líquida	2.177.747	60.281	-
Lucro (prejuízo) líquido	(83.097)	8.324	(229.904)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	1.719.491	16.957.908	318.925.700
Participação no capital social - %	33,14	50,00	41,94

	31/12/2023	
	Controladas em conjunto	
	RPR	Opla
Ativo total	844.959	190.626
Passivo total	717.926	82.315
Patrimônio líquido	127.033	108.311
Receita líquida	2.954.931	35.117
Lucro (prejuízo) líquido	20.899	8.141
Quantidade de ações ou cotas possuídas	5.078.888	33.915.815
Participação no capital social - %	33,14	50,00

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

A composição e movimentação dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas estão demonstradas abaixo:

	Controladora			Consolidado				Total
	Sociedades controladas	Controladas em conjunto	Total	Controladas em conjunto	Sociedades coligadas	Adiantamentos	Adiantamento para futuro aumento de capital	
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (i)	12.141.736	28.705	12.170.441	106.843	4.384	-	-	111.227
Equivalência patrimonial (*)	2.482.877	7.627	2.490.504	9.840	2.068	-	-	11.908
Dividendos	(1.782.516)	(2.196)	(1.784.712)	(11.072)	(2.200)	-	-	(13.272)
Instrumento patrimonial outorgado (ii)	5.598	-	5.598	899	-	-	-	899
Ajustes de avaliação patrimonial	(7.163)	895	(6.268)	-	-	-	-	-
Aumento de capital em dinheiro	422.886	-	422.886	-	-	-	-	-
Transações com sócios - alterações de participação	168	-	168	-	-	-	-	-
Aquisição da Imaven Imóveis LTDA	60.930	-	60.930	-	-	-	-	-
Aquisição do Terminal de Combustíveis Paulínia S.A ("Opla")	-	-	-	210.096	-	-	-	210.096
Redução de capital	(1.093.204)	-	(1.093.204)	(3.100)	-	-	-	(3.100)
Demais movimentos	-	-	-	342	-	-	-	342
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (i)	12.231.312	35.031	12.266.343	313.848	4.252	-	-	318.100
Equivalência patrimonial (*)	2.407.704	(27.695)	2.380.009	(34.625)	(92.557)	-	-	(127.182)
Amortização de mais valia	-	-	-	(2.493)	-	-	-	(2.493)
Dividendos	(1.169.912)	-	(1.169.912)	-	(1.196)	-	-	(1.196)
Instrumento patrimonial outorgado (ii)	29.587	-	29.587	-	1.540	-	-	1.540
Ajustes de avaliação patrimonial	62.272	(2.427)	59.845	(2.427)	37.458	-	-	35.031
Constituição de reserva para incentivos fiscais	5.699	-	5.699	-	-	-	-	-
Aumento de capital em dinheiro	1.124.230	-	1.124.230	-	42.985	-	-	42.985
Aumento de capital em ações	133.552	-	133.552	-	-	-	-	-
Redução de capital em ações	-	-	-	(522)	-	-	-	(522)
Adiantamento de investimentos - Postos GPA	-	-	-	-	-	90.000	-	90.000
Aquisição de ações da Hidrovias do Brasil S.A.	-	-	-	-	647.201	-	-	647.201
Transferências de ativo financeiro para investimentos (iii)	-	-	-	-	645.333	-	-	645.333
Adiantamento para futuro aumento de capital (iv)	-	-	-	-	-	-	500.000	500.000
Demais movimentos	157	426	583	599	(1.112)	-	-	(513)
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (i)	14.824.601	5.335	14.829.936	274.380	1.283.904	90.000	500.000	2.148.284

(*) Ajustado pelos lucros não realizados entre controladas.

- (i) Investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas líquido de provisão para passivo a descoberto.
- (ii) Valores referem-se à outorga de incentivo de longo prazo nas controladas Ultrapar Mobilidade, Ultragaz Participações e Ultrapar Logística.
- (iii) Valores referem-se à aquisição de participação na Hidrovias do Brasil S.A. Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 28. a.
- (iv) Valores referem-se à adiantamento para futuro aumento de capital realizado em dezembro de 2024 pela controlada Ultrapar Logística Ltda. na Hidrovias do Brasil S.A.

12. Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar (Consolidado)**Política contábil**

A Sociedade e suas controladas reconhecem no balanço patrimonial um ativo de direito de uso e o respectivo passivo de arrendamento a pagar calculados pelo valor presente das parcelas futuras, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade, acrescidos dos custos diretos associados ao contrato de arrendamento. Ativos de direito de uso incluem os valores referentes às outorgas de arrendamentos de áreas portuárias.

A remensuração do ativo e do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida no balanço patrimonial, não tendo efeito no resultado. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado, considerando, se for o caso, as sanções previstas em cláusulas contratuais. A Sociedade e suas controladas não possuem a intenção de comprar esses ativos.

A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do contrato. Quando o ativo de direito de uso é utilizado na construção de item do ativo imobilizado, sua amortização é capitalizada até que o ativo em construção esteja concluído. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos de arrendamento realizados. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva.

Para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e para contratos de arrendamento de baixo valor que não possuem opção de compra ao final do contrato a Sociedade e suas controladas reconhecem a despesa com arrendamento no resultado conforme ocorrida ao longo do prazo do arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

a. Ativos de direito de uso

• **Consolidado**

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2023	Adições e remensurações (i)	Baixas de contratos	Transferências (ii)	Amortizações	Saldo em 31/12/2024
Custo:							
Imóveis	9	1.998.866	196.194	(207.945)	-	-	1.987.115
Áreas portuárias	32	314.964	2.025	-	26.750	-	343.739
Veículos	3	270.388	143.043	(56.337)	-	-	357.094
Equipamentos	3	38.278	5.958	(10.591)	-	-	33.645
Outros	20	27.846	-	-	-	-	27.846
		2.650.342	347.220	(274.873)	26.750	-	2.749.439
Amortização acumulada:							
Imóveis	-	(753.198)	-	131.716	(4.402)	(197.849)	(823.733)
Áreas portuárias	-	(44.620)	-	-	-	(8.072)	(52.692)
Veículos	-	(109.967)	-	35.669	-	(95.538)	(169.836)
Equipamentos	-	(5.184)	-	9.778	-	(10.601)	(6.007)
Outros	-	(25.847)	-	-	-	-	(25.847)
		(938.816)	-	177.163	(4.402)	(312.060)	(1.078.115)
Valor líquido		1.711.526	347.220	(97.710)	22.348	(312.060)	1.671.324

(i) Considera R\$ 342.332 referente a adições e remensurações entre ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar.

(ii) Refere-se à amortização de direito de uso, a qual está sendo capitalizada como obras em andamento, até o início de sua operação. Adicionalmente inclui no custo o saldo de adiantamento de outorga de Maceió realizada na IPP.

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2022	Adições e remensurações	Baixas de contratos	Transferências	Amortizações	Aquisição de controlada	Saldo em 31/12/2023
Custo:								
Imóveis	10	2.019.898	140.245	(165.551)	-	-	4.274	1.998.866
Áreas portuárias	29	311.174	3.790	-	-	-	-	314.964
Veículos	4	186.455	120.705	(71.781)	-	-	35.009	270.388
Equipamentos	5	26.345	12.910	(1.973)	-	-	996	38.278
Outros	20	27.846	-	-	-	-	-	27.846
		2.571.718	277.650	(239.305)	-	-	40.279	2.650.342
Amortização acumulada:								
Imóveis	-	(634.688)	-	95.896	(4.491)	(209.522)	(393)	(753.198)
Áreas portuárias	-	(36.773)	-	-	-	(7.847)	-	(44.620)
Veículos	-	(83.902)	-	63.708	-	(80.661)	(9.112)	(109.967)
Equipamentos	-	(2.850)	-	1.974	-	(4.151)	(157)	(5.184)
Outros	-	(22.128)	-	-	-	(3.719)	-	(25.847)
		(780.341)	-	161.578	(4.491)	(305.900)	(9.662)	(938.816)
Valor líquido		1.791.377	277.650	(77.727)	(4.491)	(305.900)	30.617	1.711.526

b. Arrendamentos a pagar

A movimentação dos arrendamentos a pagar é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.523.769
Apropriação de juros	143.005
Pagamento de contraprestação de arrendamentos	(213.527)
Pagamento de juros	(145.586)
Adições e remensurações	257.201
Baixas de contratos	(71.569)
Aquisição de controlada	30.641
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.523.934
Apropriação de juros	133.767
Pagamento de contraprestação de arrendamentos	(285.404)
Pagamento de juros	(148.084)
Adições e remensurações	342.332
Baixas de contratos	(81.393)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.485.152
Circulante	316.460
Não circulante	1.168.692

O cronograma de desembolsos futuros não descontados a valor presente está apresentado abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Até 1 ano	355.336	418.450
De 1 a 2 anos	282.945	322.165
De 2 a 3 anos	240.984	227.785
De 3 a 4 anos	188.002	189.744
De 4 a 5 anos	158.559	147.977
Mais de 5 anos	891.997	1.003.655
Total	2.117.823	2.309.776

Os contratos de arrendamentos a pagar são indexados substancialmente pelo IGP-M.

b.1. Taxas de desconto

As taxas médias nominais ponderadas de desconto aplicadas nos contratos de arrendamento da Sociedade são:

Contratos por prazo e taxa de desconto	
Prazos contratos	Taxa % a.a.
1 a 5 anos	10,56%
6 a 10 anos	10,16%
11 a 15 anos	9,81%
mais de 15 anos	9,68%

c. Efeitos de inflação e direito potencial de PIS e COFINS a recuperar - divulgações requeridas pela CVM no ofício SNC/SEP 02/2019

Os efeitos da inflação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão demonstrados a seguir:

Ativo de direito de uso, líquido

Base nominal	1.671.324
Base inflacionada	2.050.080
	22,7%

Passivo de arrendamento

Base nominal	1.485.152
Base inflacionada	1.863.908
	25,5%

Despesa financeira

Base nominal	133.767
Base inflacionada	173.068
	29,4%

Despesa de amortização

Base nominal	312.060
Base inflacionada	357.227
	14,5%

Os possíveis créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos das contraprestações de arrendamentos, calculados com base na alíquota de 9,25% de acordo com a legislação tributária brasileira para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão demonstrados a seguir:

Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar

Fluxo de caixa a valor presente	137.377
Fluxo de caixa nominal	195.899

d. Contratos de arrendamento de ativos de baixo valor e de curto prazo

	até 1 ano	de 1 a 5 anos	Total
31/12/2024	8.022	2.637	10.659
31/12/2023	7.693	1.872	9.565

O total de arrendamentos considerados como de baixo valor, curto prazo e pagamentos variáveis, reconhecido como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi R\$ 9.850 (R\$ 7.794 no exercício findo em 31 dezembro de 2023).

13. Imobilizado (Consolidado)

Política contábil

Os ativos imobilizados são mensurados ao custo de aquisição ou construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, incluindo os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e impostos não recuperáveis, bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem e remoção do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). Os custos dos empréstimos relativos a recursos captados para obras em andamento deverão ser capitalizados até que esses projetos sejam concluídos.

As depreciações são calculadas pelo método linear, que levam em consideração a vida útil dos bens e que são revisados anualmente. A depreciação de benfeitorias em imóveis de terceiros é calculada sobre o período total do contrato ou pela vida útil, dos dois o menor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2023	Adições	Depreciações	Transferências (i)	Baixas	Aquisição de controladas (ii)	Saldo em 31/12/2024
Custo:								
Terrenos	-	607.152	12.968	-	5.073	(15.569)	-	609.624
Edificações	31	1.646.996	8.904	-	149.065	(61.770)	1.902	1.745.097
Benfeitorias em imóveis de terceiros	15	1.292.998	37.867	-	99.777	(15.300)	-	1.415.342
Máquinas e equipamentos	11	3.530.184	143.782	-	99.603	(16.382)	1.183	3.758.370
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis e lubrificantes	14	3.361.637	80.317	-	70.966	(327.319)	13.825	3.199.426
Tanques e vasilhames para GLP	8	1.006.398	116.503	-	-	(37.114)	-	1.085.787
Veículos	8	371.434	111.735	-	(29.884)	(62.657)	5.257	395.885
Móveis e utensílios	8	212.640	12.649	-	(154)	(3.965)	402	221.572
Equipamentos de informática	5	318.721	12.259	-	(5.950)	(3.780)	-	321.250
Obras em andamento	-	783.496	1.022.967	-	(455.740)	(2.831)	-	1.347.892
Adiantamentos a fornecedores	-	32.557	19.834	-	(6.558)	(867)	-	44.966
Importações em andamento	-	3.107	3.127	-	(3.106)	-	-	3.128
		13.167.320	1.582.912	-	(76.908)	(547.554)	22.569	14.148.339
Depreciação acumulada:								
Edificações	-	(536.518)	-	(54.110)	4.126	28.014	(134)	(558.622)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	(683.187)	-	(75.957)	1.798	8.430	-	(748.916)
Máquinas e equipamentos	-	(2.147.842)	-	(208.103)	1.776	6.612	(405)	(2.347.962)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis e lubrificantes	-	(2.238.843)	-	(164.248)	(7.870)	289.359	(1.082)	(2.122.684)
Tanques e vasilhames para GLP	-	(605.298)	-	(92.219)	-	27.449	-	(670.068)
Veículos	-	(181.511)	-	(35.066)	35.776	26.792	(613)	(154.622)
Móveis e utensílios	-	(130.117)	-	(15.718)	642	2.784	(84)	(142.493)
Equipamentos de informática	-	(254.952)	-	(22.246)	8.136	3.387	-	(265.675)
		(6.778.268)	-	(667.667)	44.384	392.827	(2.318)	(7.011.042)
Provisão para perdas com valor recuperável		(1.471)	(21)	-	-	161	-	(1.331)
Valor líquido		6.387.581	1.582.891	(667.667)	(32.524)	(154.566)	20.251	7.135.966

(i) O saldo remanescente refere-se a R\$ 22.348 transferidos para os ativos de direito de uso e R\$ 10.176 transferidos para o intangível.

(ii) Para maiores informações vide nota explicativa nº 28.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2022	Adições	Depreciações	Transferências	Baixas	Aquisição de controladas	Saldo em 31/12/2023
Custo:								
Terrenos	-	619.116	1.053	-	3.316	(16.369)	36	607.152
Edificações	31	1.532.506	27.100	-	198.398	(111.899)	891	1.646.996
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11	1.169.326	30.348	-	90.557	(12.458)	15.225	1.292.998
Máquinas e equipamentos	11	3.186.759	111.726	-	133.554	(14.634)	112.779	3.530.184
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros e lubrificantes	13	3.213.123	86.714	-	143.010	(92.744)	11.534	3.361.637
Tanques e vasilhames para GLP	8	920.287	129.567	-	431	(43.887)	-	1.006.398
Veículos	8	325.094	24.661	-	1.351	(9.473)	29.801	371.434
Móveis e utensílios	9	201.708	12.326	-	1.649	(4.547)	1.504	212.640
Equipamentos de informática	5	303.023	19.787	-	4.516	(10.750)	2.145	318.721
Obras em andamento	-	694.726	650.828	-	(567.114)	-	5.056	783.496
Adiantamentos a fornecedores	-	18.139	20.501	-	(6.263)	-	180	32.557
Importações em andamento	-	902	2.205	-	-	-	-	3.107
		12.184.709	1.116.816	-	3.405	(316.761)	179.151	13.167.320
Depreciação acumulada:								
Edificações		(591.812)	-	(46.187)	-	101.919	(438)	(536.518)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(618.256)	-	(71.139)	-	8.858	(2.650)	(683.187)
Máquinas e equipamentos		(1.926.954)	-	(194.666)	-	13.499	(39.721)	(2.147.842)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros e lubrificantes		(2.113.657)	-	(181.233)	-	60.982	(4.935)	(2.238.843)
Tanques e vasilhames para GLP		(557.260)	-	(83.777)	-	35.739	-	(605.298)
Veículos		(154.177)	-	(29.483)	-	5.608	(3.459)	(181.511)
Móveis e utensílios		(118.438)	-	(14.032)	-	3.052	(699)	(130.117)
Equipamentos de informática		(239.978)	-	(23.721)	-	10.058	(1.311)	(254.952)
		(6.320.532)	-	(644.238)	-	239.715	(53.213)	(6.778.268)
Provisão para perdas com valor recuperável		(1.764)	(89)	-	-	382	-	(1.471)
Valor líquido		5.862.413	1.116.727	(644.238)	3.405	(76.664)	125.938	6.387.581

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações, reformas, construções e modernizações dos ativos dos terminais, postos de serviços e bases de distribuição.

Os adiantamentos a fornecedores referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de bens para expansão dos terminais, bases de distribuição e aquisição de imóveis operacionais.

14. Intangível (Consolidado)

Política contábil

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são reconhecidos seguindo os critérios abaixo:

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura (“ágio”) são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e dos passivos assumidos da entidade adquirida. Os ágios são avaliados anualmente ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados as unidades geradoras de caixa, os quais representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de teste de recuperabilidade.
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como *softwares*, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente, conforme sua vida útil, e são revisados anualmente.
- Os créditos de descarbonização (“CBIOS”) adquiridos são registrados pelo custo histórico no ativo intangível, sendo aposentados conforme decreto para cumprimento da meta individual fixada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”) e não são amortizados. Estes ativos são utilizados para a liquidação da obrigação anual de descarbonização adotada pela Política Nacional de Biocombustíveis (“RenovaBio”), instituída pela Lei nº 13.576/2017, com regulamentação adicional instituída pelo Decreto nº 9.888/2019 e Portaria nº 419, de 20 de novembro de 2019, do Ministério de Minas e Energia. A obrigação é registrada em rubrica específica no balanço patrimonial e é mensurada de acordo com a meta estabelecida pela ANP, por meio do custo médio de aquisição dos créditos adquiridos, ou por meio do valor justo dos créditos negociados na B3 na data de fechamento para os créditos a serem adquiridos.

A Sociedade e suas controladas possuem ágios e marcas adquiridas em combinação de negócios que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2023	Adições	Amortizações	Transferências (i)	Baixas	Variação cambial	Aquisição de controladas (ii)	Saldo em 31/12/2024
Custo:									
Ágio (a)	-	943.125	-	-	(115)	-	-	39.349	982.359
Software (b)	5	1.503.601	226.098	-	(18.475)	(3.969)	108	282	1.707.645
Fundo de comércio	14	155.174	20.101	-	1.412	-	-	-	176.687
Marcas (c)	-	62.303	-	-	(948)	-	-	11	61.366
Direito de uso de marcas (c)	30	120.960	41	-	-	-	-	-	121.001
Outros	3	15.127	224	-	(4.211)	(529)	-	-	10.611
Créditos de descarbonização (CBIO)	-	710.710	713.453	-	(389)	(1.423.452)	-	-	322
		3.511.000	959.917	-	(22.726)	(1.427.950)	108	39.642	3.059.991
Amortização acumulada:									
Software		(826.773)	-	(222.487)	32.886	2.756	-	-	(1.013.618)
Fundo de comércio		(106.145)	-	(4.860)	16	170	-	-	(110.819)
Direito de uso de marcas		(18.931)	-	(4.389)	-	323	-	-	(22.997)
Outros		(5.234)	-	(301)	-	1.308	-	-	(4.227)
		(957.083)	-	(232.037)	32.902	4.557	-	-	(1.151.661)
Valor líquido		2.553.917	959.917	(232.037)	10.176	(1.423.393)	108	39.642	1.908.330

(i) Refere-se a R\$ 10.176 transferidos do imobilizado.

(ii) Para maiores informações vide nota explicativa nº 28.

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2022	Adições	Amortizações	Transferências	Baixas	Variação cambial	Aquisição de controladas	Saldo em 31/12/2023
Custo:									
Ágio (a)	-	917.775	-	-	-	-	-	25.350	943.125
Software (b)	5	1.299.088	273.310	-	1.086	(79.909)	-	10.026	1.503.601
Fundo de comércio	15	114.593	1.357	-	-	-	-	39.224	155.174
Marcas (c)	-	65.647	-	-	-	-	(3.344)	-	62.303
Direito de uso de marcas (c)	30	114.792	25	-	-	-	-	6.143	120.960
Outros	3	177	-	-	-	(3)	-	14.953	15.127
Créditos de descarbonização (CBIO)	-	232.305	778.885	-	-	(300.480)	-	-	710.710
		2.744.377	1.053.577	-	1.086	(380.392)	(3.344)	95.696	3.511.000
Amortização acumulada:									
Software		(708.659)	-	(192.976)	-	79.720	-	(4.858)	(826.773)
Fundo de comércio		(102.037)	-	(2.956)	-	-	-	(1.152)	(106.145)
Direito de uso de marcas		(14.930)	-	(3.889)	-	-	-	(112)	(18.931)
Outros		(402)	-	(4.835)	-	3	-	-	(5.234)
		(826.028)	-	(204.656)	-	79.723	-	(6.122)	(957.083)
Valor líquido		1.918.349	1.053.577	(204.656)	1.086	(300.669)	(3.344)	89.574	2.553.917

a. Ágio

	Segmento	31/12/2024	31/12/2023
Ágio na aquisição de:			
Ipiranga (i)	Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	Ultracargo	211.089	211.089
Texaco	Ipiranga	177.759	177.759
Stella	Ultragaz	103.051	103.051
Iconic (CBLSA)	Ipiranga	69.807	69.807
WTZ (28.b)	Ultragaz	52.038	-
Temmar	Ultracargo	43.781	43.781
DNP	Ipiranga	24.736	24.736
Repsol	Ultragaz	13.403	13.403
Neogas	Ultragaz	7.761	7.761
Serra Diesel	Ultrapar	1.413	14.217
TEAS	Ultracargo	797	797
		<u>982.359</u>	<u>943.125</u>

(i) Inclui R\$ 246.163 apresentado como ágio na controladora Ultrapar.

Em 31 de dezembro de 2024 a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios dos segmentos da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas futuras. As principais premissas-chaves utilizadas pela Sociedade para o cálculo do valor em uso estão descritas abaixo.

Período de avaliação: período de cinco anos e, a partir de então, considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

Taxa de desconto e taxa de crescimento real: as taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2024 variaram de 10,3 % a 11,7% e -0,5% a 0,5% a.a., respectivamente, dependendo da aquisição analisada.

Receita de vendas, custos e despesas e margem bruta: considera o orçamento de 2025 e o plano estratégico de longo prazo elaborado pela administração e apresentado ao Conselho de Administração.

Os ágios de investimentos em coligadas e controladas em conjunto estão apresentados na rubrica de Investimentos, vide nota explicativa nº 11.

b. Software

Inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem, informações contábeis, entre outros. Também incluem os gastos relacionados com *softwares* em andamento no montante de R\$ 84.421 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 11.200 em 31 de dezembro de 2023).

c. Marcas e direito de uso de marcas

Marcas representam os custos de aquisição da marca 'am/pm' no Brasil e marca NEOgás, adquiridas na combinação de negócios, e direitos de uso das marcas Chevron e Texaco.

15. Empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos (Consolidado)

Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos e passivos financeiros designados como itens objeto de *hedge* de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 26.g.1). Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida no resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação e amortizados no resultado levando em consideração o prazo do empréstimo, pelo método da taxa efetiva de juros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

a. Composição

					Consolidado	
Descrição	Índice/Moeda	Encargo médio ponderado 2024 (a.a)	Instrumento de proteção médio ponderado	Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
Moeda estrangeira:						
Notas no mercado externo	US\$	5,25%	139,0% do DI**	2026 a 2029	4.710.980	3.694.339
Financiamento externo	JPY\$	1,31%	109,4% do DI	2025	501.524	439.852
Financiamento externo	EU\$	4,39%	109,2% do DI	2025	778.147	126.171
Financiamento externo	US\$	4,57%	105,9% do DI	2025	691.006	1.018.429
Total moeda estrangeira					6.681.657	5.278.791
Moeda nacional:						
Debêntures – CRA	IPCA	5,30%	103,1 % do DI	2025 a 2032	2.456.111	3.434.287
CCB	CDI	107,0%	n/a	2025 a 2026	1.464.624	552.407
Debêntures – Ultragaz	CDI +	0,74%	n/a	2027 a 2029	731.667	-
Debêntures – Ultracargo	IPCA	4,11%	111,4% do DI	2028	534.706	556.677
Debêntures – CRA	Pré	11,17%	104,3% do DI	2027	477.827	539.914
CDCA	CDI +	0,92%	n/a	2027	534.374	-
Debêntures – CRA	CDI +	0,70%	n/a	2027	490.971	488.269
CDCA	CDI	108,7%	n/a	2025 a 2027	293.374	201.848
Fundo Constitucional	IPCA	2,93%	69,5% do DI	2028 a 2041	114.472	-
Debêntures – Ultracargo	IPCA	6,28%	n/a	2032 a 2034	80.048	-
FINEP	TJLP	1,00%	n/a	2025 a 2026	679	1.264
Debêntures – Ultracargo	R\$	6,47%	99,9 do DI	2024	-	87.826
Total moeda nacional					7.178.853	5.862.492
Total moeda estrangeira e nacional					13.860.510	11.141.283
Instrumentos financeiros derivativos (*)					441.600	626.734
Total					14.302.110	11.768.017
Circulante					3.552.760	1.993.254
De 1 a 2 anos					3.261.425	1.879.412
De 2 a 3 anos					1.611.526	2.243.967
De 3 a 4 anos					2.062.967	1.023.820
De 4 a 5 anos					2.437.398	1.691.595
Mais de 5 anos					1.376.034	2.935.969
Não circulante					10.749.350	9.774.763

(*) Perdas acumuladas (vide nota explicativa nº 26.f).

(**) Considera instrumento de proteção para um valor nocional de US\$ 300 milhões. Não inclui o resultado de aplicações financeiras em dólar utilizadas como *hedge* natural para o saldo sem instrumento de proteção.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

A movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos é demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.800.213	11.750.361
Captações	-	2.903.031
Apropriação de juros	42.968	761.052
Pagamento de principal	(1.725.000)	(3.149.525)
Pagamento de juros	(118.181)	(742.724)
Variação monetária e cambial	-	(319.488)
Variação de valor justo	-	351.560
Resultado de <i>hedges</i>	-	102.422
Saldo de empresa adquirida (vide nota explicativa nº 28)	-	111.328
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	11.768.017
Captações	-	4.179.974
Apropriação de juros	-	846.329
Pagamento de principal	-	(2.718.953)
Pagamento de juros	-	(798.653)
Variação monetária e cambial	-	1.675.583
Variação de valor justo	-	(465.053)
Resultado de <i>hedges</i>	-	(185.134)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	14.302.110

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do saldo do passivo correspondente e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva. Em 31 de dezembro de 2024, o montante apropriado para o resultado foi de R\$ 18.928 (R\$ 19.626 em 31 de dezembro de 2023). O saldo a apropriar nos próximos exercícios é de R\$ 69.914 (R\$ 84.516 em 31 de dezembro de 2023).

b. Garantias

Em 31 de dezembro de 2024, havia R\$ 114.472 em financiamentos que possuíam garantias reais. Ainda, haviam R\$ 13.586.936 (R\$ 10.966.890 em 31 de dezembro de 2023) em financiamentos sem garantias reais com avais, fianças ou notas promissórias.

A Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 97.947 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 103.600 em 31 de dezembro de 2023).

A controlada Ipiranga emite garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes, com pagamentos futuros máximos relacionados a essas garantias no montante de R\$ 219.700 (R\$ 397.152 em 31 de dezembro de 2023). Caso a controlada Ipiranga venha a ser obrigada a realizar algum pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. Até 31 de dezembro de 2024 a controlada Ipiranga não teve perdas relacionadas a essas garantias.

c. Operações relevantes contratadas no exercício

As principais operações contratadas no exercício estão demonstradas abaixo:

Descrição	Índice/ Moeda	Encargos financeiros	Instrumento de proteção	Data de emissão	Vencimento	Principal	Principal em R\$	Pagamento da remuneração	Pagamento do valor nominal	Empresa
CDCA	% DI	108,00%	N/A	jan-24	jan-25	R\$ 80.000	R\$ 80.000	Trimestral	No vencimento	Ipiranga
4131	EUR	4,33%	111,9% do DI	jan-24	jan-25	EUR 23.500	R\$ 126.195	Semestral	No vencimento	Iconic
CCB	% DI	108,37%	N/A	mar-24	mar-25	R\$ 500.000	R\$ 500.000	Anual	No vencimento	Ipiranga
4131	EUR	4,43%	108,5% do DI	mar-24	mar-25	EUR 46.040	R\$ 247.099	No vencimento	No vencimento	Ipiranga
4131	JPY	1,32%	108,9% do DI	mar-24	ago-24	JPY 3.760.000	R\$ 123.742	No vencimento	No vencimento	Ultragaz
										Logística
4131	EUR	4,38%	108,5% do DI	mar-24	mar-25	EUR 45.977	R\$ 246.897	No vencimento	No vencimento	Ultragaz
										Logística
CCB	% DI	108,37%	N/A	abr-24	abr-26	R\$ 500.000	R\$ 500.000	Anual	No vencimento	Ipiranga
4131	USD	6,11%	112,4% do DI	abr-24	abr-25	USD 9.728	R\$ 48.601	Semestral	No vencimento	Iconic
CDCA	DI +	0,92%	N/A	mai-24	abr-27	R\$ 500.000	R\$ 500.000	Anual	No vencimento	Ipiranga
4131	JPY	1,44%	108,1% do DI	mai-24	out-24	JPY 7.530.077	R\$ 258.500	No vencimento	No vencimento	Ultragaz
										Logística
CDCA	%DI	109,00%	N/A	jun-24	abr-27	R\$ 200.000	R\$ 200.000	Trimestral	2026 e 2027	Ipiranga
Debêntures	CDI	0,65%	N/A	jul-24	jul-27	R\$ 455.000	R\$ 455.000	Semestral	No vencimento	Cia Ultragaz
Debêntures	CDI	0,90%	N/A	jul-24	jul-29	R\$ 245.000	R\$ 245.000	Semestral	No vencimento	Cia Ultragaz
Debêntures	IPCA	6,28%	N/A	ago-24	jun-34	R\$ 80.000	R\$ 80.000	Semestral	No vencimento	Ultragaz
										Logística
4131	SOFR	1,29%	112,5% do DI	set-24	set-25	USD 4.535	R\$ 25.000	Trimestral	No vencimento	Serra Diesel
CCB	% DI	103,00%	N/A	nov-24	nov-25	R\$ 370.000	R\$ 370.000	No vencimento	No vencimento	Iconic
FNE	IPCA	2,93%	69,5% do DI	dez-24	nov-41	R\$ 151.464	R\$ 151.464	Mensal c/ carência	2028 a 2041	Ultragaz
										Logística

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

d. Debêntures

Referem-se a recursos captados pela Sociedade e suas controladas utilizados, substancialmente, no curso ordinário dos seus negócios.

Data Emissão	Natureza	Empresa	Emissora	Emissão	Série	Vencimento	Principal	Remuneração original	Instrumento de proteção/swap	Pagamento da remuneração	Pagamento do valor nominal
abr-17	CRA	Ipiranga Prod. De Petróleo S.A.	Eco Consult - Consultoria de Oper. Financ. Agropecuárias Ltda.	5ª	2ª	abr-24	352.361	IPCA + 4,68%	93,9% do DI	Anual	No vencimento
out-17	CRA	Ipiranga Prod. De Petróleo S.A.	Vert Companhia Securitizadora.	7ª	2ª	out-24	213.693	IPCA + 4,34%	97,3% do DI	Anual	No vencimento
dez-18	CRA	Ipiranga Prod. De Petróleo S.A.	Vert Companhia Securitizadora.	8ª	2ª	dez-25	240.000	IPCA + 4,61%	97,1% do DI	Anual	No vencimento
nov-19	Debêntures	Ultracargo Logística S.A.	-	1ª	Única	nov-24	90.000	6,47%	99,94% do DI	Semestral	No vencimento
mar-21	Debêntures	Ultracargo Soluções Logísticas S.A.	-	1ª	Única	mar-28	360.000	IPCA + 4,04%	111,4% do DI	Semestral	No vencimento
mar-21	Debêntures	Ultracargo Logística S.A.	-	2ª	Única	mar-28	100.000	IPCA + 4,37%	111,4% do DI	Semestral	No vencimento
set-21	CRA	Ipiranga Prod. De Petróleo S.A.	Vert Companhia Securitizadora.	10ª	Única	set-28	960.000	IPCA + 4,8287%	102,75% do DI	Semestral	No vencimento
jun-22	CRA	Ipiranga Prod. De Petróleo S.A.	Vert Companhia Securitizadora.	11ª	Única	jun-32	1.000.000	IPCA + 6,0053%	104,8% do DI	Semestral	Anual a partir do 8º ano
jun-23	CRA	Ipiranga Prod. De Petróleo S.A.	Vert Companhia Securitizadora.	12ª	1ª	jun-27	325.791	11,17% a.a.	105,1% do DI	Trimestral	No vencimento
jun-23	CRA	Ipiranga Prod. De Petróleo S.A.	Vert Companhia Securitizadora.	12ª	2ª	jun-27	292.209	DI + 0,70% a.a.	-	Trimestral	No vencimento
jul-23	CRA	Ipiranga Prod. De Petróleo S.A.	Vert Companhia Securitizadora.	13ª	1ª	jul-27	200.000	11,17% a.a.	102,9% do DI	Trimestral	No vencimento
jul-23	CRA	Ipiranga Prod. De Petróleo S.A.	Vert Companhia Securitizadora.	13ª	2ª	jul-27	200.000	DI + 0,70% a.a.	-	Trimestral	No vencimento
jul-24	Debêntures	Companhia Ultragaz S.A.	-	2ª	1ª	jul-27	455.000	DI + 0,65% a.a.	-	Semestral	No vencimento
jul-24	Debêntures	Companhia Ultragaz S.A.	-	2ª	2ª	jul-29	245.000	DI + 0,90% a.a.	-	Semestral	No vencimento
ago-24	Debêntures	Ultracargo Logística S.A.	-	3ª	Única	jul-34	80.000	IPCA + 6,28%	-	Semestral	No vencimento

A Sociedade e suas controladas contrataram instrumentos de proteção para as variações dos respectivos indexadores. Os instrumentos de proteção foram designados como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações do valor justo reconhecidas no resultado. As debêntures, empréstimos e financiamentos não possuem *covenants* financeiros.

16. Fornecedores (Consolidado)

a. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	2.558.813	2.907.042
Fornecedores - partes relacionadas nacionais (nota explicativa nº 8.b)	23.432	82.843
Fornecedores estrangeiros	776.052	1.628.177
Fornecedores - partes relacionadas estrangeiros (nota explicativa nº 8.b)	160.088	64.609
	3.518.385	4.682.671

b. Fornecedores - convênio

Política contábil

Operações de fornecedores convênios: Consiste na antecipação do recebimento de títulos por parte do fornecedor junto as instituições financeiras antes do seu prazo de vencimento, com o objetivo de proporcionar aos fornecedores a oportunidade de gerenciar de forma mais eficaz seus recebíveis.

A cessão dos créditos não resulta em quaisquer custos ou tarifas junto às instituições financeiras que revertam em benefício das controladas da Sociedade, nem em outorga de garantias de qualquer natureza a essas instituições financeiras. A decisão de aderir a esse tipo de operação é única e exclusivamente do fornecedor.

O convênio não altera substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor. Desta forma, os valores a pagar às instituições financeiras destas transações são apresentadas na rubrica de fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2024, para refletir com precisão a essência das transações mercantis, o saldo das operações de convênios para os quais os fornecedores já receberam os pagamentos foi de R\$ 1.014.504 (R\$ 1.039.366 em 31 de dezembro de 2023). O prazo médio de pagamento, em dias, dos fornecedores que aderiram as operações de Convênios e Fornecedores comparáveis, está apresentado a seguir:

	Consolidado	
	Convênios	Fornecedores comparáveis ¹
Prazo médio de pagamento	12	8

¹ Fornecedores comparáveis são aqueles que não aderiram aos acordos de Convênios, considerando características específicas de condições de pagamento.

17. Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)**Política contábil**

A Sociedade e suas controladas oferecem plano de previdência privada a seus funcionários na modalidade de contribuição definida, e outros benefícios relacionados a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS"), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis, sendo elaborados, com exceção do plano de previdência privada, estudos atuariais anuais por profissional independente, revisados pela Administração. Os respectivos impactos são reconhecidos de acordo com o método do crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

a. ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar

Em fevereiro de 2001 o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001 empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar ("Ultraprev"). A Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e/ou prazos de recebimento de aposentadoria.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Sociedade e suas controladas contribuíram à Ultraprev com R\$ 22.482 (R\$ 22.482 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

O saldo de R\$ 4.454 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 18.271 em 31 de dezembro de 2023) referente ao fundo de reversão será utilizado para abatimento de contribuições normais das patrocinadoras em um período de até 18 meses, dependendo da patrocinadora. A quantidade de meses é estimada de acordo com o montante atual que está sendo abatido das contribuições de cada patrocinadora.

O total de empregados vinculados ao plano em 31 de dezembro de 2024 é de 3.801 participantes ativos e 297 participantes aposentados (4.053 participantes ativos e 298 participantes aposentados em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, a Ultraprev possui 21 ex-funcionários ou beneficiários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

b. Benefícios pós-emprego (Consolidado)

Algumas controladas reconhecem provisão para benefícios pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do FGTS, plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Os valores relacionados a esses benefícios estão baseados em avaliação conduzida por atuário independente e revisados pela Administração em 31 de dezembro de 2024.

	31/12/2024	31/12/2023
Plano de assistência médica e odontológica ⁽¹⁾	177.958	211.279
Indenização do FGTS	32.420	38.456
Gratificação por tempo de serviço	1.795	2.026
Seguro de vida ⁽²⁾	10.703	13.062
Total	222.876	264.823
Circulante	24.098	23.612
Não circulante	198.778	241.211

⁽¹⁾ Aplicável a Ipiranga, Tropical (incorporada pela Ipiranga) e Iconic.

⁽²⁾ Aplicável a Ipiranga, Tropical (incorporada pela Ipiranga), Ultragaz e Ultrapar.

A movimentação do valor presente da obrigação de benefício pós-emprego está apresentada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	264.823	215.556
Despesa do exercício	27.077	17.521
Atualização/alteração do benefício	(10.094)	-
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de alterações de hipóteses	(41.727)	52.099
Benefícios pagos diretamente pela Sociedade e suas controladas	(17.203)	(20.353)
Saldo final	222.876	264.823

O total da despesa em cada exercício está apresentado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Plano de assistência médica e odontológica	20.420	11.182
Indenização do FGTS	5.290	4.909
Gratificação por tempo de serviço	254	286
Seguro de vida	1.113	1.144
Total	27.077	17.521

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

As principais premissas atuariais utilizadas são:

Hipóteses econômicas	31/12/2024	31/12/2023
	% a.a.	% a.a.
Taxa de desconto a valor presente da obrigação atuarial – Indeniz FGTS	11,97	9,41
Taxa de desconto a valor presente da obrigação atuarial – Gratificação	11,82	9,41
Taxa média de desconto a valor presente da obrigação atuarial – Serv Médicos	11,07	9,53
Taxa de desconto a valor presente da obrigação atuarial – Seguro de Vida	11,82	9,41
Taxa média nominal de crescimento salarial projetada – Indeniz FGTS	6,80	6,83
Taxa média nominal de crescimento salarial projetada – Gratificação	7,33	7,33
Taxa de inflação (longo prazo)	3,5	3,5
Taxa de crescimento dos serviços médicos	7,64	7,64

Hipóteses demográficas

Tábua de Mortalidade para seguro de vida – CSO-80

Tábua de Mortalidade demais benefícios – AT 2000 Basic desagravada em 10%

Tábua de Mortalidade de Inválidos – RRB 1983 e RRB-1944

Tábua de Entrada em Invalidez – Light fraca

Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da provisão para benefícios pós-emprego são: taxa de desconto, crescimento salarial e custos médicos. As análises de sensibilidade em 31 de dezembro de 2024, apresentadas a seguir, foram determinadas com base em mudanças possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do exercício das demonstrações financeiras, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Premissa	Mudança na premissa	Diminuição no passivo	Mudança na premissa	Aumento no passivo
Taxa de desconto	aumento 1,0 p.p.	19.736	diminuição 1,0 p.p.	23.953
Taxa de crescimento salarial	diminuição 1,0 p.p.	284	aumento 1,0 p.p.	304
Taxa de crescimento dos serviços médicos	diminuição 1,0 p.p.	18.385	aumento 1,0 p.p.	22.185

A análise de sensibilidade apresentada pode não representar a mudança real na obrigação de benefícios pós-emprego, uma vez que não é provável que a mudança ocorra nas premissas isoladamente, considerando que algumas dessas premissas podem estar correlacionadas.

Riscos inerentes aos benefícios pós-emprego

Risco de taxa de juros: para calcular o valor presente do passivo do plano de benefícios pós-emprego é utilizada a taxa de juros de longo prazo. Uma redução nessa taxa de juros aumentará o passivo correspondente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Risco de crescimento salarial: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência os salários dos participantes do plano, projetados pela taxa média nominal de crescimento salarial. Um aumento real do salário dos participantes do plano aumentará o passivo correspondente.

Risco de custos médicos: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência o custo médico por faixa etária com base nas despesas assistenciais reais, projetado com base na taxa de crescimento dos serviços médicos. Um aumento real do custo médico aumentará o passivo correspondente.

18. Provisões e passivos contingentes (Consolidado)

Política contábil

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas quando existe uma obrigação presente originada de evento passado, cujo desembolso de recursos para liquidar a obrigação é considerado provável e é possível estimar com confiabilidade o valor da obrigação, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os montantes são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos. A contrapartida da provisão é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou quando a obrigação for liquidada. Os ativos contingentes são divulgados quando os benefícios econômicos vinculados são prováveis e somente são reconhecidos nas demonstrações financeiras no período em que a sua realização é considerada certa, e seu valor seja possível de ser mensurado com segurança.

a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade e suas controladas estão envolvidas em processos tributários, cíveis e trabalhistas, tanto na esfera administrativa quanto judicial. O quadro abaixo apresenta a composição e a movimentação das provisões por natureza:

Provisões	Saldo em 31/12/2023	Adições	Reversões ⁽¹⁾	Pagamentos/ baixas	Atualizações	Saldo em 31/12/2024
IRPJ e CSLL (a.1)	636.167	949	(15.124)	(610.534)	21.488	32.946
Tributárias	107.172	41.474	(72.427)	(10.002)	867	67.082
Cíveis, ambientais e regulatórias	150.258	66.215	(19.002)	(35.519)	20	161.972
Provisão para indenizações (a.2)	203.780	19.519	(6.081)	(12.959)	2.549	206.808
Trabalhistas	59.144	18.468	(16.447)	(7.764)	768	54.169
Outras	147.609	7.564	(15.148)	(6.684)	2.040	135.383
Total	1.304.130	154.189	(144.229)	(683.462)	27.732	658.360
Circulante	45.828					47.788
Não circulante	1.258.302					610.572

⁽¹⁾ Deste montante R\$ 28.612 refere-se à reversões de atualizações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Provisões	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualizações	Aquisição de controlada	Saldo em 31/12/2023
IRPJ e CSLL (a.1)	559.217	14.597	(6.717)	-	69.070	-	636.167
Tributárias	68.434	46.743	(21.148)	(14.747)	27.101	789	107.172
Cíveis, ambientais e regulatórias	93.416	124.857	(29.402)	(39.071)	-	458	150.258
Trabalhistas	73.172	27.333	(27.308)	(16.310)	2.257	-	59.144
Provisão para indenizações (a.2)	150.820	32.691	(7.969)	-	28.238	-	203.780
Outras	95.113	47.329	(8.031)	-	13.198	-	147.609
Total	1.040.172	293.550	(100.575)	(70.128)	139.864	1.247	1.304.130
Circulante	22.837						45.828
Não circulante	1.017.335						1.258.302

A composição dos depósitos judiciais por natureza está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Tributários (a.1)	306.593	856.830
Trabalhistas	24.070	37.715
Cíveis e outros	115.413	138.172
	446.076	1.032.717

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a atualização monetária dos depósitos judiciais foi de R\$ 45.336 (R\$ 62.217 em 31 de dezembro de 2023), sendo registrada em contrapartida da rubrica de receita financeira no resultado.

a.1 Provisões tributárias

Em 7 de outubro de 2005, as controladas Ultragaz e Bahiana ajuizaram mandado de segurança, no qual foi deferida liminar, posteriormente confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. A decisão autorizava a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de GLP com débitos de outros tributos federais, bem como a realização dos depósitos judiciais até o desfecho da controvérsia. Em 18 de julho de 2014, após decisão desfavorável em segunda instância, alinhada à jurisprudência do STJ (Tema 1.093), as controladas suspenderam os depósitos e retomaram o recolhimento dos tributos. Em 21 de outubro de 2024 com a desistência da ação e trânsito em julgado, a provisão referente a essa tese foi revertida e os depósitos judiciais, no montante de R\$ 621.009, foram integralmente levantados pela União, sem impacto no resultado.

a.2 Provisão para indenizações

Em 1º de abril de 2022 a Ultrapar concluiu a venda da Oxiten, assumindo responsabilidade por perdas decorrentes de atos anteriores ao fechamento da transação, conforme o contrato de compra e venda. O total da provisão constituída para ressarcimento à Indorama, caso as perdas se concretizem, é de R\$ 174.408 (R\$ 168.567 em 31 de dezembro de 2023), sendo R\$ 95.274 (R\$ 92.823 em 31 de dezembro de 2023) para processos trabalhistas, R\$ 26.074 (R\$ 17.584 em 31 de dezembro de 2023) para processos cíveis e R\$ 53.060 (R\$ 58.160 em 31 de dezembro de 2023) para processos tributários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em 1º de agosto de 2022, a Ultrapar também concluiu a venda da Extrafarma, com a controlada Ipiranga assumindo a responsabilidade pelas perdas anteriores ao fechamento. Assim, foi constituída uma provisão para ressarcimento à Pague Menos, caso as perdas se concretizem, no total de R\$ 32.400 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 35.074 em 31 de dezembro de 2023) referente à provisão para indenização, sendo R\$ 12.074 (R\$ 16.259 em 31 de dezembro de 2023) para processos trabalhistas, R\$ 7.007 (R\$ 6.420 em 31 de dezembro de 2023) para processos cíveis e R\$ 13.319 (R\$ 12.395 em 31 de dezembro de 2023) para processos tributários.

b. Passivos contingentes (possíveis)

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas, cujas chances de perda são classificadas como possíveis pelos departamentos jurídicos da Sociedade e suas controladas, com base na análise e opinião de seus assessores legais externos. Com base nessas avaliações, tais contingências não estão provisionadas nas demonstrações financeiras.

Passivos contingentes (possíveis)	31/12/2024	31/12/2023
Tributários (b.1)	4.176.046	3.148.224
Cíveis (b.2)	815.203	624.653
Trabalhistas	293.938	240.515
	<u>5.285.187</u>	<u>4.013.392</u>

b.1 Passivos contingentes tributários

A Sociedade e suas controladas também são parte em ações administrativas e judiciais envolvendo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, substancialmente envolvendo indeferimento de compensações e glosa de créditos no valor de R\$ 2.049.421 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.394.010 em 31 de dezembro de 2023), com destaque para o auto de infração de IRPJ e CSLL devido à suposta amortização indevida do ágio pago na aquisição de investimentos, no valor de R\$ 266.619 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 251.789 em 31 de dezembro de 2023).

Adicionalmente, a controlada Ipiranga e suas subsidiárias possuem processos relacionados ao ICMS totalizando R\$ 1.357.445 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.380.424 em 31 de dezembro de 2023). As principais causas incluem: i) créditos considerados indevidos de R\$ 94.640 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 149.061 em 31 de dezembro de 2023); ii) suposta falta de recolhimento do imposto de R\$ 154.914 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 196.693 em 31 de dezembro de 2023); iii) fruição condicionada de incentivo fiscal de R\$ 191.549 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 193.912 em 31 de dezembro de 2023); iv) diferenças de estoque de R\$ 279.448 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 282.254 em 31 de dezembro de 2023); v) cobrança do adicional de 2% sobre produtos considerados não essenciais (etanol hidratado) de R\$ 223.691 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 271.518 em 31 de dezembro de 2023).

Ademais, a controlada Ipiranga e suas subsidiárias discutem a compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) relacionados a insumos tributados, cujas saídas posteriores ocorreram sob imunidade constitucional. O valor desta contingência é R\$ 194.508 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 185.388 em 31 de dezembro de 2023).

b.2 Passivos contingentes cíveis

Os principais processos contra a Ultragaz no valor de R\$ 187.460 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 113.756 em 31 de dezembro de 2023), são em sua maioria, movidos por revendedores que buscam a indenização, nulidade e rescisão dos contratos de distribuição.

c. Operação de lubrificantes entre Ipiranga e Chevron

As provisões de responsabilidade do acionista Chevron somam R\$ 36.146 (R\$ 29.022 em 31 de dezembro de 2023), sendo constituído um ativo de indenização, relacionado substancialmente a: i) R\$ 32.380 (R\$ 25.777 em 31 de dezembro de 2023) de autuações de ICMS de vendas para fins industriais, em que o STF encerrou o julgamento da tese desfavoravelmente aos contribuintes; ii) R\$ 3.545 (R\$ 3.020 em 31 de dezembro de 2023) de processos trabalhistas.

Adicionalmente, em decorrência da combinação de negócios, foi reconhecida em 1º de dezembro de 2017 uma provisão de R\$ 198.900, relacionada a passivos contingentes e em contrapartida foi constituído um ativo de indenização de mesmo valor, com saldo atual de R\$ 89.952 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 95.905 em 31 de dezembro de 2023). Os valores de provisões e passivos contingentes relacionados à combinação de negócios e à responsabilidade da acionista Chevron serão ressarcidos à controlada Iconic em caso de perdas, sem a necessidade de provisionar valores incobráveis.

19. Bônus de subscrição – indenização

Em virtude da associação entre a Sociedade e a Extrafarma em 31 de janeiro de 2014, foram emitidos 7 bônus de subscrição – indenização, correspondentes a até 6.411.244 ações da Sociedade.

Em 15 de fevereiro de 2023, 09 de agosto de 2023, 28 de fevereiro de 2024 e 07 de agosto de 2024 o Conselho de Administração confirmou a emissão de, respectivamente 31.211, 8.199, 191.778 e 35.235 ações ordinárias dentro do limite do capital autorizado previsto no art. 6º do Estatuto Social da Sociedade, em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição.

Conforme previsto no contrato de associação entre a Sociedade e a Extrafarma, de 31 de janeiro de 2014 e devido às decisões desfavoráveis de alguns processos com fatos geradores anteriores a 31 de janeiro de 2014, 775.291 ações vinculadas aos bônus de subscrição – indenização foram canceladas e não emitidas. Em 31 de dezembro de 2024, foi registrado como receita financeira o valor de R\$ 31.657 (despesa financeira de R\$ 45.084 em 31 de dezembro de 2023) devido à atualização dos bônus de subscrição, e permanecem retidas 3.006.641 ações vinculadas aos bônus de subscrição – indenização que poderão ser emitidas ou canceladas à medida em que as decisões definitivas dos processos sejam favoráveis ou desfavoráveis, respectivamente, sendo esse o número máximo de ações que podem ser emitidas futuramente, totalizando R\$ 47.745 (R\$ 87.299 em 31 de dezembro de 2023).

20. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e integralizado estava representado por 1.115.439.503 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (1.115.212.490 em 31 de dezembro de 2023), sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Em 19 de abril de 2023 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária o aumento do capital social da Sociedade no valor total de R\$ 1.450.000, sem a emissão de novas ações, mediante a incorporação ao capital social de parte dos recursos registrados na reserva estatutária para investimentos, no montante de R\$ 567.425, e de recursos registrados na reserva legal, no montante de R\$ 882.575. O preço das ações de emissão da Sociedade na B3 em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 15,88 (R\$ 26,51 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024 estavam em circulação no exterior 65.757.889 ações ordinárias na forma de ADRs (52.197.033 ações em 31 de dezembro de 2023).

b. Instrumento patrimonial outorgado

A Sociedade possui plano de incentivo baseado em ações que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria (vide nota explicativa nº 8.d). Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de ações em tesouraria gravadas em usufruto era de 14.083.439 ações ordinárias (9.515.384 em 31 de dezembro de 2023).

c. Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Resoluções CVM 2/20 e 77/22.

Em 28 de novembro de 2024, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou programa de recompra de ações de sua emissão, com duração de 12 (doze) meses, contados a partir de 2 de dezembro de 2024 e limitado ao máximo de 25.000.000 de ações ordinárias. Em 2024, foram adquiridas 8.900.000 ações ao custo médio de R\$ 16,74 por ação.

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo era de R\$ 596.400 (R\$ 470.510 em 31 de dezembro de 2023) e eram mantidas livres em tesouraria pela Sociedade 19.283.471 ações ordinárias (16.195.439 em 31 de dezembro de 2023) adquiridas ao custo médio de R\$ 17,87 por ação.

	31/12/2024
Saldo livre de ações em tesouraria	19.283.471
Saldo de ações em tesouraria gravadas em usufruto (vide nota explicativa nº 20.b)	14.083.439
Saldo total de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2024	33.366.910

d. Reserva de capital

A reserva de capital reflete o ganho ou perda com a alienação de ações para concessão de usufruto a executivos das controladas da Sociedade, quando ocorre a finalização do plano, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.d. Por conta da associação com a Extrafarma ocorrida em 2014 houve um aumento da reserva de capital no montante de R\$ 498.812, devido à diferença do valor atribuído ao capital social e o valor de mercado da ação da Ultrapar na data da emissão, deduzido de R\$ 2.260 de custos na emissão dessas ações. Adicionalmente, em 15 de fevereiro de 2023, 09 de agosto de 2023, 28 de fevereiro de 2024 e 07 de agosto de 2024 ocorreram aumentos da reserva nos montantes de R\$ 411, R\$ 149, R\$ 5.631 e R\$ 821 respectivamente, decorrente do exercício parcial dos bônus de subscrição – indenização (vide nota explicativa nº 19).

e. Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação, constituída anteriormente à adoção das normas internacionais de contabilidade (CPC/ IFRS Accounting Standards) instituídas pela Lei 11.638/07, reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas.

f. Reserva de lucros***f.1 Reserva legal***

Conforme a Lei das S.A, a Sociedade destina 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2024 a reserva legal totalizava R\$ 240.127 (R\$ 121.990 em 31 de dezembro de 2023). Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou para absorção de prejuízos, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

f.2 Reserva estatutária para investimentos

Constituída em conformidade com o art. 194 da Lei das S.A e o art. 54 do Estatuto Social, com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos. Como previsto no estatuto, a Sociedade pode alocar até 75% do lucro líquido anual, após deduzida a reserva legal, à reserva estatutária para investimentos, até esta atingir o limite de 100% do capital social.

A reserva estatutária para investimentos é livre para distribuição aos acionistas e totalizava R\$ 7.746.973 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 6.267.569 em 31 de dezembro de 2023).

g. Ajustes de avaliação patrimonial

- (i) Os ganhos e perdas com os instrumentos de proteção de taxa de câmbio referentes a compromissos firmes e transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados como custo inicial do ativo não financeiro, reconhecidos no resultado no momento da liquidação do instrumento de proteção.
- (ii) A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de coligadas no exterior com moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade e administração própria é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.
- (iii) Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego apurados em avaliação conduzida por atuário independente são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.
- (iv) A Sociedade também reconhece nesta rubrica o efeito das mudanças na participação de não controladores em controladas que não resultam na perda de controle. Esse valor correspondente à diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tenha sido ajustada e o valor justo da contraprestação recebida ou paga e representa uma transação com acionistas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

A composição e movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial da controladora são demonstradas conforme a seguir:

	Valor justo dos instrumentos de <i>hedge</i> de fluxo de caixa (i)	Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira (ii)	Ganhos/ (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego (iii)	Mudança de participação de não controladores (iv)	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2022	-	-	(18.142)	197.369	747	179.974
Variação de valor justo dos instrumentos financeiros	(11.375)	-	-	-	284	(11.091)
IRPJ e CSLL sobre valor justo	3.691	-	-	-	-	3.691
Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego próprio e de controladas	-	-	(28.710)	-	-	(28.710)
IRPJ e CSLL sobre ganhos atuariais	-	-	10.244	-	-	10.244
Em 31 de dezembro de 2023	(7.684)	-	(36.608)	197.369	1.031	154.108
Variação de valor justo dos instrumentos financeiros	12.186	-	-	-	52	12.238
IRPJ e CSLL sobre valor justo	(3.691)	-	-	-	-	(3.691)
Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego próprio e de controladas	-	-	24.587	-	-	24.587
IRPJ e CSLL sobre ganhos atuariais	-	-	(9.164)	-	-	(9.164)
Conversão de moeda estrangeira de coligadas no exterior	-	36.134	-	-	-	36.134
Em 31 de dezembro de 2024	811	36.134	(21.185)	197.369	1.083	214.212

h. Aprovação de dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios

Em 28 de fevereiro de 2024 foi aprovado pelo Conselho de Administração e no dia 17 de abril de 2024 foi ratificado pela Assembleia Geral Ordinária o pagamento de dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios da Sociedade referentes a 2023 no valor total de R\$ 134.031.

Em 7 de agosto de 2024, o Conselho de Administração aprovou a antecipação de dividendos referentes a 2024 no montante de R\$ 275.971, correspondentes a R\$ 0,25 por ação ordinária, pagos a partir de 23 de agosto de 2024, sem remuneração ou atualização monetária.

i. Destinação do resultado do exercício

Aos acionistas da Sociedade é assegurado estatutariamente um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido ajustado, após destinação de 5% para reserva legal, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar referentes ao exercício de 2023, cujo montante em 31 de dezembro de 2023 totalizava R\$ 109.515 (R\$ 0,10 – dez centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 15 de fevereiro de 2024, e foram pagos a partir de 03 de março de 2024. Os dividendos propostos a pagar referentes ao exercício de 2024, cujo montante em 31 de dezembro de 2024 totaliza R\$ 493.301 (R\$ 0,45 – quarenta e cinco centavos de Real por ação) foram aprovados pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2025, e serão pagos a partir de 15 de março de 2025.

A proposta da administração para destinação do lucro líquido do exercício de 2024 e para distribuição de dividendos é assim demonstrada:

<u>Destinação do lucro líquido</u>	31/12/2024
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Ultrapar	2.362.740
Reserva legal (5% do lucro líquido)	(118.137)
Lucro líquido ajustado (base para dividendos)	<u>2.244.603</u>
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício (25% do lucro líquido ajustado)	<u>561.151</u>
Dividendos intermediários já distribuídos (R\$ 0,25 por ação)	(275.971)
Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios	<u>208.121</u>
Saldo de dividendos propostos a pagar (R\$ 0,45 por ação)	493.301
<u>Destinação do lucro líquido</u>	
Reserva legal (5% do lucro líquido)	118.137
Reserva estatutária	1.475.331
Dividendos intermediários	275.971
Dividendos mínimos obrigatórios complementar do exercício (25% do lucro líquido ajustado (-) dividendos intermediários)	285.180
Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios	<u>208.121</u>
Total da distribuição do lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Ultrapar	<u>2.362.740</u>

A movimentação dos dividendos a pagar está demonstrada abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	314.418	334.641
Dividendos a pagar	695.182	829.857
Dividendos prescritos	(3.369)	(3.369)
Pagamentos	<u>(713.066)</u>	<u>(833.658)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>293.165</u>	<u>327.471</u>

21. Receita líquida de vendas e serviços (Consolidado)

Política contábil

As receitas de vendas e serviços prestados decorrentes de contratos com clientes são reconhecidas contabilmente pelo regime de competência quando, ou à medida em que, são satisfeitas as obrigações de desempenho ao transferir o controle de um bem ou serviço prometido a um cliente de modo que o mesmo obtenha substancialmente a totalidade dos benefícios gerados, de acordo com as obrigações de cada transação, bem como quando for altamente provável que a Sociedade e suas controladas receberão a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos.

A Sociedade e suas controladas reconhecem a receita através do modelo de 5 etapas, conforme abordagem do IFRS 15/CPC 47: (1) identificação dos contratos com um cliente, (2) identificação das obrigações de desempenho, (3) determinação do preço da transação, (4) alocação do preço de transação às obrigações de desempenho nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando, ou à medida que, é satisfeita a obrigação de desempenho e o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

A receita é mensurada e apresentada pelo valor justo da contraprestação à qual a Sociedade e suas controladas esperam ter direito, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos, impostos sobre vendas, amortização de ativos de contratos com clientes e outras deduções, se aplicáveis. As controladas da Sociedade não possuem obrigações de devoluções ou reembolso em seus contratos com clientes, bem como não possuem componente de financiamento significativo que impactem diretamente na determinação da contraprestação esperada.

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de vendas:		
Mercadorias	137.047.316	128.570.541
Prestação de serviços e outros	1.814.590	1.673.985
Energia elétrica ⁽¹⁾	195.438	-
Devoluções, abatimentos e descontos	(1.122.338)	(1.013.600)
Amortização dos ativos de contrato	(555.083)	(607.445)
	<u>137.379.923</u>	<u>128.623.481</u>
Impostos sobre vendas	<u>(3.881.010)</u>	<u>(2.574.780)</u>
Receita líquida	<u>133.498.913</u>	<u>126.048.701</u>

⁽¹⁾ Refere-se a receita de comercialização de energia elétrica da controlada Witzler, adquirida pela Ultragaz no exercício de 2024. Para maiores detalhes vide nota explicativa 28.b.

22. Custos, despesas e outros resultados operacionais por natureza

A Sociedade apresenta os resultados por natureza na demonstração dos resultados consolidados por função, e apresenta a seguir o detalhamento dos custos, despesas e outros resultados operacionais por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	-	-	(121.796.193)	(114.657.376)
Gastos com pessoal	(248.179)	(225.596)	(2.591.309)	(2.335.738)
Frete e armazenagens	-	-	(1.276.230)	(1.378.054)
Obrigação de descarbonização ^(a)	-	-	(584.371)	(740.298)
Serviços prestados por terceiros	(74.375)	(80.526)	(759.638)	(662.542)
Depreciação e amortização	(15.808)	(10.216)	(900.673)	(840.377)
Amortização de ativos de direito de uso	(2.864)	(2.291)	(312.060)	(305.900)
Propaganda e marketing	(1.779)	(677)	(221.344)	(235.167)
Créditos fiscais extemporâneos ^(b)	-	-	-	19.527
Outras despesas e receitas, líquidas	(6.908)	2.506	(155.806)	(468.794)
CSC/Holding	319.422	297.726	-	-
Total	(30.491)	(19.074)	(128.597.624)	(121.604.719)
Classificado como:				
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-	-	(123.811.893)	(116.730.469)
Despesas com vendas e comerciais	-	-	(2.499.547)	(2.253.226)
Despesas gerais e administrativas	(48.834)	(65.850)	(1.872.092)	(2.018.159)
Outros resultados operacionais, líquidos	18.343	46.776	(414.092)	(602.865)
Total	(30.491)	(19.074)	(128.597.624)	(121.604.719)

^(a) Refere-se à obrigação estabelecida pelo programa RenovaBio para atingimento das metas de descarbonização do setor de gás e petróleo, cujos valores estão apresentados na rubrica de outros resultados operacionais, líquidos. Para mais informações, vide nota explicativa nº 14.

^(b) Refere-se substancialmente a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS.

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	25.470	48.061	514.460	518.607
Juros de clientes	-	-	173.184	127.562
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 19)	31.657	-	31.657	-
Juros Selic sobre créditos de PIS/COFINS	3	-	57.839	132.257
Atualização de provisões e outras receitas	11.739	48.888	103.934	102.458
	<u>68.869</u>	<u>96.949</u>	<u>881.074</u>	<u>880.884</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(911)	(43.902)	(1.235.748)	(1.482.183)
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	(788)	(684)	(133.767)	(143.005)
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 19)	-	(45.084)	-	(45.084)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(12.744)	(14.416)	(151.518)	(156.481)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos financeiros derivativos	1.624	(1.051)	(280.861)	38.161
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	(8.140)	(10.595)	(11.114)	(91.422)
	<u>(20.959)</u>	<u>(115.732)</u>	<u>(1.813.008)</u>	<u>(1.880.014)</u>
Total	<u>47.910</u>	<u>(18.783)</u>	<u>(931.934)</u>	<u>(999.130)</u>

24. Lucro por ação (Controladora e Consolidado)

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. A Sociedade possui plano de remuneração em ações e bônus de subscrição, conforme mencionados nas notas explicativas nº 8.d e 19, respectivamente.

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado básico por ação		
Resultado líquido da Sociedade	2.362.740	2.439.795
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	1.102.130	1.095.469
Lucro básico por ação - R\$	2,1438	2,2272
Resultado diluído por ação		
Resultado líquido da Sociedade	2.362.740	2.439.795
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo os efeitos de diluição	1.117.595	1.104.942
Lucro diluído por ação - R\$	2,1141	2,2081
Média ponderada das ações (em milhares)		
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação	1.102.130	1.095.469
Efeito da diluição		
Bônus de subscrição	3.051	3.334
Plano de ações	12.414	6.139
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação	<u>1.117.595</u>	<u>1.104.942</u>

As informações do lucro por ação foram ajustadas pela emissão de 2.629.311 ações ordinárias em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição divulgados na nota explicativa nº 19.

25. Informações por segmento

Os segmentos apresentados nestas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas considerando as condições negociadas entre as partes.

Os principais segmentos são apresentados na tabela a seguir:

Segmento	Principais atividades
Ultragaz	Distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP) nos segmentos: granel, constituído por condomínios, comércios, serviços, indústrias e agronegócios; e envasado, formado substancialmente pelos consumidores residenciais. Como forma de ampliar a oferta de soluções energéticas para seus clientes, atua também nos segmentos de soluções energéticas renováveis e de gás natural comprimido.
Ipiranga	Distribuição e vendas de derivados de petróleo, biocombustíveis e produtos correlatos (gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes) para postos de serviços que operam sob a marca Ipiranga em todo o Brasil, para grandes consumidores e TRRs, bem como nos segmentos de lojas de conveniência e serviços automotivos.
Ultracargo	Atuação em soluções logísticas de armazenamento especializado em graneis líquidos com operações nos principais polos logísticos do Brasil.

a. Informações relativas à área geográfica

As controladas geram receitas em suas operações no Brasil, bem como por meio de exportação de produtos e serviços a clientes estrangeiros, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas e serviços:		
Brasil	132.311.614	124.400.378
Europa	50.717	202.665
Estados Unidos e Canadá	681.136	1.084.594
Outros países da América Latina	202.949	204.306
Singapura	166.673	145.082
Outros	85.824	11.676
Total	133.498.913	126.048.701

b. Informações financeiras relativas aos segmentos

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos de operações continuadas da Sociedade podem ser assim demonstradas.

Resultado	31/12/2024				Subtotal Segmentos	Eliminações	Total
	Ipiranga	Ultragaz	Ultracargo	Outros (1) (2)			
Receita líquida de vendas de serviços	121.336.232	11.288.418	1.075.558	8.691	133.708.899	(209.986)	133.498.913
Transações com terceiros	121.335.586	11.287.337	875.997	(7)	133.498.913	-	133.498.913
Transações entre segmentos	646	1.081	199.561	8.698	209.986	(209.986)	-
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(114.730.458)	(8.895.244)	(386.568)	-	(124.012.270)	200.377	(123.811.893)
Lucro bruto	6.605.774	2.393.174	688.990	8.691	9.696.629	(9.609)	9.687.020
Receitas (despesas) operacionais							
Com vendas e comerciais	(1.886.281)	(606.609)	(10.723)	(11)	(2.503.624)	4.077	(2.499.547)
Gerais e administrativas	(1.132.913)	(344.060)	(176.687)	(230.068)	(1.883.728)	11.636	(1.872.092)
Resultado na venda de bens	167.657	4.134	(24)	70	171.837	-	171.837
Outros resultados operacionais, líquidos	(512.714)	82.552	13.692	2.378	(414.092)	-	(414.092)
Lucro (prejuízo) operacional	3.241.523	1.529.191	515.248	(218.940)	5.067.022	6.104	5.073.126
Participação nos lucros de coligadas, controladas e controladas em conjunto	(8.654)	578	3.433	(122.539)	(127.182)	-	(127.182)
Amortização de mais valia de coligadas	-	-	(2.493)	-	(2.493)	-	(2.493)
Resultado total de equivalência patrimonial	(8.654)	578	940	(122.539)	(129.675)	-	(129.675)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	3.232.869	1.529.769	516.188	(341.479)	4.937.347	6.104	4.943.451
Depreciação e amortização (a)	444.924	284.153	118.559	19.451	867.087	(5.953)	861.134
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	553.840	1.243	-	-	555.083	-	555.083
Amortização de ativos de direito de uso	213.092	66.081	29.998	2.889	312.060	-	312.060
Amortização de mais valia de coligadas	-	-	2.493	-	2.493	-	2.493
Total de depreciação e amortização	1.211.856	351.477	151.050	22.340	1.736.723	(5.953)	1.730.770

(a) O montante está apresentado líquido do saldo de PIS e COFINS sobre depreciação no montante de R\$ 39.539.

⁽¹⁾ Inclui na linha “Gerais e administrativas e receita de venda de bens” o montante de R\$ 172.242 em 2024 de despesas referentes à estrutura de *holding* da Ultrapar.

⁽²⁾ A coluna “Outros” é formada pela controladora Ultrapar e pelas controladas Imaven, Ultrapar International, UVC Investimentos, UVC - Fundo de investimento e equivalência patrimonial da controlada em conjunto RPR e Hidrovias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Resultado	31/12/2023						Total
	Ipiranga (Reapresentado) (3)	Ultragas	Ultracargo	Outros (1) (2) (Reapresentado) (3)	Subtotal Segmentos	Eliminações	
Receita líquida de vendas de serviços	114.551.830	10.670.793	1.015.564	14.308	126.252.495	(203.794)	126.048.701
Transações com terceiros	114.551.827	10.669.365	815.249	12.260	126.048.701	-	126.048.701
Transações entre segmentos	3	1.428	200.315	2.048	203.794	(203.794)	-
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(108.074.324)	(8.485.215)	(355.798)	-	(116.915.337)	184.868	(116.730.469)
Lucro bruto	6.477.506	2.185.578	659.766	14.308	9.337.158	(18.926)	9.318.232
Receitas (despesas) operacionais							
Com vendas e comerciais	(1.615.178)	(626.554)	(11.395)	(99)	(2.253.226)	-	(2.253.226)
Gerais e administrativas	(1.318.092)	(298.171)	(167.344)	(253.478)	(2.037.085)	18.926	(2.018.159)
Resultado na venda de bens	170.604	13.199	103	(2.915)	180.991	(59.056)	121.935
Outros resultados operacionais, líquidos	(657.376)	20.191	2.335	31.985	(602.865)	-	(602.865)
Lucro (prejuízo) operacional	3.057.464	1.294.243	483.465	(210.199)	4.624.973	(59.056)	4.565.917
Participação nos lucros de coligadas, controladas e controladas em conjunto	(7.508)	26	11.764	7.626	11.908	-	11.908
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	3.049.956	1.294.269	495.229	(202.573)	4.636.881	(59.056)	4.577.825
Depreciação e amortização (a)	429.809	291.462	105.274	14.324	840.869	(492)	840.377
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	606.036	1.410	-	-	607.446	-	607.446
Amortização de ativos de direito de uso	211.934	61.124	30.454	2.387	305.899	-	305.899
Total de depreciação e amortização	1.247.779	353.996	135.728	16.711	1.754.214	(492)	1.753.722

(a) O montante está apresentado líquido do saldo de PIS e COFINS sobre depreciação no montante de R\$ 8.517.

⁽¹⁾ Inclui na linha “Gerais e administrativas e receita de venda de bens” o montante de R\$ 167.929 em 2023 de despesas referentes à estrutura de *holding* da Ultrapar.

⁽²⁾ A coluna “Outros” é formada pela controladora Ultrapar e pelas controladas Imaven, Ultrapar International, UVC Investimentos, UVC - Fundo de investimento e equivalência patrimonial da controlada em conjunto RPR.

⁽³⁾ Refere-se a mudança na estrutura societária no qual as empresas Eaí e Millenium passaram a compor o consolidado Ipiranga, sendo reapresentado no exercício de 2023 para fins de comparabilidade.

c. Ativos por segmento

31/12/2024					
Ativos	Ipiranga	Ultragaz	Ultracargo	Outros (1)	Total
Investimentos	146.450	1.042	216.134	1.785.007	2.148.633
Imobilizado	3.282.469	1.566.376	2.157.663	129.458	7.135.966
Intangível	1.017.405	333.652	283.598	273.675	1.908.330
Direito de uso	911.783	152.024	599.853	7.664	1.671.324
Outros ativos circulantes e não circulantes	20.944.583	2.156.708	393.368	3.199.162	26.693.821
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos)	26.302.690	4.209.802	3.650.616	5.394.966	39.558.074

31/12/2023					
Ativo	Ipiranga (Reapresentado) (2)	Ultragaz	Ultracargo	Outros (1) (Reapresentado) (2)	Total
Investimentos	68.107	240	215.745	34.264	318.356
Imobilizado	3.224.662	1.438.662	1.698.605	25.652	6.387.581
Intangível	1.612.584	282.517	281.054	377.762	2.553.917
Direito de uso	907.867	149.698	622.781	31.180	1.711.526
Outros ativos circulantes e não circulantes	19.228.878	2.273.866	415.085	5.362.765	27.280.594
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos)	25.042.098	4.144.983	3.233.270	5.831.623	38.251.974

⁽¹⁾ A coluna “Outros” é formada pela controladora Ultrapar e pelas controladas Imaven, Ultrapar International, UVC Investimentos, UVC - Fundo de investimento e equivalência patrimonial da controlada em conjunto RPR.

⁽²⁾ Refere-se a mudança na estrutura societária no qual as empresas Eaí e Millenium passaram a compor o consolidado Ipiranga, sendo reapresentado no exercício de 2023 para fins de comparabilidade.

26. Instrumentos financeiros (Consolidado)

Política contábil

Os instrumentos financeiros são classificados e mensurados conforme abaixo:

- **Custo amortizado:** instrumentos financeiros mantidos com o objetivo de receber e cumprir com os fluxos contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos, as perdas e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** instrumentos financeiros realizados com a finalidade de recebimento e obrigação dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos ativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos, as perdas e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação.

- **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** instrumentos financeiros que não foram classificados como custo amortizado ou mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os saldos são demonstrados ao valor justo. Os rendimentos auferidos, as variações cambiais e as variações de valor justo são contabilizados no resultado. Os fundos de investimentos e os instrumentos derivativos são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros para fins de proteção, aplicando os seguintes conceitos:

- **Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de valor justo:** instrumento financeiro utilizado para proteção de exposição a mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado.

- **Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de fluxo de caixa:** instrumento financeiro utilizado para mitigar exposição a variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável ou compromissos firmes que possam afetar o resultado.

- **Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de investimentos em entidades no exterior:** instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Sociedade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Classes e categorias de instrumentos financeiros e seus valores justos

Os saldos contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos e os critérios de mensuração são apresentados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos
- (b) Nível 2 - inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços)
- (c) Nível 3 - inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

31 de dezembro de 2024	Nota Explicativa	Nível	Valor contábil		Valor contábil	Valor Justo
			Mens. ao valor justo por meio do resultado	Mens. pelo custo amortizado	Total	
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	4.a	-	-	405.840	405.840	405.840
Títulos e fundos em moeda nacional	4.a	-	-	1.286.152	1.286.152	1.286.152
Títulos e fundos em moeda estrangeira	4.a	-	-	379.601	379.601	379.601
Aplicações financeiras			-	-	-	-
Títulos e fundos moeda nacional	4.b	Nível 2	2.271.979	-	2.271.979	2.271.979
Títulos e fundos em moeda estrangeira	4.b	-	-	2.854.126	2.854.126	2.854.126
Instrumentos derivativos	4.b	Nível 2	833.986	-	833.986	833.986
Contratos futuros de comercialização de energia	26.h	Nível 2	404.695	-	404.695	404.695
Contas a receber de clientes	5.a	-	-	3.913.004	3.913.004	3.913.004
Financiamentos a clientes	5.a	-	-	1.404.883	1.404.883	1.404.883
Demais contas a receber e outros ativos	-	-	-	386.853	386.853	386.853
Total			3.510.660	10.630.459	14.141.119	14.141.119
Passivos financeiros:						
Financiamentos	15.a	Nível 2	2.085.149	7.004.027	9.089.176	8.871.550
Debêntures	15.a	Nível 2	3.468.647	1.302.687	4.771.334	4.728.701
Instrumentos derivativos	15.a	Nível 2	441.600	-	441.600	441.600
Contratos futuros de comercialização de energia	26.h	Nível 2	114.776	-	114.776	114.776
Fornecedores	16.a	-	-	3.518.385	3.518.385	3.518.385
Fornecedores - convênio	16.b	-	-	1.014.504	1.014.504	1.014.504
Bônus de subscrição – indenização	19	Nível 1	47.745	-	47.745	47.745
Passivo financeiro de clientes	-	-	-	180.225	180.225	180.225
Contraprestação contingente	-	Nível 3	42.186	52.988	95.174	95.174
Demais contas a pagar	-	-	-	171.520	171.520	171.520
Total			6.200.103	13.244.336	19.444.439	19.184.180

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

		Nível	Valor contábil		Valor contábil	Valor Justo
31 de dezembro de 2023	Nota Explicativa		Mens. ao valor justo por meio do resultado	Mens. pelo custo amortizado	Total	
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa			-	-	-	-
Caixa e bancos	4.a	-	-	125.152	125.152	125.152
Títulos e fundos em moeda nacional	4.a	-	-	5.476.726	5.476.726	5.476.726
Títulos e fundos em moeda estrangeira	4.a	-	-	323.810	323.810	323.810
Aplicações financeiras			-	-	-	-
Títulos e fundos moeda nacional	4.b	Nível 2	82.592	-	82.592	82.592
Instrumentos derivativos	4.b	Nível 2	1.162.283	-	1.162.283	1.162.283
Contas a receber de clientes	5.a	-	-	4.269.473	4.269.473	4.269.473
Financiamentos a clientes	5.a	-	-	1.189.886	1.189.886	1.189.886
Contas a receber - venda de controlada	5.c	-	-	924.364	924.364	924.364
Demais contas a receber e outros ativos	-	-	-	393.036	393.036	393.036
Total			1.244.875	12.702.447	13.947.322	13.947.322
Passivos financeiros:						
Financiamentos	15.a	Nível 2	1.584.452	4.449.857	6.034.309	5.853.165
Debêntures	15.a	Nível 2	4.618.704	488.269	5.106.973	5.094.933
Instrumentos derivativos	15.a	Nível 2	626.735	-	626.735	626.735
Fornecedores	16.a	-	-	4.682.671	4.682.671	4.682.671
Fornecedores - convênio	16.b	-	-	1.039.366	1.039.366	1.039.366
Bônus de subscrição – indenização	19	Nível 1	87.299	-	87.299	87.299
Passivo financeiro de clientes	-	-	-	308.934	308.934	308.934
Contraprestação contingente	28.c	Nível 3	112.196	-	112.196	112.196
Demais contas a pagar	-	-	-	190.090	190.090	190.090
Total			7.029.386	11.159.187	18.188.573	17.995.389

O valor justo dos instrumentos financeiros mensurados pelos níveis 2 e 3 estão descritos a seguir:

Títulos e fundos em moeda nacional: Estimados pelo valor da cota do fundo na data-base das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo.

Instrumentos derivativos: Estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e DI x IPCA, cotados na B3 na data de fechamento.

Contratos futuros de comercialização de energia: O valor justo considera: (i) os preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes; (ii) margem de risco no fornecimento; e (iii) o preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos diferir do preço da transação, um ganho ou perda será reconhecido.

Financiamento e debentures: Estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e DI x IPCA, cotados na B3 na data de fechamento. O cálculo do valor justo das notas no mercado externo utilizou o preço observado desses títulos no mercado.

Contraprestação contingente: Estimado de acordo com as projeções de resultado da Administração baseado no método de fluxo de caixa descontado, considerando as metas contratuais estabelecidas para faturamento e fluxo de caixa líquido contábil a serem atingidas no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2026, referente à aquisição da Stella em 1 de outubro de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

A movimentação dos passivos financeiros mensurados ao valor justo de nível 3 são apresentados conforme abaixo:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	112.196
Atualização das premissas do <i>earn out</i>	(71.388)
Liquidação	(7.500)
Atualização monetária	8.878
Saldo em 31 de dezembro de 2024	42.186

Gerenciamento de riscos financeiros

A Sociedade e suas controladas estão expostas a riscos estratégico-operacionais e riscos econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como preço de commodities, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de estratégias específicas e de políticas de controle.

A Sociedade possui uma política de riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de mercado (moedas, juros e *commodities*), liquidez e crédito.

O Comitê de Riscos Financeiros é responsável pelo monitoramento do cumprimento e enquadramento da Política, bem como pela deliberação sobre eventuais desvios. O Comitê de Auditoria e Riscos (“CAR”) assessora o Conselho de Administração na eficácia dos controles e na revisão da Política de gestão de riscos. A Diretoria de Riscos, Integridade e Auditoria monitora o cumprimento da Política, reportando ao CAR e ao Conselho de Administração sobre a exposição a riscos e qualquer descumprimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

A Sociedade e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos, os quais são mitigados e geridos por meio de determinados instrumentos financeiros:

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado - Taxa de câmbio	Possibilidade de perdas resultantes de exposições a taxas de câmbio diferentes da moeda funcional de reporte, podendo ser de origem financeira ou operacional	Busca pela neutralidade cambial, utilizando instrumentos de proteção caso aplicável
Risco de mercado - Taxa de juros	Possibilidade de perdas resultantes da contratação de ativos ou passivos financeiros pré-fixados	Manter a maior parte da exposição líquida financeira indexada a taxas flutuantes, referenciada à taxa básica de juros
Risco de mercado - Preço de commodities	Possibilidade de perdas resultantes da variação nos preços das principais matérias-primas ou dos produtos comercializados pela Sociedade e seus efeitos em resultado, balanço e fluxo de caixa.	Instrumentos de proteção, caso aplicável.
Risco de crédito	Possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento das obrigações financeiras pela contraparte, devido a problemas de insolvência ou deterioração na classificação de risco	Diversificação, monitoramento de indicadores de solvência e liquidez de contrapartes
Risco de liquidez	Possibilidade de incapacidade de honrar obrigações, inclusive garantias, e incorrer em perdas.	Para gestão de caixa: liquidez dos investimentos financeiros Para gestão de dívida: busca pela combinação de melhores prazos e custos, pelo monitoramento da relação entre prazo médio da dívida e alavancagem financeira.

a. Risco de mercado – taxa de câmbio e taxa de juros

A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos associados a mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como sua principal exposição os ativos e passivos em moeda estrangeira.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial para proteger seus ativos, passivos, recebimentos, desembolsos e investimentos em moedas estrangeiras. Esses instrumentos visam reduzir os efeitos das variações cambiais, dentro dos limites de exposição de sua Política.

No que tange ao risco de taxa de juros, a Sociedade e suas controladas captam e aplicam recursos financeiros majoritariamente vinculados ao DI. A Sociedade procura manter a maioria dos seus ativos e passivos financeiros com taxas de juros flutuantes, adotando instrumentos que protegem contra o risco de variação das taxas de juros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Os ativos e passivos expostos a moeda estrangeira convertidos para Reais, e/ou expostos a taxas de juros flutuantes estão demonstrados a seguir:

			Taxa de câmbio			Taxa de juros	
	Nota explicativa	Moeda	31/12/2024	31/12/2023	Índice	31/12/2024	31/12/2023
Ativos							
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	4.a	USD	3.428.520	371.474	DI	3.558.131	5.559.318
Contas a receber de clientes, líquidas de provisão para perda	5.a	USD	27.393	84.855	-	-	-
Estoques	6	USD	93.821	-	-	-	-
Contas a receber venda de controladas	5.c	BRL/ USD	-	715.877	DI	-	208.487
Outros ativos em moeda estrangeira	-	USD	21.028	152.393	-	-	-
			<u>3.570.762</u>	<u>1.324.599</u>		<u>3.558.131</u>	<u>5.767.805</u>
Passivos							
Empréstimos, financiamentos e debêntures ⁽¹⁾	15.a	USD/ EUR/ JPY	(6.681.657)	(5.297.013)	DI	(3.515.010)	(1.242.524)
Empréstimos e financiamentos - FINEP	15.a	-	-	-	TJLP	(679)	(1.264)
Contas a pagar decorrentes de importações	16.a	USD	(936.140)	(1.730.426)	-	-	-
Outros passivos em moeda estrangeira	-	USD	(41.298)	-	-	-	-
			<u>(7.659.095)</u>	<u>(7.027.439)</u>		<u>(3.515.689)</u>	<u>(1.243.788)</u>
Instrumentos derivativos	26.f	USD / EUR / JPY	3.470.855	5.309.125	DI	(6.380.131)	(8.567.676)
			<u>(617.478)</u>	<u>(393.715)</u>		<u>(6.337.689)</u>	<u>(4.043.659)</u>
Posição líquida passiva – efeito no patrimônio líquido			-	(10.857)		-	-
Posição líquida passiva – efeito no resultado			(617.478)	(382.858)		(6.337.689)	(4.043.659)

⁽¹⁾ Brutos de custos de transação R\$ 7.807 (R\$ 10.116 em 31 de dezembro de 2023) e deságios das notas do mercado externo R\$ 5.246 (R\$ 8.107 em 31 de dezembro de 2023).

Análise de Sensibilidade com depreciação do Real e aumento da taxa de juros

	Taxa de câmbio depreciação Real ⁽ⁱ⁾	Taxa de juros aumento de juros ⁽ⁱⁱ⁾
Efeito no resultado	(28.637)	(260.723)
Total	(28.637)	(260.723)

⁽ⁱ⁾ Para a análise de sensibilidade foi utilizado o dólar médio de R\$ 6,4226, baseado nas curvas de mercado futuras em 31 de dezembro de 2024 sobre a posição líquida da Sociedade exposta ao risco cambial, simulando os efeitos de depreciação do Real no resultado. A taxa de fechamento considerada foi de R\$ 6,1923. A tabela acima demonstra os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida passiva de R\$ 617.478 (ou US\$ 99.716 usando a taxa de fechamento) em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2024.

⁽ⁱⁱ⁾ Para o cenário provável apresentado a Sociedade utilizou como cenário base as curvas de mercado impactadas pelas taxas de Depósito Interbancário ("DI") e Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). A análise de sensibilidade demonstra a despesa e a receita incremental que teriam sido reconhecidas no resultado financeiro se as curvas de mercado dos juros flutuantes na data base fossem aplicadas aos saldos médios do ano corrente. A taxa base anual utilizada foi de 10,88% e a taxa sensibilizada foi de 14,77% de acordo com as taxas referenciais disponibilizadas pela B3.

b. Risco de mercado - preço de Commodities

A Sociedade e suas controladas estão expostas ao risco de preço de commodities, principalmente do diesel e da gasolina, impactados por fatores macroeconômicos e geopolíticos.

Os instrumentos derivativos de taxa de câmbio e commodities designados como *hedge* de valor justo estão concentrados na controlada IPP. O objetivo é converter o custo do produto importado de fixo para variável até o momento da mistura do combustível, alinhando-o com o preço de venda. A IPP usa derivativos de balcão para este *hedge*, alinhando-o ao valor do estoque de produto importado.

Para mitigar esse risco, monitoramos continuamente o mercado e utilizamos operações de *hedge* com contratos derivativos, tanto negociados em bolsa quanto no mercado de balcão.

Derivativo	Valor justo (R\$ mil)		Cenário possível (Δ de 10% - R\$ mil)	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Termo de mercadorias	(7.707)	20.702	(12.430)	2.663

^(*) A tabela acima demonstra as posições dos instrumentos financeiros derivativos para cobertura de risco de preço de commodities em aberto em 31 de dezembro de 2024 e 2023, além da análise de sensibilidade considerando uma valorização de 10% do preço de fechamento em cada exercício. Para maiores informações vide nota explicativa 26.f.

c. Risco de crédito

Está relacionado à possibilidade do não cumprimento do compromisso da contraparte em uma transação. O risco de crédito é gerido de forma estratégica e decorre de equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, contas a receber, entre outros.

c.1 Instituições financeiras e governo

O risco de crédito de instituições financeiras e governos para o saldo de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos para 31 de dezembro de 2024, por rating da contraparte, está sumarizado abaixo:

Rating de crédito da contraparte	Valor justo	
	31/12/2024	31/12/2023
AAA	7.557.385	6.714.493
AA	285.520	408.375
A	3.668	464
Outros ^(*)	185.111	47.231
Total	8.031.684	7.170.563

^(*) Refere-se substancialmente a investimentos em participações minoritárias que são classificados como aplicações financeiras de longo prazo.

c.2 Contas a receber de clientes

A concessão de crédito é gerida nas controladas, com base em políticas e critérios específicos a cada segmento de negócio. O processo inclui a análise de crédito, a proposição de limites e a exigência de garantias, com a aprovação em níveis de alçadas pré-estabelecidos.

As controladas gerenciam o crédito ao longo do ciclo de vida dos clientes, com processos específicos para monitoramento do risco de crédito e pela repactuação ou execução do crédito, conforme cabível.

Para mais informações sobre a provisão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa vide notas explicativas nº 5.b.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de a Sociedade enfrentar dificuldades em atender às suas obrigações financeiras, que devem ser quitadas com pagamentos ou outros ativos financeiros.

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam de:

- (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras,
- (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e
- (iii) de empréstimos.

A Sociedade e suas controladas possuem capital de giro e fontes de financiamentos suficientes para atender às suas necessidades atuais. Em 31 de dezembro de 2024 a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 4.624.604 em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 4).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

A tabela abaixo resume os passivos financeiros e arrendamentos a pagar da Sociedade e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, classificados por faixas de vencimento. Os valores apresentados são fluxos de caixa não descontados contratados e podem diferir dos saldos do balanço patrimonial:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos ^{(1) (2)}	4.087.776	6.071.329	4.646.153	1.503.918	16.309.176
Instrumentos derivativos ⁽³⁾	392.381	933.913	(1.082.726)	(779.771)	(536.203)
Fornecedores	3.518.385	-	-	-	3.518.385
Fornecedores - convênio	1.014.504	-	-	-	1.014.504
Arrendamentos a pagar	355.336	523.929	346.561	891.997	2.117.823
Passivo financeiro de clientes	30.257	170.158	-	-	200.415
Contraprestação contingente	-	-	42.186	-	42.186
Demais contas a pagar	159.930	17.990	-	-	177.920
	<u>9.558.569</u>	<u>7.717.319</u>	<u>3.952.174</u>	<u>1.616.144</u>	<u>22.844.206</u>

⁽¹⁾ Os juros sobre financiamentos foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano, contratos futuros de Iene, contratos futuros de Euro e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e DI x IPCA, cotados na B3 em 31 de dezembro de 2024.

⁽²⁾ Inclui juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até as datas de pagamento previstas contratualmente.

⁽³⁾ Os instrumentos derivativos foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e DI x IPCA, cotados na B3 em 31 de dezembro de 2024. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos derivativos com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

e. Gestão de capital

A Sociedade administra e otimiza sua estrutura de capital com base em indicadores, com a intenção de garantir a continuidade normal dos negócios e a maximização do retorno aos seus acionistas.

A estrutura de capital é composta pela dívida líquida (empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures conforme nota explicativa nº 15 e arrendamentos a pagar conforme nota explicativa nº 12.b após a dedução dos saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras conforme nota explicativa nº 4) e pelo patrimônio líquido.

A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras. Em adição, a Sociedade também procura melhorar o seu retorno sobre o capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

Anualmente a Sociedade e suas controladas realizam a revisão da sua estrutura de capital, avaliando o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital, incluindo a análise do coeficiente de alavancagem, que é determinado como a proporção entre a dívida líquida e o patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

O coeficiente de alavancagem no final do exercício é conforme segue:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Dívida bruta (a)	15.787.262	13.291.951
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (b)	8.031.684	7.170.563
Dívida líquida = (a) - (b)	7.755.578	6.121.388
Patrimônio líquido	15.823.444	14.029.826
Relação dívida líquida/patrimônio líquido	49,01%	43,63%

f. Seleção e utilização de instrumentos financeiros derivativos

Na seleção instrumentos derivativos, são considerados os retornos estimados, riscos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e justo, e a documentação relevante.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para cobrir riscos identificados e em montantes que não excedam 100% do risco identificado. Os derivativos são referidos como "instrumentos derivativos" para refletir sua função restrita à cobertura de riscos identificados.

A tabela abaixo sumariza o saldo bruto da posição dos instrumentos derivativos, contratados bem como os valores dos ganhos (perdas) que afetam o patrimônio líquido e a demonstração de resultado da Sociedade e suas controladas.

Derivativos designados para *hedge accounting*

Produto	Taxas Contratadas		Vencimento	Valor de referência (nacional) ⁽²⁾	Valor justo em 31/12/2024		Ganho (perdas) em 31/12/2024	
	Ativo	Passivo			Ativo	Passivo	Resultado	Ajuste de valor justo da dívida – R\$
Swap cambial ⁽¹⁾	USD + 3,28%	105,7% DI	set-25	USD 206.067	76.649	(3.808)	171.493	5.647
Swap cambial ⁽¹⁾	EUR + 5,16%	109,2% DI	mar-25	EUR 115.518	76.123	-	84.875	(1.742)
Swap cambial ⁽¹⁾	JPY + 1,50%	109,4% DI	mar-25	JPY 12.564.393	-	(45.826)	47.567	5.294
Swap cambial ⁽¹⁾	SOFR + 1,29%	112,5% DI	set-25	USD 4.535	2.114	-	2.566	(30)
Swap de juros ⁽¹⁾	IPCA + 5,13%	104,5% DI	jun-32	BRL 2.660.000	189.156	-	(345.529)	355.746
Swap de juros ⁽¹⁾	IPCA + 2,83%	69,5% DI	nov-41	BRL 151.465	-	(3.321)	(3.321)	37.511
Swap de juros ⁽¹⁾	11,17%	104,3% DI	jul-27	BRL 525.791	-	(53.638)	(67.786)	62.628
Termo de Mercadorias ⁽¹⁾	USD	Heating Oil/ RBOB	jan-25	USD 5.753	3.104	(11.869)	(25.309)	-
NDF ⁽¹⁾	USD	USD	fev-25	USD 6.853	729	(6.022)	(34.336)	-
				Total designados	347.875	(124.484)	(169.780)	465.054
Derivativos não designados para <i>hedge accounting</i>								
Swap cambial	USD + 0,00%	52,5% CDI	jun-29	USD 300.000	465.032	-	268.734	-
NDF	USD	BRL	mar-25	USD 15.425	13.546	(6.501)	42.241	-
Termo de Mercadorias	BRL	Heating Oil/ RBOB	mar-25	USD 2.422	4.926	(3.867)	53.069	-
Swap de juros	USD + 5,25%	CDI -1,4%	jun-29	USD 300.000	-	(306.748)	(166.103)	-
				Total não designados	483.504	(317.116)	197.941	-
				Total Geral	831.379	(441.600)	28.161	465.054

⁽¹⁾ Instrumentos financeiros derivativos designados para contabilidade de *hedge* de valor justo (vide nota explicativa nº 26.g.1).

⁽²⁾ Moeda conforme indicada.

Derivativos designados para hedge accounting

Produto	Taxas Contratadas		Vencimento	Valor de referência (nacional) ⁽³⁾	Valor justo em 31/12/2023		Ganho (perdas) em 31/12/2023	
	Ativo	Passivo			Ativo	Passivo	Resultado	Ajuste de valor justo da dívida – R\$
Swap cambial ⁽²⁾	USD + 0,00%	53,60% DI	out-26	USD 234.000	-	(106.657)	(145.949)	-
Swap cambial ⁽¹⁾	USD + 5,47%	110,02% DI	set-25	USD 206.067	-	(119.094)	(223.555)	(3.768)
Swap cambial ⁽¹⁾	EUR + 5,12%	111,93% DI	jan-24	EUR 22.480	-	(22.529)	(23.304)	230
Swap cambial ⁽¹⁾	JPY + 1,50%	109,40% DI	mar-25	JPY 12.564.393	-	(120.746)	(130.726)	(4.775)
Swap de Juros ⁽¹⁾	IPCA + 5,03%	102,87% DI	jun-32	BRL 3.226.054	598.311	-	260.301	(313.641)
Swap de Juros ⁽¹⁾	10,48%	103,64% DI	jun-27	BRL 615.791	12.515	(3.182)	10.694	(10.163)
Termo de Mercadorias ⁽¹⁾	BRL	Heating Oil/ RBOB	jan-24	USD 129.894	22.343	(854)	(50.977)	-
NDF ⁽¹⁾	BRL	USD	fev-24	USD 211.179	3.959	(833)	19.012	-
				Total designados	637.128	(373.895)	(284.504)	(332.117)
Derivativos não designados para hedge accounting								
Swap cambial	0,00%	52,99% CDI	jun-29	USD 375.000	186.925	(45.877)	(188.395)	-
NDF	USD	BRL	mar-24	USD 457.099	1.468	(8.409)	(105.597)	-
Termo de Mercadorias	BRL	Heating Oil/ Marine Fuel/ Outros	mar-24	USD 18.127	1.524	(2.310)	5.489	-
Swap de juros	5,25%	1,36% CDI	jun-29	USD 300.000	-	(196.243)	9.257	-
				Total não designados	189.917	(252.839)	(279.246)	-
				Total Geral	827.045	(626.734)	(563.750)	(332.117)

⁽¹⁾ Instrumentos financeiros derivativos designados para contabilidade de *hedge* de valor justo (vide notas explicativas nº 26.g.1).

⁽²⁾ Instrumentos financeiros derivativos designados para contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa (vide nota explicativa nº 26.g.2).

⁽³⁾ Moeda conforme indicada.

g. Contabilidade de Hedge

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos e não derivativos como parte de sua estratégia de contabilidade de proteção e verificam ao longo de toda a duração do *hedge* a sua eficácia bem como suas alterações de valor justo.

Os objetos protegidos e os instrumentos de *hedge* apresentam alta correspondência, visto que os instrumentos contratados possuem características equivalentes às transações consideradas como objeto de proteção. A Sociedade e suas controladas designaram um índice de cobertura para as transações com designação de *hedge accounting*, uma vez que os riscos subjacentes dos instrumentos de *hedge* são correspondentes aos riscos dos objetos protegidos.

A Sociedade e suas controladas descontinuem a contabilização de *hedge* quando o instrumento de *hedge* é liquidado, o item protegido deixa de existir ou o *hedge* não atende mais aos requisitos de Contabilidade de *Hedge* devido à ausência de relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*.

g.1 Hedge de valor justo

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos como *hedge* de valor justo para mitigar risco de variações nas taxas de juros e câmbio, que afetam o valor das dívidas contratadas. Em 31 de dezembro de 2024 não foi identificado inefetividade material nas operações de *hedge* de valor justo.

g.2 Hedge de fluxo de caixa

Em dezembro de 2024 a Sociedade e suas controladas não possuem *hedge* de fluxo de caixa.

h. Instrumentos financeiros (contratos futuros de comercialização de energia)

As controladas da Sociedade atuam no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e firmaram contratos bilaterais de compra e venda de energia com diferentes participantes do mercado. Dessa forma, assumem compromissos de curto e longo prazo. Em decorrência das operações descasadas, assumem posições de sobras ou déficits de energia, que são mensuradas a uma curva de preço futuro de mercado (curva forward). Portanto, a Sociedade designa esses contratos como instrumentos financeiros, conforme IFRS 9/CPC 48, no início do contrato, para contemplar a contabilização da correta exposição ao risco das operações de compra e venda futura dos contratos bilaterais.

Análise de Sensibilidade – hierarquia de nível 2

Técnica de valorização		Valor justo dos contratos de energia	Sensibilidade dos inputs ao valor justo ^(a)	
Ativos financeiros	Método de fluxo de caixa descontado	404.695	+10%	382.794
			-10%	404.581
Passivos financeiros		114.776	+10%	115.361
			-10%	125.715

^(a) Esse cenário de variação de 10% representa uma flutuação considerada razoável pela Sociedade, tomando como base o histórico de negociações firmados em condições similares de mercado.

27. Compromissos (Consolidado)

a. Contratos

A controlada Ultracargo Logística possui contratos relacionados com suas instalações portuárias em Aratu, Suape, Itaqui e Vila do Conde. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima por ano	Vencimento
Aratu (*)	900.000 ton.	2022
Suape	250.000 ton.	2027
Suape	400.000 ton.	2029
Aratu	465.403 ton.	2031
Itaqui	1.468.105 m ³	2049
Vila do Conde	343.625 ton.	2044

(*) Contrato em fase de renovação junto ao órgão competente, estando judicializado com decisão favorável, até que o poder público finalize a análise para que o novo termo aditivo seja assinado. Em decisão do Ministério da Infraestrutura, foram aprovados em caráter preliminar os planos de investimentos apresentados pela Ultracargo, assim como a Agência Reguladora de Transportes Aquaviários (ANTAQ) aprovou o estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental deste projeto de prorrogação.

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 31 de dezembro de 2024, essas tarifas eram até R\$ 9,64 e R\$ 3,05 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente e R\$ 0,98 por m³ para Itaqui. Conforme condições e tolerâncias contratuais, em 31 de dezembro de 2024 não existiam pendências relevantes no que se refere aos limites mínimos do contrato.

28. Aquisição de Participação e Controle

Política contábil

Uma combinação de negócios é contabilizada utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida e a transferir, avaliada pelo valor justo na data de aquisição. Na aquisição de um negócio são avaliados os ativos adquiridos e os passivos assumidos, com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A participação de não controladores na sociedade adquirida é mensurada com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na sociedade adquirida. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida e a transferir em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado ao respectivo segmento de negócios da Sociedade. Quando o custo de uma aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício. Custos relacionados com aquisições são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos.

a. Hidrovias do Brasil S.A.

No exercício findo em 2023, a Sociedade iniciou o processo de aquisição de participação na Hidrovias do Brasil S.A. (“Hidrovias”), por meio da compra de 4,99% de participação direta e 4,99% de participação indireta, através de um *Total Return Swaps* (“TRS”), reconhecidos como ativo financeiro e mensurados pelo valor justo de acordo com a IFRS 9/CPC 48. No dia 18 de março de 2024, a Sociedade aportou na sua controlada Ultrapar Logística Ltda., sua participação direta e liquidou o TRS. A partir desta data, todas as transações passaram a ser realizadas por meio da controlada Ultrapar Logística Ltda.

Em 7 de maio de 2024, a controlada Ultrapar Logística concluiu a transação de compra de 128.369.488 ações da Hidrovias, que representaram 16,88% do seu capital social, ao custo de R\$ 3,98/ação. Ainda em maio de 2024, ao obter evidências suficientes que demonstram o seu poder de exercer influência significativa nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da Hidrovias, a controlada Ultrapar Logística passou a reconhecer sua participação acionária na Hidrovias como um investimento em coligada com influência significativa, de acordo com a IAS 28/CPC 18.

Posteriormente, ao longo de dezembro de 2024, a controlada Ultrapar Logística adquiriu novas ações através da Bolsa (“B3”) e alcançou a marca de 41,94% de participação no capital social da Hidrovias.

Em 26 de dezembro de 2024, a controlada Ultrapar Logística assinou um instrumento de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital com a Hidrovias, no montante de R\$ 500.000, que será utilizado para futura subscrição e integralização de ações da Hidrovias, em aumento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração da Hidrovias ainda no primeiro trimestre de 2025.

Os valores da transação de aquisição de participação na Hidrovias estão demonstrados abaixo:

Valor pago pela aquisição de ações – ativo financeiro	579.066
Resultado de atualização do valor justo de ativos financeiros	66.267
Total do ativo financeiro transferido para rubrica de investimento	645.333
Aquisições de participação adicional subsequentes	690.186
Investimento total na Hidrovias em 31 de dezembro de 2024 (A) ¹	1.335.519
Participação equivalente ao Patrimônio Líquido da coligada (B)	560.475
Ágio provisório na aquisição de investimento (goodwill) (A-B)	775.044

¹ Participação equivalente calculada com base nas datas de aquisição, sem considerar os efeitos posteriores da equivalência patrimonial.

A Sociedade, com base nas normas contábeis aplicáveis e com o suporte de uma empresa especializada em avaliações, está apurando o balanço na data da aquisição, o valor justo dos ativos e passivos e a alocação do preço de compra (“*purchase price allocation* ou PPA”) será concluída em 2025.

b. WTZ Participações S.A.

Em 1 de setembro de 2024, por meio da controlada Cia Ultragaz, a Sociedade adquiriu 51,7% do capital social votante da WTZ Participações S.A. (“Witzler”), qualificando a transação como uma combinação de negócios conforme definida na IFRS 3 (CPC 15 (R1)) – Combinação de Negócios. A aquisição está alinhada à estratégia da Ultragaz de ampliar a oferta de soluções energéticas para seus clientes, potencializando sua capilaridade, força comercial, marca e vasta base de clientes empresariais e residenciais.

A Witzler foi fundada em 2015 e tem como atividade principal a comercialização de energia elétrica no mercado livre e gestão de energia, com presença nacional.

O pagamento inicial, incluindo o aporte de capital de R\$ 49.490, totalizou um montante de R\$ 104.490. O valor remanescente da operação de R\$ 40.878 foi registrado na rubrica “demais contas a pagar” e será quitado após cumpridas as cláusulas contratuais. A Sociedade, com base nas normas contábeis aplicáveis e com o suporte de uma empresa especializada em avaliações, está apurando o balanço na data da aquisição, o valor justo dos ativos e passivos e, consequentemente, o ágio (*goodwill*), tendo apurado o ágio provisório no montante de R\$ 52.038. A alocação do preço de compra (“PPA”) será concluída em 2025.

O quadro a seguir resume os saldos dos ativos adquiridos e passivos consolidados na data da aquisição, sujeitos a ajuste para alocação do preço de compra e apuração do ágio:

Ativos

Caixa e equivalentes de caixa	5.399
Contas a receber	33.168
Tributos a recuperar	3.036
Despesas antecipadas	170
Demais contas a receber	320
Outros investimentos	5
Imobilizado, líquido	1.684
Intangível, líquido	11
Instrumentos derivativos	209.348

Passivos

Empréstimos e financiamentos	68
Fornecedores	27.541
Salários e encargos sociais	2.211
Obrigações tributárias e Imposto de renda e contribuição social a pagar	80.918
Demais contas a pagar	2.655
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	52.038
Participação de minoritários	67.498
Ativos e passivos consolidados no saldo inicial	124.288

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Ativos adquiridos	130.873
Passivos assumidos	58.623
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	52.038

Valor da aquisição	124.288
---------------------------	----------------

Composto por	
Caixa	59.506
Aquisição de participação via aporte de capital (participação de acionistas minoritários)	23.904
Contraprestação contingente a ser liquidada	40.878
Total da contraprestação	124.288

Saída de caixa líquida resultante da aquisição	
Contraprestação inicial em espécie	59.506
Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(5.399)
Valor da aquisição	54.107

c. Serra Diesel Transportador Revendedor Retalhista Ltda.

Em 1 de setembro de 2023, por meio da controlada Ultrapar Mobilidade Ltda., a Sociedade adquiriu 60% do capital social votante da Serra Diesel Transportador Revendedor Retalhista Ltda. (“Serra Diesel”), qualificando a transação como uma combinação de negócios conforme definida na IFRS 3 (CPC 15 (R1)) – Combinação de Negócios. A aquisição complementa a atuação da Ultrapar no segmento de mobilidade e distribuição de combustíveis líquidos.

A Serra Diesel foi fundada em 2006 e tem como atividade principal o comércio de combustíveis realizado por transportador revendedor retalhista (T.R.R.), com presença na região Sul do Brasil.

O pagamento inicial, incluindo o aporte de capital de R\$ 16.193, totalizou um montante de R\$ 21.193. O valor remanescente de R\$ 4.816, foi registrado na rubrica “demais contas a pagar” e quitado após cumpridas as cláusulas contratuais. A Sociedade, com base nas normas contábeis aplicáveis e com o suporte de uma empresa especializada em avaliações, apurou os valores definitivos para alocação do preço de compra em 31 de agosto de 2024 e apurou o ágio final no montante de R\$ 1.413.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

O quadro a seguir resume os saldos dos ativos adquiridos e passivos consolidados na data da aquisição reconhecidos a valor justo:

Ativos

Caixa e equivalentes de caixa	1.719
Contas a receber	28.475
Estoques	9.128
Tributos a recuperar	2.551
Demais contas a receber	55
Outros investimentos	298
Ativos de direito de uso, líquido	25.500
Imobilizado, líquido	41.938
Intangível, líquido	11.634

Passivos

Empréstimos e financiamentos	17.337
Fornecedores	26.965
Salários e encargos sociais	1.933
Obrigações tributárias e Imposto de renda e contribuição social a pagar	376
Arrendamentos a pagar	25.500
Demais contas a pagar	8.194
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	1.413
Participação de minoritários	16.397
Ativos e passivos consolidados no saldo inicial	26.009

Ativos adquiridos	72.779
Passivos assumidos	48.183
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	1.413

Valor da aquisição

Composto por:	
Caixa	5.000
Aquisição de participação via aporte de capital (participação de acionistas minoritários)	16.193
Contraprestação contingente liquidada	4.816
Total da contraprestação	26.009

Contraprestação inicial em espécie	(5.000)
Contraprestação contingente liquidada	(4.816)
Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	1.720
Total	(8.096)

d. “Opla” - Terminal de Combustíveis Paulínia S/A.

Em 1 de julho de 2023, por meio da sua subsidiária Ultracargo Logística S.A., a Sociedade adquiriu 50% de participação na Terminal de Combustíveis Paulínia S.A. (“Opla”), qualificando a transação como uma aquisição de controlada em conjunto conforme definido na IAS 28 (CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Controlada em Conjunto) e IFRS 11 (CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto). A aquisição de participação na Opla marcou a entrada da Ultracargo no segmento de armazenagem e logística de grãos líquidos de interior, integrado a terminais portuários, em consistência com seu plano de crescimento. Com a aquisição, a Ultracargo e a BP Biofuels Brazil Investments Ltd. (“BP”) passam a ser controladoras em conjunto da Opla.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

O valor total da operação é de um montante de R\$ 237.500, sujeito a ajustes de capital de giro e dívida líquida. O preço de compra é composto pelo valor da operação, incluindo os ajustes estimados de capital de giro e dívida líquida. O pagamento da transação foi realizado em parcela única no dia 1 de julho de 2023 no montante de R\$ 210.096. A Sociedade, com base nas normas contábeis aplicáveis e com o suporte de uma empresa especializada em avaliações, apurou os valores definitivos para alocação do preço de compra em 30 de junho de 2024 e apurou o ágio final no montante de R\$ 117.306.

O quadro a seguir resume os saldos dos ativos adquiridos e passivos a valor justo na data da aquisição, incluindo a apuração do ágio:

Ativos

Caixa e equivalentes de caixa	3.248
Contas a receber	6.107
Tributos a recuperar	402
Demais contas a receber e outros ativos	1.057
 Imobilizado, líquido	 248.951
Intangível, líquido	10.441

Passivos

Empréstimos e financiamentos	44.568
Fornecedores	911
Salários e encargos sociais	1.430
Obrigações tributárias e Imposto de renda e contribuição social a pagar	13.974
Demais contas a pagar	23.743

Valor justo dos ativos e passivos da investida	185.580
 Valor justo dos ativos e passivos conforme participação da Ultracargo	 92.790
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	117.306
Valor da aquisição	210.096

O ágio apurado na operação está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e na sinergia com as operações da Ultracargo, suportado pelo laudo de avaliação, após a alocação dos ativos identificados. Espera-se que o ágio seja dedutível para fins de imposto de renda.

No processo de identificação de ativos e passivos também foram considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida, conforme demonstrados abaixo:

	R\$	Vida útil	Método de amortização
Licenças	612	5 anos	Linear
Carteira e relacionamento com clientes	4.609	6 anos	Linear
Total	5.221		

29. Eventos subsequentes***a. Captação de financiamento externo pela Cia Ultragaz***

Em 14 de fevereiro de 2025, a controlada Cia Ultragaz efetuou captação de financiamento externo (sem *covenants* financeiros) no montante de USD 100.000 (equivalente a R\$ 577.880 no momento da transação), com encargos financeiros de SOFR + 0,91% a.a. e vencimento em 13 de fevereiro de 2026. A controlada contratou instrumentos de proteção à taxa de juros em dólar norte-americano e a variação cambial, trocando encargos financeiros para 102,90% do DI.

b. Captação de fundo constitucional pela Ultracargo

Em 06 de fevereiro de 2025, a controlada Ultracargo Logística efetuou captação de fundo constitucional da região Nordeste (sem *covenants* financeiros) no montante de R\$ 100.976, com encargos financeiros de IPCA + 2,93% a.a. e vencimento em 15 de novembro de 2041. A controlada contratou instrumentos de proteção à taxa de juros trocando encargos financeiros para 69,65% do DI.

c. Emissão de ações

Em 26 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração confirmou a emissão de 67.679 ações ordinárias dentro do limite do capital autorizado previsto no art. 6º do Estatuto Social da Sociedade, em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição emitidos pela Sociedade quando da incorporação da totalidade das ações de Extrafarma pela Sociedade, aprovada pela AGE da Sociedade realizada em 31 de janeiro de 2014. O capital social da Sociedade passará, portanto, a ser representado por 1.115.507.182 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A emissão de ações resultantes do exercício parcial dos bônus de subscrição não gera aumento do valor do capital social, visto que a integralidade dos ativos da Extrafarma já foi refletida no balanço da Ultrapar no ato da incorporação de ações.

Mensagem da Administração

Em 2024 a Ultrapar teve mais um ano de progressos significativos. Apesar da volatilidade e incertezas, nossos três principais negócios apresentaram bons resultados operacionais. Destacamos a continuidade do crescimento da Ultragaz e da Ultracargo, e a resiliência da Ipiranga, mesmo em ambiente de práticas irregulares relevantes no mercado de combustíveis.

A forte geração operacional de caixa permitiu à Companhia manter o índice de alavancagem financeira em patamares confortáveis mesmo com o maior nível de investimentos orgânicos para expansão dos negócios existentes e com a compra de participação acionária relevante na Hidrovias do Brasil.

Investimos R\$ 2,2 bilhões em 2024, destinando R\$ 1,3 bilhão (59%) para expansão e R\$ 900 milhões para manutenção de nossos negócios. Investimos R\$ 1,8 bilhão para obter 42% de participação na Hidrovias do Brasil, incluindo os recursos do adiantamento para futuro aumento de capital, nossa maior alocação de capital em um único ativo dos últimos 10 anos, visando o potencial de geração de valor de longo prazo da empresa. Realizamos também a aquisição de participação na Witzler, por R\$ 124 milhões, que complementou nosso portfólio de soluções energéticas da Ultragaz, ao incorporar uma comercializadora de energia renovável.

Celebramos 25 anos de abertura de capital com o lançamento da nossa nova marca, que reflete nossa essência e atributos importantes que nos impulsionam para o futuro. Evoluímos o nosso modelo de governança, com a criação de Conselhos de Administração nos negócios, proporcionando maior agilidade, autonomia e responsabilização em cada negócio, bem como eficiência e influência no acompanhamento de desempenho. Essas ações reafirmam e consolidam a estratégia da Companhia como acionista e alocadora de capital focada na geração de valor de longo prazo e com sólida governança, permitindo que as discussões do Conselho da Ultrapar se concentrem na alocação de capital, gestão de portfólio e desenvolvimento de talentos alinhados à nossa cultura empresarial.

Dando continuidade ao plano de sucessão, comunicamos o processo de transição planejado para os cargos de Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, com previsão de conclusão em abril de 2025.

Além disso, evoluímos em nossa jornada de sustentabilidade, componente central da estratégia da Ultrapar e base para a atualização do nosso plano ESG 2030, que será concluída em 2025.

Encerramos 2024 com uma receita líquida de R\$ 133 bilhões, 6% superior à de 2023. Atingimos um EBITDA recorrente de R\$ 5,4 bilhões e lucro líquido de R\$ 2,5 bilhões, dos quais R\$ 769 milhões serão distribuídos sob a forma de dividendos aos acionistas.

Anunciamos nosso plano de investimentos para 2025, que totaliza R\$ 2,5 bilhões. O valor destinado à expansão é de R\$ 1,5 bilhão do total e contempla projetos na Ipiranga, Ultragaz e Ultracargo. O restante será direcionado à manutenção de ativos, segurança, revitalização de postos, aquisição de vasilhames e investimento em tecnologia, especialmente para troca do ERP da Ipiranga.

Entramos em 2025 com um cenário global desafiador, marcado por tensões geopolíticas, taxas de juros elevadas e instabilidade econômica. No entanto, estamos preparados para enfrentar esses desafios e explorar as oportunidades com um time de líderes engajados e negócios fortalecidos para continuar nossa jornada de crescimento e criação de valor. Agradecemos aos nossos clientes, fornecedores, acionistas e demais partes interessadas pela confiança e parceria na evolução contínua da Companhia. Em especial, agradecemos a todos os nossos colaboradores pela dedicação, comprometimento e entregas ao longo do ano.

Jorge M. T. Camargo

Presidente do Conselho de Administração

Marcos Marinho Lutz

Diretor Presidente

Perfil da Companhia

A Ultrapar possui 87 anos de história, com suas origens em 1937, quando Ernesto Igel fundou a Ultragaz, empresa pioneira na distribuição do gás liquefeito de petróleo (GLP) como gás de cozinha. Desde então, a Ultrapar consolidou-se como um dos maiores grupos empresariais do Brasil, com posição de destaque nos segmentos de energia, mobilidade e infraestrutura logística por meio da Ultragaz, Ipiranga, Ultracargo e Hidrovias do Brasil.

Em 1999, a Ultrapar abriu capital, simultaneamente, na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE) e na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), integrando o Novo Mercado da B3 desde 2011.

Ao final de 2024, o portfólio da Companhia era composto, principalmente, por quatro negócios:

Ipiranga

É um ecossistema completo de produtos e serviços para mobilidade e uma das maiores empresas de distribuição de combustíveis e lubrificantes e uma das marcas mais valiosas do país, com uma rede de aproximadamente 5,9 mil postos, além de 1,5 mil lojas da AmPm, a maior rede de conveniência do Brasil.

Ultragaz

Empresa pioneira e líder na distribuição de GLP no Brasil, é referência em inovação no setor e vem ampliando a oferta de soluções energéticas para seus clientes, oferecendo energia elétrica renovável, gás natural comprimido (GNC) e biometano. Atende aproximadamente 60 mil clientes empresariais e 11 milhões de domicílios, por meio de uma rede que já supera 6 mil revendedores, de forma segura, eficiente e sustentável.

Ultracargo

Empresa líder no setor de terminais independentes de armazenagem de grânéis líquidos no Brasil, presente nos principais portos, movimentando combustíveis, biocombustíveis, químicos e óleos vegetais. Tem avançado em sua estratégia de crescimento e interiorização, conectando a costa brasileira ao interior do Brasil.

Hidrovias do Brasil

Empresa líder no transporte hidroviário de cargas no Brasil, com destaque para movimentação de grãos, minérios, fertilizantes e sal, possuindo quatro operações: sistema logístico integrado no Corredor Norte, operação de cabotagem, navegação fluvial no Corredor Sul e operação portuária em Santos.

Inovação

A inovação e o empreendedorismo fazem parte da cultura do Grupo Ultra, sendo atributos essenciais de sua estratégia e que têm possibilitado à Companhia contribuir com o desenvolvimento do País e dos negócios do portfólio ao longo de seus mais de 87 anos de história.

A **Ultrapar** busca disseminar a cultura de inovação entre todas as empresas do portfólio. Em 2024, por meio do fórum *Ultra Innovation Talks*, fomentou o debate sobre tendências de inovação e tecnologia e sua aplicabilidade na organização, além de incentivar o compartilhamento de boas práticas e a identificação de potenciais sinergias entre os negócios do Grupo.

A *venture capital* UVC Investimentos apoia o processo interno de inovação, com investimento em 7 *startups* ativas com atuação adjacente ou potencial disruptivo aos negócios do portfólio.

Na **Ipiranga**, teve início um grande movimento transformacional da plataforma de tecnologia da empresa. Um dos principais projetos é a substituição do sistema operacional (ERP) que permitirá melhorias relevantes nos processos da empresa, mais automatizados e eficientes, com ganhos adicionais para tomadas de decisão. De forma complementar, uma nova Vice-Presidência ficará responsável pelos projetos que pretendem ampliar e aprimorar a experiência digital de revendedores, clientes e consumidores. Ao longo do ano, a Ipiranga também adotou uma nova metodologia de trabalho para a inovação de produtos, que aprimora as etapas de planejamento e execução e assegura que o processo de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) da empresa esteja ainda mais alinhado a práticas sustentáveis e responsáveis. Outro destaque do ano foi o retorno dos postos Texaco ao Brasil, fruto de uma parceria com a Chevron. Para tal, foi desenhado um modelo de negócio inovador, em que o revendedor representa a marca Texaco com exclusividade em

uma região e desenvolve de forma cooperada com a Ipiranga as estratégias para impulsionar o seu negócio. A **ICONIC**, *joint-venture* entre Ipiranga e Chevron, inaugurou o seu novo Centro de Tecnologia, que fica na unidade produtiva de Duque de Caxias (RJ) e é um dos principais centros privados de P&D do setor de lubrificantes na América Latina. Também parte do ecossistema da Ipiranga, a **AmPm** seguiu formalizando novas parcerias para entregar experiências inovadoras e marcantes aos clientes. No início de 2024, firmou uma *joint-venture* com a Krispy Kreme para trazer os *donuts* da marca com exclusividade a sua rede de lojas próprias e franquias.

A **Ultragaz** entregou diversas soluções inovadoras aos clientes em 2024, resultado da trajetória consistente de P&D da empresa, intensificada a partir de 2020. Entre elas, destaque para a distribuição de seu primeiro lote de BioGLP, em parceria com a Refinaria Riograndense (RPR), na qual a Ultrapar tem participação acionária. Produzido com óleo de soja, o BioGLP é uma alternativa renovável que tem a mesma especificação técnica e eficiência do GLP, não demanda alterações na infraestrutura atual dos clientes e diminui as emissões de gases de efeito estufa (GEE) – em comparação ao carvão, a redução pode chegar a até 80%. Adicionalmente, a distribuição do biometano pela NEOGás inovou ao comercializar gás renovável fora da rede de gasodutos do País, permitindo sua interiorização e maior acessibilidade. Outro marco foi a autorização concedida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para avaliar o GLP em novas aplicações, o que permitiu à Ultragaz testar a primeira motobomba para irrigação movida a GLP do Brasil, capaz de contribuir com os desafios de descarbonização do agronegócio. Por mais um ano, a empresa foi reconhecida no prêmio *Top Open Corps* como uma das organizações que mais desenvolve inovação aberta com *startups* no Brasil – ocupando a segunda colocação na categoria Óleo e Gás.

A **Ultracargo** seguiu investindo para incorporar tecnologias de ponta às suas operações e elevar ainda mais seus níveis de segurança e eficiência. Uma das novidades de 2024 foi a utilização de robôs na limpeza e inspeção de tanques de água do sistema de combate a incêndio. Com a tecnologia, que foi usada pela primeira vez no terminal de Itaqui (MA), não é preciso esvaziar o tanque, o que evita o desperdício de água e faz com que nenhum profissional tenha que ingressar em seu interior, reduzindo a exposição de colaboradores e prestadores de serviço a atividades de risco. Outro destaque foi o desenvolvimento de soluções para revestimento de equipamentos que operam com produtos corrosivos, reduzindo riscos operacionais. Empregamos também drones na inspeção de válvulas de topo de tanque, ganhando produtividade e reduzindo muito a exposição a trabalhos em altura. Construímos também o PIVO (Pipeline Integrado de Vendas e Operações), uma ferramenta que instaura um processo totalmente digital e rastreável entre as demandas dos clientes e os fluxos internos de aprovações, agilizando assim as devolutivas para o bom atendimento dos clientes. No campo da inteligência artificial, criamos um assistente para facilitar as consultas aos bancos de dados de suprimentos com significativos ganhos.

Sustentabilidade empresarial

O Plano ESG 2030, conjunto de metas públicas relacionadas aos sete temas materiais de sustentabilidade do Grupo Ultra, é integrado ao planejamento estratégico da Companhia. Em 2024, houve o relançamento da marca do Grupo Ultra e a revisão da estratégia e da cultura organizacional da Ultrapar, um trabalho de resgate da essência e da história da organização e de reflexão sobre os desafios contemporâneos para construir o posicionamento de futuro da Ultrapar para geração de valor de longo prazo.

Evoluindo a governança da nossa jornada ESG, o escopo do Comitê de Pessoas, que assessora o Conselho de Administração, foi ampliado em 2024 e renomeado para Comitê de Pessoas e Sustentabilidade, incorporando o monitoramento da evolução do Plano ESG 2030.

A Companhia ainda iniciou um processo de dupla materialidade para avaliação dos impactos dos temas ESG, que reforça a integração da sustentabilidade à sua estratégia, uma vez que a metodologia avalia não apenas os impactos que as organizações causam aos *stakeholders* e ao meio ambiente (materialidade de impacto), mas também como são impactadas por eles (materialidade financeira). Os resultados da nova materialidade devem trazer ajustes ao Plano ESG 2030, refletindo o portfólio atual e o amadurecimento da companhia no tema.

A jornada de sustentabilidade dos negócios também seguiu evoluindo. Na **Ipiranga**, o ano de 2024 foi de consolidação da atuação do Comitê ESG, esfera em que a liderança da empresa acompanha periodicamente a evolução dos projetos estratégicos de sustentabilidade em andamento. O ganho de maturidade na gestão da agenda ESG também vem se refletindo ao longo da cadeia de valor com a ampliação das ações da empresa para impulsionar e apoiar a jornada de sustentabilidade de fornecedores e revendedores. A **Ultragaz** concentrou esforços para disseminar a pauta ESG e engajar as novas equipes das empresas que chegaram mais recentemente ao seu ecossistema (NEOGás, Ultragaz

Energia Inteligente e Witzler) e os fornecedores de alta criticidade. Já na **Ultracargo**, esses temas ganharam mais relevância nos processos de avaliação de desempenho e progressão de carreira das lideranças e nas seleções de executivos do mercado.

Vale destacar que a Ultrapar e as empresas do portfólio participam de diferentes iniciativas externas, que reforçam seu compromisso com a sustentabilidade e por meio das quais é possível compartilhar boas práticas e aprendizados com outras organizações igualmente engajadas. Esse é o caso do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) – além do comprometimento com os dez princípios do pacto ligados à proteção dos direitos humanos e trabalhistas e do meio ambiente e ao combate à corrupção, há também o alinhamento aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da ONU.

Avanços do Plano ESG 2030

As metas do Plano ESG 2030 se aplicam à Ultrapar, Ipiranga, Ultragaz e Ultracargo. Cabe à Ultrapar consolidar e divulgar seus avanços anuais. Além de reportados no Relatório da Administração e no Relatório de Sustentabilidade da Ultrapar, os dados também ficam disponíveis na seção Planilhas Financeiras do site de Relações com Investidores.

Tema material	Ambição	Metas	Resultados 2024
Transição energética	Planejar e implementar estratégias voltadas à transição para uma economia de baixo carbono	1. Implementar medidas de redução e mitigação de emissões de gases de efeito estufa (GEE) nas operações, garantindo a neutralidade de carbono a partir de 2025	Total neutralizado de emissões diretas (escopo 1): 37% (+8 p.p versus 2023) Total neutralizado de emissões indiretas (escopo 2): 100% (sem variação em relação a 2023)
Operações ecoeficientes	Assegurar nível de excelência na gestão ambiental das operações, garantindo o uso eficiente de recursos naturais e otimizando a gestão de resíduos	1. Manter o uso de 100% de energia elétrica renovável e certificada	100% renovável e certificada (sem variação em relação a 2023)
		2. Zerar os vazamentos com risco de contaminação de solo e água	1 vazamento (+1 ocorrência versus 2023)
		3. Aterro zero: não destinar resíduos perigosos e não perigosos para aterro, por meio de soluções mais sustentáveis	6% de resíduos enviados para aterro (-33 p.p versus 2023)
Cultura inclusiva e diversidade	Promover continuamente um ambiente inclusivo e desenvolvimento integral das pessoas para cada um atingir seu potencial e contribuir para maiores perspectivas e experiências no processo decisório	1. Atingir 33% de equidade de gênero e etnia no Conselho de Administração	22% (sem variação em relação a 2023)
		2. Atingir 50% de equidade de gênero e etnia na liderança ¹	42% de equidade de gênero e etnia na liderança (sem variação em relação a 2023)
		3. Garantir um ambiente inclusivo que seja reconhecido em pesquisas internas	82% de favorabilidade (-1 p.p versus 2023)
Saúde e segurança	Assegurar uma sólida cultura de	1. Reduzir em 50% a taxa de acidentes com afastamento ²	0,55 (-30% versus 2023 e -43% versus ano-base 2020)

	saúde e segurança, com processos e índices em nível de excelência, garantindo qualidade de vida aos colaboradores e segurança para as comunidades no entorno de nossas operações	2. Reduzir em 70% a taxa de acidentes de processo ³	1,14 (+46% <i>versus</i> 2023 e -26% <i>versus</i> ano-base 2020)
		3. Garantir que colaboradores sejam atendidos em programas de saúde e qualidade de vida	55%
Responsabilidade com a comunidade	Atuar de forma responsável perante as comunidades do entorno, gerando oportunidades de desenvolvimento local	1. Investir em iniciativas e parcerias que promovam educação de qualidade e geração de emprego e renda em comunidades do entorno das operações ⁴	R\$ 8,2 milhões em recursos próprios investidos <i>versus</i> R\$ 7,8 milhões em 2023
Cadeia de valor	Influenciar, fomentar e monitorar a adoção das melhores práticas ESG na cadeia de valor dos negócios	1. Garantir 100% dos fornecedores críticos com práticas de excelência em ESG	100% dos fornecedores críticos com cláusulas contratuais ESG 94% dos fornecedores críticos aderentes a políticas de fornecimento responsável 55% dos fornecedores críticos avaliados em práticas ESG
		2. Garantir 100% dos revendedores selecionados com práticas ou compromissos ESG	100% dos revendedores comunicados sobre práticas e compromissos ESG 100% dos revendedores com acesso a treinamentos sobre práticas ESG
Governança e integridade	Ser protagonista em governança e integridade, influenciando o ambiente de negócios na adoção de melhores práticas e conduta ética	1. Atingir o mais alto nível de cultura de integridade ⁵	Diagnóstico 2023 manteve a Companhia no nível Proativo , o segundo mais alto. Em 2024, planos de ação foram implementados para endereçar os pontos de melhoria capturados no Diagnóstico, e, através de avaliações conduzidas internamente com toda a liderança, foi possível observar um avanço em relação aos temas de cultura de integridade. Em 2026, uma nova pesquisa medirá a evolução dos temas de integridade.
		2. Garantir boas práticas de governança corporativa	Nota A no MSCI (queda em relação a 2023) e Nota 86 na Dimensão de Governança Corporativa do ISE B3 (+ 3 pontos em relação a 2023)

1. Considera posições de gerência e acima.

2. Redução do *lost-time injury frequency* (LTIF) de 0,96 em 2020 para 0,50 em 2030. LTIF: número de acidentes com afastamento X 1.000.000/horas trabalhadas.3. Redução do *process safety event* (PSE) de 1,55 em 2020 para 0,50 em 2030. PSE: número de ocorrências X 1.000.000/horas trabalhadas.

4. Diferente do divulgado no ano anterior, considera apenas recursos próprios.

5. Matriz *Hearts & Minds*.

Rating e índices de sustentabilidade

Há vários anos, a Ultrapar participa de uma série de *ratings* e índices de sustentabilidade nacionais e internacionais, que classificam as organizações de acordo com critérios ESG. Integrá-los é um reconhecimento externo para a Companhia e comprova a assertividade das decisões e iniciativas realizadas ao longo dos anos. A avaliação criteriosa dos indicadores e métricas também contribui para a identificação de oportunidades de melhoria.

A Ultrapar integra os ratings:

- **IGPTW B3 (Índice Great Place to Work):** presença desde 2023. O índice, criado em 2023, reúne as organizações reconhecidas com a certificação Great Place To Work.
- **MSCI (Morgan Stanley Capital International):** nota A em 2024.
- **FTSE4Good:** nota média 3,1 em 2024. A escala varia de 0 a 5 para cada aspecto considerado: ambiental, social e governança. Com o desempenho, a Ultrapar integra os índices FTSE4Good Emerging Index e FTSE4Good Emerging Latin America Index.
- **CDP (Carbon Disclosure Project):** participação desde 2008 e nota C no questionário 2024 sobre mudanças climáticas.
- **ISE B3 (Índice de Sustentabilidade Empresarial):** uma das empresas listadas na 19ª carteira do índice, que entrou em vigor em janeiro de 2024. A próxima carteira será anunciada em abril de 2025.
- **IGC (Índice de Governança Corporativa Diferenciada) e ITAG (Índice de Tag Along Diferenciado):** presença nas carteiras da B3 desde 2011.

A seguir, são apresentados os principais projetos e iniciativas do ano que viabilizaram os resultados e as evoluções em cada um dos temas materiais de sustentabilidade.

Dimensão ambiental

Transição energética

A atuação na agenda de transição energética é realizada em três frentes: (i) Performance, que abrange as ações para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e neutralizar aquelas emissões que não podem ser evitadas, em linha com o estabelecido no Plano ESG 2030; (ii) Produto, que concentra as iniciativas de desenvolver e incorporar ao portfólio produtos e serviços de menor pegada de carbono; e (iii) Portfólio, por meio do qual são avaliadas oportunidades de a Companhia atuar em fontes de energia renovável, valendo-se de sua capilaridade, *expertise* e força das marcas do portfólio.

Na frente de Performance, as empresas seguiram trabalhando para identificar e implementar tecnologias e iniciativas que minimizem as suas emissões diretas (escopo 1), a exemplo da **Ultragaz**, que encerrou 2024 com aproximadamente 98% da frota leve de veículos abastecida por etanol. Outro marco importante veio da **ICONIC**, que cumpriu a sua meta de redução de 43% das emissões de GEE diretas (escopo 1) e indiretas ligadas à aquisição de energia elétrica (escopo 2) seis anos antes do previsto. Uma das iniciativas que possibilitou esse resultado foi o início do fornecimento de biometano (gás de origem renovável) pela NEOGás para abastecer as caldeiras de sua fábrica de Duque de Caxias (RJ). Em paralelo, a **Ultrapar** coordenou a aquisição de créditos de carbono para 2025, 2026 e 2027, que permitirá à *holding*, Ipiranga, Ultragaz e Ultracargo compensarem também as suas emissões do escopo 1 – as emissões do escopo 2 são neutralizadas desde 2021. Vale ressaltar que a Ipiranga já compensava as emissões de GEE dos escopos 1 e 2 desde 2014 e portanto, em 2024, comemorou uma década como uma empresa carbono neutro. Outro destaque nessa frente veio do Programa Brasileiro GHG Protocol: Ipiranga, Ultragaz e Ultracargo receberam o Selo Ouro da iniciativa após apresentarem inventários completos (escopos 1, 2 e 3) e verificados por terceira parte.

Na frente de Produto, a **Ipiranga** segue como uma das principais distribuidoras de biocombustíveis do Brasil e, em 2024, intensificou a estratégia de marketing para escalar a venda da linha *premium* Ipimax, lançada em 2023. Essa linha, formada por diesel, gasolina e etanol aditivados, apresenta rendimento até 5% mais alto que os combustíveis tradicionais, reduzindo, consequentemente, as emissões de GEE dos veículos que a utilizam. Para o mercado B2B, a Ipiranga oferece o Ipimax Diesel R5, que, além da mistura obrigatória de biodiesel e do aditivo Ipimax, possui 5% de combustível produzido a partir do coprocessamento de óleos vegetais e gorduras residuais. Introduzido no mercado em 2023, o Ipimax Diesel R5 também começou a ganhar escala em 2024 com novos contratos firmados com clientes do estado de São Paulo. Outra novidade do ano foi a parceria com uma empresa especializada e devidamente homologada

para aquisição de créditos de carbono por parte dos clientes empresariais, facilitando o processo de compensação de emissões e fortalecendo a proposta de valor da Ipiranga para esses clientes.

Na frente de Portfólio, a **Ultragaz** seguiu se consolidando como uma empresa de soluções em energia, que apoia a jornada de descarbonização de seus clientes a partir do GLP. Em 2024, adquiriu participação acionária na Witzler, empresa que comercializa energia elétrica renovável no mercado livre a clientes de alta tensão. Já a Ultragaz Energia Inteligente, que oferece energia renovável a residências e pequenos negócios (baixa tensão), alcançou 140MWp de energia contratada. A quantidade de novos negócios celebrados para clientes atendidos por biometano registrou um crescimento de 200% em relação ao ano anterior. Esse desempenho reflete a crescente demanda por soluções de baixo carbono e reafirma o protagonismo do Grupo Ultra na transição energética, alinhado aos compromissos com a agenda ESG. Adicionalmente, a Ultragaz se tornou pioneira no fornecimento de BioGLP, produzido a partir do óleo de soja e com uma pegada de carbono inferior.

Destaca-se também na frente de Portfólio a aquisição em 2024 de participação acionária relevante na **Hidrovias do Brasil**, empresa logística baseada no modal hidroviário, substancialmente menos poluente que ferroviário e rodoviário, que atua em setores expostos ao agronegócio brasileiro. A estratégia de interiorização da **Ultracargo**, iniciada em 2023, também a aproxima do agronegócio e permitirá à empresa aumentar a participação dos biocombustíveis, com ênfase para o etanol de milho, em sua receita. Aproximadamente R\$ 500 milhões foram investidos em 2024 na construção do novo terminal da empresa em Palmeirante (TO), nas expansões de capacidade dos terminais de Rondonópolis (MT), Santos (SP) e Itaqui (MA) e na construção de desvios ferroviários que viabilizarão o corredor logístico Santos (SP) – Paulínia (SP) – Rondonópolis (MT).

Operações ecoeficientes

Ipiranga, Ultragaz e Ultracargo estão comprometidas com a adoção de melhores práticas para minimizar os impactos ambientais de suas operações.

Uma das metas do Plano ESG 2030 é utilizar 100% de energia elétrica renovável e certificada, compromisso cumprido mais uma vez em 2024 por meio da aquisição de energia do mercado livre com certificados de rastreabilidade e de certificados internacionais de energia (I-RECs). A boa prática também permite à Companhia neutralizar as emissões indiretas de GEE ligadas à aquisição de energia elétrica (escopo 2).

Outro compromisso da Ultrapar e seus três principais negócios é a eliminação do envio de resíduos, perigosos e não perigosos, a aterros até 2030. As empresas seguiram implementando iniciativas para reduzir a geração e melhorar a segregação de resíduos, sensibilizar colaboradores, qualificar fornecedores e aumentar o volume de resíduos destinados à reciclagem e a outras formas de recuperação. Desde 2023, a sede da Ultrapar, em São Paulo (SP), é aterro zero. A Ipiranga conseguiu reduzir para 10% o total de resíduos enviados a aterros (18% em 2023), reflexo de um conjunto de iniciativas implementadas como parte do Plano Diretor de Resíduos, lançado em 2023. Algumas bases de distribuição de combustível, como Passo Fundo (RS) e Maceió (AL), alcançaram os avanços mais significativos. Na base de Passo Fundo, o volume de resíduos enviados a aterro passou de 49% em 2023 para apenas 1,54% em 2024; em Maceió, os resíduos destinados a aterros corresponderam a 33% do total em 2024 versus 54% no ano anterior. A Ultragaz encerrou o ano com 17 bases aterro zero, três a mais do que em 2023, o que lhe possibilitou reduzir o volume total de resíduos enviados para aterro de 8% em 2023 para 5% em 2024. A empresa também trabalhou para equiparar os padrões adotados nas unidades da NEOGás. Em 2024, mais três terminais da Ultracargo eliminaram o envio de resíduos a aterro: Santos (SP), Aratu (BA) e Rio de Janeiro (RJ). Para 2025, o foco será o terminal de Itaqui (MA), onde a empresa pretende firmar parcerias com cooperativas de reciclagem locais.

O terceiro compromisso do Plano ESG 2030 se refere aos vazamentos com riscos de contaminação do solo e da água. Ipiranga, Ultragaz e Ultracargo contam com sistemas protecionais para prevenir a ocorrência de vazamentos e processos estruturados de contenção e redução de danos caso eles aconteçam. A **Ultracargo** registrou um vazamento no terminal de Santos em 2024, de baixo volume, sem impacto no corpo hídrico. Na ocasião, todas as medidas cabíveis foram tomadas, incluindo a comunicação imediata aos órgãos ambientais pertinentes. A empresa não recebeu nenhuma multa devido ao episódio.

Dimensão social

Cultura inclusiva e diversidade

A Ultrapar e seus três principais negócios deram continuidade às ações ligadas à diversidade e inclusão para alcançarem a meta prevista no Plano ESG 2030.

A agenda de diversidade é um dos tópicos abordados nos treinamentos de *onboarding* da **Ultrapar**, que devem ser concluídos por todos os recém-contratados. Todos os profissionais que assumem cargos de liderança também passam por uma capacitação focada em diversidade e inclusão como parte do Programa de Desenvolvimento da Liderança (PDL). A sensibilização da equipe se estende por todo o ano, com disponibilização de conteúdos na rede social interna. No mês da mulher, em março, ações foram realizadas nos escritórios da capital paulista e de Campinas (SP), incluindo uma palestra com uma especialista convidada. Adicionalmente, em 2024 o Auxílio Creche foi estendido para pais e crianças de até 2 anos. Anteriormente, a regra limitava-se às mães e crianças de até 1 ano.

Dentre as iniciativas que integram o Programa de Diversidade da Ipiranga e colaboraram para os resultados destaca-se o Ipiranga Talent, programa de estágio que destina 50% das vagas a pessoas negras – na edição de 2024, 55% dos aprovados se declararam como pretos ou pardos. Para o público PcD, a Ipiranga concluiu o Inclusão Tech, programa que capacitou 300 pessoas com deficiência, das quais 25 foram contratados pela empresa. Os novos funcionários da Ipiranga seguiram sua jornada de desenvolvimento participando de diversas formações em tecnologia e mentorias para aceleração de carreira. A agenda de DE&I seguiu sendo abordada com frequência em palestras e *workshops*, cartilhas educativas e nos canais de comunicação. Houve, ainda, a sensibilização de gerentes e coordenadores, incluindo um workshop sobre liderança inclusiva. A Ultragaz também conta com um Programa de Diversidade, Equidade, Inclusão e Acessibilidade por meio do qual desenvolve ações de letramento de seus colaboradores nos temas de gênero, raça, pessoas com deficiência e pessoas LGBTI+. Em 2024, teve início um projeto para melhorar a acessibilidade em banheiros e vestiários de suas bases e escritórios. Uma das ações de letramento e sensibilização do ano foi o lançamento da 'Cartilha de Diversidade'.

Além de estar comprometida com o Plano ESG 2030, que foca nas posições de liderança, desde 2020 a **Ultracargo** trabalha para aumentar o número de mulheres na operação. O objetivo é que a representação feminina chegue a 30% nos cargos operacionais e, em 2024, esse indicador correspondeu a 16%. No ano, a empresa realizou mais uma edição de seu Programa de Formação Operacional, que oferece capacitação profissional a moradores do entorno de seus terminais interessados em atuar no setor de armazenamento de grãos líquidos. A edição de 2024 ocorreu em Palmeirante (TO), onde a Ultracargo constrói um novo terminal, e destinou 50% das vagas do curso a mulheres. Também foi lançado o primeiro grupo de afinidade, dedicado ao recorte de gênero, com representatividade em todos os terminais e na matriz. Além de fomentar o desenvolvimento pessoal e profissional das participantes, os encontros do grupo, que sempre têm a participação de um membro da liderança, auxiliam a empresa a mapear ações que auxiliem na retenção de mulheres.

Alguns projetos sociais apoiados por meio de recursos incentivados, sob gestão do Instituto Ultra, também endereçam o tema da diversidade, mesmo que indiretamente. Em 2024, um dos projetos selecionados estimula a prática de vôlei entre crianças e adolescentes de Canoas (RS), incluindo turmas para meninas e para pessoas com deficiência (PcD). Outra iniciativa apoiada é o Futebol pela Igualdade, que oferece aulas de futebol para meninas em Fortaleza (CE). Ainda patrocinamos o torneio Brasil Ladies Cup, que promove o futebol feminino profissional, fortalecendo a presença de mulheres no esporte mais popular do mundo.

Número de colaboradores			
	2024	2023 ¹	Variação % 2024 x 2023
Ipiranga	4.512	5.058	-11%
Ultragaz	3.711	3.556	+4%
Ultracargo	843	856	-2%
Ultrapar (Holding)	149	175	-15%
Outros	343	364	-6%
Total	9.558	10.009	-5%

¹ Número de funcionários de 2023 foi revisado para refletir novo critério (inclui somente colaboradores ativos e colaboradores afastados por até 12 meses). Em adição foi ajustado o número da Ipiranga, incorporando a Millenium, Serra Diesel e KMV (antigo abastece ai), consolidados na Ultrapar Mobilidade.

Saúde e segurança

Assegurar a saúde e a segurança das pessoas é prioridade absoluta para a Ultrapar e para as empresas do portfólio. As metas do Plano ESG 2030 visam a redução dos acidentes com afastamento e dos acidentes de processo. No consolidado da Ultrapar e dos três principais negócios, a taxa de acidentes com afastamento correspondeu a 0,55 em 2024 *versus* 0,78 no ano anterior, enquanto a taxa de acidentes de processo alcançou 1,14 e, em 2023, havia chegado a 0,73. Oferecer programas de saúde e qualidade de vida aos colaboradores é outra meta Plano ESG 2030.

A relevância do tema fica explícita no modelo de governança e gestão constituído. A mais alta instância é o Comitê de Segurança, cujos indicadores são reportados em toda reunião do Conselho de Administração da Ultrapar, com detalhamento dos casos mais graves. Existem também os comitês de Segurança das empresas e em suas unidades operacionais. A Ultrapar mantém um comitê de Saúde para tratar de temas específicos da matriz em São Paulo (SP).

Os sistemas de gestão de saúde e segurança em vigor seguem as diretrizes das regulamentações pertinentes e se baseiam em padrões internacionais de referência, como a ISO 45001, de saúde e segurança ocupacional, e a metodologia Hearts & Minds, referência de comportamento. Os sistemas contemplam, entre outros pontos, processos para a identificação de perigos e riscos, implementação de medidas de controle, monitoramento contínuo de indicadores pertinentes (acidentes, doenças ocupacionais, afastamentos, entre outros), investigação de todos os incidentes e acidentes, disponibilização de canais para o reporte de desvios e treinamentos e ações de conscientização recorrentes.

Em 2024, ocorreu o segundo Encontro de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (SSMA) do Grupo Ultra, comandado pelo Diretor Presidente da Ultrapar e pelos Presidentes dos negócios, com a presença de cerca de 120 líderes de todas as empresas e transmissão ao vivo para os demais colaboradores. O evento reiterou o protagonismo que líderes e colaboradores devem ter nos temas ligados à saúde, segurança e proteção ambiental e fomentou a troca de boas práticas e aprendizados entre os presentes.

A **Ultrapar** conta com profissionais especialistas para gerir o tema e realiza periodicamente simulações de emergência e abandono nos escritórios de São Paulo (SP) e Campinas (SP) e blitz de segurança e ergonomia durante a Semana de Saúde, Segurança e Sustentabilidade, entre outras ações. Em saúde, disponibiliza programas de saúde mental e de apoio a gestantes, organiza campanhas de conscientização em datas-chave e intervenções para promover a cultura do autocuidado e da prevenção.

Na **Ipiranga** os acidentes rodoviários graves durante o transporte de combustíveis caíram 50% em relação a 2023 graças a câmeras, sistemas de telemetria e outras tecnologias instaladas na frota de veículos e ao engajamento das transportadoras parceiras em um programa mantido pela empresa. Para os revendedores, a empresa passou a divulgar um *newsletter* semanal sobre tópicos de segurança. O aumento dos reportes proativos de desvio – prática bastante incentivada na Ipiranga – e ampliação do escopo monitorado pela empresa fizeram crescer as taxas de acidentes com afastamento e de processo em 2024. Vale destacar, no entanto, que a taxa de gravidade dos acidentes com afastamento apresentou queda de 20%. No eixo da saúde, a Ipiranga lançou um programa dedicado às gestantes e aprimorou as ações de suporte psicológico disponíveis, agora reunidas em um programa de saúde mental unificado.

A **Ultragaz** registrou redução de 45% nos acidentes com afastamento em comparação com o ano anterior. Os resultados são fruto de iniciativas que vêm sendo implementadas para consolidar uma cultura de segurança robusta, em que todos colocam em prática comportamentos seguros não por obrigação, mas por convicção. Além da

capacitação contínua de colaboradores e prestadores de serviço, nos últimos anos a empresa também investiu em tecnologia embarcada para a frota de veículos, em uma torre de controle para o monitoramento dos deslocamentos e em melhorias no processo de gestão das contratadas.

A **Ultracargo** também mantém investimentos robustos para aprimorar a gestão, implementar novas tecnologias protecionais e consolidar a cultura de segurança entre a equipe, com reflexos positivos nos níveis de produtividade e eficiência da operação. A taxa de acidentes com afastamento diminuiu em 24% em relação a 2023. Em 2024, a empresa organizou a sua primeira Parada de Segurança, quando interrompeu simultaneamente as operações de todos os terminais e convidou as equipes a participar de palestras, rodas de conversa e dinâmicas sobre saúde e segurança. Em cada terminal, um membro da alta liderança comandou as atividades. A empresa também se tornou a primeira do setor de logística do País a celebrar uma parceria com o Departamento de Engenharia de Minas e Petróleo da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), para a capacitação de mais de 400 líderes e colaboradores em gerenciamento de riscos operacionais ao longo de três anos.

Responsabilidade com a comunidade

Além de gerenciar e atuar para estreitar relacionamento com as comunidades próximas das operações dos negócios do Grupo, a Companhia busca colaborar com o desenvolvimento socioeconômico das comunidades do entorno de suas operações e com o crescimento sustentável do País. São duas grandes causas sociais estabelecidas: educação e geração de renda.

Na causa educacional, o trabalho é coordenado pelo Instituto Ultra, com o apoio dos negócios, e se divide em três grandes frentes. O Instituto aposta no fortalecimento da gestão para melhorar os indicadores educacionais e oferece assessoria especializada e capacitação a profissionais das Secretarias de Educação e das escolas participantes. O primeiro município escolhido para a realização da iniciativa foi Santos, com o compromisso de mudar os indicadores educacionais de aprendizagem e o IDEB no período de cinco anos. O programa já capacitou cerca de 700 profissionais, entre eles, equipe técnicas, diretores, coordenadores pedagógicos, professores de matemática e língua portuguesa de 35 escolas das redes municipal e estadual.

O Instituto Ultra trabalha também com a recomposição da aprendizagem de estudantes dos anos finais (6º ao 9º ano) de forma direta. No ano de 2024, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Barcarena (PA) e a Alicerce Educação, investiu em uma iniciativa piloto executada com 300 alunos, que receberam aulas de reforço no contraturno escolar. Oferecendo bolsa-auxílio, alimentação e transporte, o projeto recuperou cerca de 3 bimestres dos alunos nas disciplinas de matemática e língua portuguesa – o equivalente a quase 1 ano escolar. Adicionalmente, implementará a segunda unidade do Colégio Mão Amiga, escola filantrópica de excelência localizada em Itapeverica da Serra (SP). A cidade escolhida para receber o novo colégio é Santos, com início das obras em 2025.

Os projetos de fomento à geração de renda são conduzidos diretamente pelos negócios, com o suporte do Instituto Ultra. Uma das ações da **Ipiranga** nessa frente é a plataforma Bora pro Posto, lançada em 2024, que garante o acesso gratuito a cursos relacionados para qualquer pessoa interessada em trabalhar no segmento. Também é possível cadastrar o currículo em um banco de talentos exclusivo – mais de 3 mil currículos já foram cadastrados. Conectando o trabalho de diversidade, equidade e inclusão à estratégia de responsabilidade social, foi lançada a segunda edição do Operação Mulher Motorista, que forma mulheres do entorno das bases da empresa para atuar no setor de transporte de combustíveis e disponibilizou 16 vagas em 2024. Na **Ultragaz**, uma das iniciativas foi o programa Ultragaz Empreende, que formou 18 empreendedores em 2024. Após a finalização do curso, a lucratividade dos negócios dos participantes registrou crescimento médio de 35%. Já a **Ultracargo** realizou mais uma turma do seu Programa de Formação Operacional, que capacita moradores do entorno de seus terminais para atuar no segmento de armazenamento de grãos líquidos. Dessa vez, o programa foi realizado em Palmeirante (TO), onde a empresa constrói seu novo terminal.

Outro programa de impacto é o Saúde na Estrada, realizado pela Ipiranga, que leva atendimento básico de saúde e orientação a caminhoneiros e demais viajantes das rodovias brasileiras e às comunidades do entorno dos postos Rodo Rede, onde os eventos do programa acontecem. Em 2024, mais de 48 mil pessoas foram atendidas, em 95 cidades, de 14 estados.

A Companhia também atua em situações emergenciais. Em 2024, o Instituto Ultra, a Ultrapar e as empresas do portfólio se mobilizaram para apoiar o Rio Grande do Sul após as fortes chuvas que atingiram o estado entre abril e maio. Foram direcionados cestas básicas, água, kits de higiene e limpeza, cobertores, roupas, GLP, combustíveis e lubrificantes para os municípios gaúchos de Canoas, Caxias do Sul, Passo Fundo e Santa Maria. As empresas Ipiranga e Ultragaz, que têm bases operacionais, postos de combustíveis e revendas de GLP no estado, também deram suporte aos colaboradores e revendedores e aos colaboradores dos revendedores afetados. Em uma etapa posterior, o Instituto Ultra se uniu à B3 Social e lançou a campanha Segunda Chamada, que arrecadou ao todo R\$ 3 milhões, possibilitando a reconstrução das cozinhas de 39 escolas dos ensinos infantil e fundamental da cidade de Canoas e viabilizando a retomada das aulas. Outra parte do valor será destinado para a recuperação de bibliotecas, brinquedotecas, *chromebooks* e a compra de material escolar.

No ano, o Instituto Ultra, Ipiranga e Ultracargo também doaram 1.500 cestas básicas para moradores de Manaus (AM) e de Rondonópolis (MT) atingidos pela estiagem. No consolidado, a Companhia direcionou mais de R\$ 4 milhões para ações emergenciais em 2024.

O Instituto Ultra coordena também uma frente de voluntariado. Em 2024, foi realizada a terceira edição do Programa de Aceleração Social, que engaja colaboradores voluntários da Ultrapar e dos negócios a apoiar organizações não governamentais (ONGs) na implementação de soluções para os seus desafios de gestão. No ano, 120 colaboradores auxiliaram 16 organizações que atuam com a causa educacional nas cidades de São Paulo (SP), Campinas (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Duque de Caxias (RJ). Os voluntários puderam cursar uma formação específica sobre o tema, desenvolvida pelo Instituto Ultra e a Fundação Dom Cabral. A Ipiranga, Ultragaz e Ultracargo mantêm também suas próprias iniciativas de voluntariado.

De forma complementar, a Ultrapar, Ipiranga, Ultragaz e Ultracargo apoiam projetos de responsabilidade social por meio de recursos incentivados. Em 2024, 59 iniciativas foram contempladas e receberam o equivalente a R\$ 36 milhões.

Cadeia de valor

A cadeia de valor da Ultrapar, Ipiranga, Ultragaz e Ultracargo é formada por milhares de fornecedores e dos revendedores à frente dos postos Ipiranga e revendas Ultragaz. Além de manter relações comerciais éticas, o objetivo é contribuir com a jornada de sustentabilidade desses parceiros, fomentando um ciclo virtuoso capaz de gerar efeitos positivos para toda a sociedade.

Antes de firmar qualquer parceria com esses *stakeholders*, são realizadas análises reputacionais, que, em 2024, totalizaram mais de 9 mil pesquisas. Como parte do Programa de Integridade, também são realizadas rodas de conversa (encontros com grupos menores e duração média de 1 hora) e disponibilizados formações online e conteúdos para os revendedores da Ipiranga e da Ultragaz. Em 2024, a Companhia também deu um foco maior aos fornecedores, levando a pauta de Integridade para eventos presenciais com fornecedores críticos.

A sensibilização da cadeia de valor vai além dos temas de ética. A Ipiranga e a Ultragaz disponibilizam formações relacionadas a outros tópicos da agenda de sustentabilidade aos revendedores. Com os fornecedores, o trabalho também vem ganhando tração ano após ano nos três negócios. Com o Programa Mover, a **Ipiranga** engaja, desenvolve e reconhece as transportadoras dos modais rodoviário e aquaviário e impulsiona melhorias de eficiência, segurança e cuidado com o meio ambiente. Desde que o programa foi implementado, em 2022, a empresa reduziu em 62% os acidentes com veículos pesados e, em contrapartida, aumentou em 17% a produtividade dessa frota e diminuiu em 12% o tempo de carregamento de combustível nas bases, entre outros ganhos. Em 2024, a Ipiranga também começou a trabalhar de forma mais estruturada com outro grupo crítico ao lançar o Programa de Excelência para Empreiteiras, cujo objetivo é disseminar boas práticas em temas de segurança, direitos humanos e trabalhistas e gestão ambiental entre esses parceiros contratados para gerenciar as obras nas bases e postos Ipiranga.

A **Ultragaz** intensificou o engajamento com seus fornecedores em 2024, priorizando o tema de saúde e segurança do trabalhador (SST). Por meio do programa “Trabalho Responsável”, foram realizadas ações internas, voltadas para o letramento dos gestores de contratos, e externas, focadas na educomunicação com os fornecedores acerca das melhores práticas em SST, incluindo treinamentos e capacitações específicas. Além disso, a empresa revisitou seu Índice de Qualificação do Fornecedor (IQF), tornando-o mais aderente às metas do grupo sobre fornecimento responsável. A **Ultracargo** selecionou os seus fornecedores mais críticos, cujas práticas ESG passarão pela análise de uma consultoria externa especializada. Com o resultado dos diagnósticos, serão desenhados planos de melhoria customizados para serem colocados em prática por cada fornecedor com o apoio da empresa.

Vale destacar que a Ipiranga, Ultragaz e Ultracargo são signatárias do Pacto Empresarial Na Mão Certa, da Childhood Brasil, e sensibilizam, entre outros públicos, os parceiros transportadores e seus funcionários sobre a importância de se combater a exploração sexual de crianças e adolescentes nas estradas do Brasil.

Por atenderem total ou parcialmente clientes B2B, Ipiranga, Ultragaz e Ultracargo integram a cadeia de valor de diversas organizações e cada vez mais recebem demandas de sustentabilidade. Em 2024, os três negócios responderam à avaliação de sustentabilidade da plataforma EcoVadis. A **Ipiranga** foi reconhecida com o Selo Compromisso ESG, enquanto a **Ultragaz** recebeu a Medalha de Prata e a **Ultracargo** a Medalha de Ouro. A **ICONIC** foi outra empresa do Grupo Ultra que respondeu ao questionário da EcoVadis em 2024 e foi reconhecida com a conquista da Medalha de Ouro.

Dimensão de governança

Governança e integridade



Em 2024, a Companhia celebrou 25 anos da sua abertura de capital, quando se tornou, em 1999, a primeira empresa do Brasil a ser listada de forma concomitante na B3 e na New York Stock Exchange (NYSE). Vale destacar que, desde 2011, a Companhia integra o Novo Mercado, segmento de listagem da B3 que reúne as empresas com as mais avançadas práticas de governança e integridade.

Principal instância da estrutura de governança, o Conselho de Administração da Ultrapar encerrou 2024 com nove membros, dos quais sete (78%) independentes, incluindo o Presidente, quatro cumpriam o seu primeiro mandato e duas eram mulheres.

Em setembro de 2024, a Companhia anunciou evoluções em sua estrutura de governança para conferir maior agilidade e autonomia nas tomadas de decisão dos negócios. Foram instituídos Conselhos de Administração específicos para a Ipiranga, Ultragaz e Ultracargo, em vigor a partir de janeiro de 2025 e que serão formados pelo Presidente do Conselho de Administração e dois conselheiros independentes da Ultrapar, o Diretor Presidente da Ultrapar, além do CEO da respectiva empresa. Com a mudança, a Diretoria Executiva da Ultrapar passará a ser formada pelos diretores da *holding*.

Seguindo o estabelecido no plano de sucessão já divulgado pela Companhia, o Conselho de Administração consignou que o Sr. Marcos Marinho Lutz será oportunamente indicado pela administração da Companhia para compor a chapa no âmbito da eleição do Conselho de Administração a ser realizada por ocasião da AGO e ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração, passando, então, a exercer o papel de *Executive Chairman*. Para assumir a posição de Diretor Presidente da Ultrapar, após a conclusão do referido processo de transição, o Conselho aprovou a indicação de Rodrigo de Almeida Pizzinatto, atual CFO, com mandato a partir de abril de 2025. Para a posição de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, o Conselho de Administração indicou Alexandre Palhares, que, desde maio de 2024, ocupava a posição de Diretor de Planejamento, Relações com Investidores e Tesouraria.

Para gerir os temas de riscos, integridade e auditoria, a Companhia conta com uma Diretoria dedicada, cuja atuação alcança todos os negócios e que tem reportes distintos de acordo com cada uma de suas competências. Vinculada administrativamente ao Diretor Presidente da Ultrapar, a Diretoria se reporta ao Comitê de Auditoria e Riscos na gestão dos riscos corporativos, consolidação das informações e controles e condução do processo geral de auditoria interna. Formado por três membros, todos conselheiros independentes da Companhia, o Comitê assessor o Conselho de Administração na supervisão (i) da integridade e qualidade das demonstrações financeiras; (ii) da conformidade da Companhia com requisitos legais e regulatórios; (iii) das qualificações e independência do auditor independente; (iv) do desempenho das funções de auditoria interna da Companhia (representada pela Diretoria de Riscos, Integridade e Auditoria) e dos auditores independentes; e (v) da gestão de riscos. Para os temas de integridade, reunidos no Programa de Integridade da Companhia, a Diretoria se reporta ao Comitê de Conduta, criado em 2004 e formado por um membro externo e um conselheiro independente da Companhia. São atribuições desse Comitê (i) gerir a aplicação do Código de Ética, de suas diretrizes e das políticas a ele relacionada; (ii) supervisionar a aplicação e efetividade dos princípios do Código de Ética; (iii) revisar e aprovar o Programa de Integridade e supervisionar sua aplicação; e (iv) recomendar as medidas disciplinares adequadas, relativas aos temas de sua competência, a serem adotadas pelos órgãos da Ultrapar, bem como deliberar sobre a necessidade de informação ao Comitê de Auditoria e Riscos ou ao Conselho de Administração.

Gestão de Riscos

A estrutura de gestão de riscos coordena a análise integrada de riscos da Ultrapar a partir de uma interface direta com cada negócio, o que torna o processo abrangente e com características setoriais específicas. O monitoramento dos riscos acontece de forma independente em cada empresa, abrangendo aspectos internos e externos e a avaliação de cenários quantificados em termos de impacto e vulnerabilidade, que geram planos de ação mitigadores.

A Matriz de Riscos é composta por temas que abrangem as principais ameaças aos negócios e estão agrupados em cinco famílias (Estratégicos e de Sustentabilidade; Operacionais; Financeiros e de Mercado de Capitais; Integridade; e cibernéticos), com olhar interdependente e avaliações dinâmicas. Em 2024, os riscos climáticos, identificados em estudo conduzido pelas Gerências de Riscos e de Sustentabilidade da Ultrapar e dos negócios, foram formalmente incorporados à Matriz de Riscos da Companhia.

Todo o processo de gestão de riscos segue as diretrizes da Política Corporativa de Gestão de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração em 2021 e que passará por atualização em 2025.

Auditorias Interna e Externa

A auditoria interna é responsável por avaliar os procedimentos e controles internos dos negócios, identificando oportunidades de melhorias no processo de gestão de riscos que contribuem para as atualizações do mapa de riscos e do Programa de Integridade. A área também realiza auditorias financeiras e operacionais internas, conforme planejamento aprovado pelo Comitê de Auditoria e Riscos, e realiza testes de efetividade dos controles internos como parte do processo de certificação da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) exigido para as demonstrações financeiras apresentadas ao mercado norte-americano. Em 2024 a Companhia lançou um programa para reorganizar, de maneira transformacional, o programa SOX no Grupo Ultra, revisitando processos para promover mais segurança e eficiência nas atividades, com conclusão prevista em 2025.

A empresa de auditoria externa contratada conduz o processo de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, que considera o entendimento dos controles internos relevantes ao processo de elaboração das demonstrações financeiras e a realização dos procedimentos necessários à emissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Ultrapar recebeu o Troféu Transparência ANEFAC 2024, iniciativa da Associação Nacional de Executivos, que reconhece as companhias que priorizam clareza, qualidade e transparência nas suas divulgações financeiras. A premiação conta com a avaliação de especialistas do Insper e da UFRJ, entre outras instituições acadêmicas, e avalia balanços patrimoniais e demonstrações de resultados das participantes.

Integridade

O Programa de Integridade da **Ultrapar** tem como principais atribuições (i) garantir a padronização das estruturas de integridade de todos os negócios do portfólio; (ii) elaborar e revisar o Código de Ética e as demais políticas de integridade; (iii) realizar treinamentos e campanhas de comunicação para colaboradores e parceiros de negócio; (iv) avaliar a conformidade dos parceiros de negócio; e (v) gerenciar o Canal Aberto, ferramenta disponível a todos os *stakeholders* para consultas e registros de desvios.

A **Ipiranga** realizou mais de 50 rodas de conversa com o público interno e avançou na capacitação dos parceiros de negócio e terceiros críticos por meio de encontros e webinars, além de ações específicas através de calendário temático para os revendedores. A **Ultragaz** intensificou a comunicação com o público interno através das agendas de Contato Ético e instituiu ações dedicadas para as vendas, como o processo de *onboarding* de Integridade e a inclusão de treinamentos na plataforma de vendas da Ultragaz, com impacto em programas de premiação. A **Ultracargo** realizou rodas de conversa com o público interno, bate-papos com foco em gestão de riscos de integridade para a liderança, além de ações específicas na Semana da SIPAT abordando o tema de Prevenção e Combate ao Assédio e na Semana de Integridade, abordando o tema Ética Empresarial na Prática para os públicos administrativo e operacional.

Todos os documentos que compõem o Programa de Integridade foram revisados em 2024, incluindo o Código de Ética e as Políticas de Conflito de Interesses e Transações com Partes Relacionadas, Concorrencial e Anticorrupção. Com a aprovação das novas versões pelo Conselho de Administração, as novas versões do Código de Ética e da Política Anticorrupção serão lançadas em 2025. A Companhia também continuou organizando rodas de conversa para colaboradores, fornecedores e revendedores. Para os colaboradores, por exemplo, combate ao assédio, conflito de interesses, práticas anticorrupção e funcionamento do Canal Aberto foram alguns dos tópicos abordados nos encontros de 2024. Houve também rodas de conversa customizadas por área, que trataram sobre os riscos de integridade com maior probabilidade de ocorrência em cada departamento. Ao todo, foram mais de 100 rodas de conversa e mais de 3 mil pessoas impactadas.

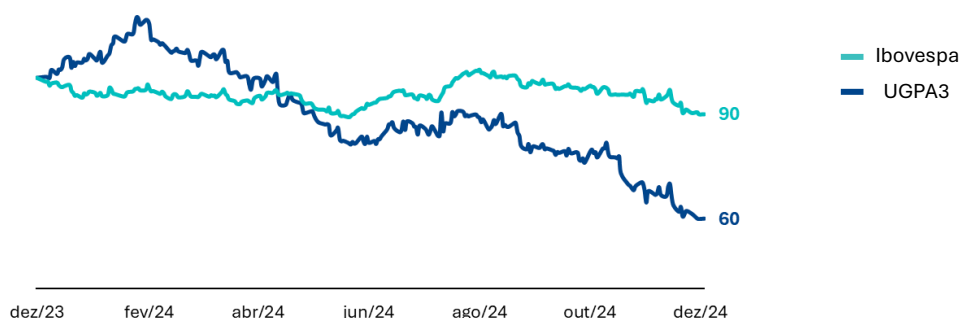
Em outra frente do Programa de Integridade, são realizadas as pesquisas reputacionais de terceiros de todos os negócios, incluindo organizações sociais que receberão apoio e patrocínio do Grupo Ultra. Em 2024 foram elaboradas mais de 9 mil análises.

O objetivo da Companhia é alcançar o mais alto nível de integridade da Matriz Hearts & Minds (nível generativo). No diagnóstico realizado em 2023, ela se manteve posicionada no nível proativo, o segundo mais avançado da matriz, evidenciando o forte comprometimento de líderes e colaboradores com o Programa de Integridade. Com o resultado, foi elaborado um plano de ação, com um conjunto de melhorias que já começaram a ser implementadas, ainda em 2024 e, através de avaliações conduzidas internamente com toda a liderança, foi possível observar um avanço em relação aos temas de cultura de integridade. Em 2026, uma nova pesquisa será realizada para avaliar a evolução destes temas.

Mercado de capitais

O volume financeiro médio negociado da Ultrapar, considerando as negociações ocorridas na B3 e na NYSE, foi de R\$ 159 milhões/dia em 2024 (+12% vs 2023). As ações da Ultrapar encerraram 2024 cotadas a R\$ 15,88 na B3, redução de 40% no ano, enquanto o índice Ibovespa depreciou 10%. Na NYSE, as ações da Ultrapar depreciaram 51%, enquanto o índice Dow Jones apreciou 13% no ano. A Ultrapar encerrou 2024 com valor de mercado de R\$18 bilhões.

Evolução UGPA3 x Ibovespa – 2024
(Base 100)



Fonte: Broadcast

Dividendos e juros sobre capital próprio

Histórico de dividendos		
Ano fiscal	Total distribuído (R\$ milhões)	Valor por ação (R\$)
2024	769	0,70
2023	713	0,65
2022 ¹	506	0,46
2021	404	0,37
2020	480	0,44

¹ R\$ 450 milhões (R\$ 396 milhões líquidos de IR) de juros sobre capital próprio e R\$ 110 milhões de dividendos

Em 2024, a Ultrapar declarou R\$ 769 milhões de dividendos, que representam um *payout* de 30% sobre o lucro líquido atribuível aos acionistas após reserva legal de 5% e *dividend yield* de 3% sobre o preço médio das ações.

Análise do desempenho financeiro de 2024

Ambiente econômico-operacional

Indicadores macroeconômicos ¹	2024	2023	2024 x 2023
PIB	3,5%	2,9%	0,6pp
Inflação (IPCA)	4,8%	4,6%	0,2pp
Taxa Selic acumulada	10,9%	13,0%	-2,1pp
Dólar médio (R\$/US\$)	5,39	5,00	8,0%
Petróleo Brent (US\$/barril)	81	83	-2%

¹ Fonte: Banco Central e Bloomberg; para o PIB de 2024, projeção Focus de 03/01/2025

O ano de 2024 foi caracterizado por volatilidade, com tensões geopolíticas continuando a influenciar o cenário mundial, com conflitos persistentes no Oriente Médio e na Ucrânia, além de novas disputas comerciais entre grandes potências. As políticas monetárias mantiveram-se restritivas em várias regiões, refletindo o cenário inflacionário e as políticas fiscais. A confiança dos consumidores e das empresas mostrou sinais de recuperação, embora ainda frágil.

Em 2024, a economia brasileira apresentou crescimento do PIB acima do esperado, impulsionado pelo consumo doméstico. A inflação continuou a ser um desafio, levando o Banco Central a aumentar a taxa SELIC para 12,25% ao ano. Além disso, desafios fiscais permaneceram como uma fonte de instabilidade e preocupação e, junto a maiores taxas de juros nos Estados Unidos, contribuíram para a depreciação do Real frente ao dólar. O PIB de 2024 deve registrar crescimento próximo a 3,5%, segundo relatório Focus de 03/01/2025.

O mercado de distribuição de combustíveis (gasolina, etanol e diesel) apresentou crescimento no volume de 4% em relação a 2023, com aumento de 6% no ciclo Otto e 3% no diesel, segundo dados da ANP. O volume do ciclo Otto e diesel foram favorecidos pela maior competitividade do etanol e pelo melhor desempenho da economia. Durante o primeiro semestre de 2024 observou-se uma intensificação de práticas irregulares, principalmente de benefícios fiscais concedidos no Amapá, revogados em abril de 2024, e aumento da importação de nafta, que ingressa no país como insumo para a indústria química com carga tributária menor, mas acaba sendo também vendida como gasolina sem o recolhimento da totalidade dos tributos. No segundo semestre houve uma redução de irregularidades no Ciclo Otto, porém ocorreu um aumento das irregularidades no Diesel devido à não mistura do biodiesel conforme mandato.

No mercado de GLP, o volume total apresentou crescimento de 2% em comparação a 2023, conforme dados da ANP, decorrente do aumento de 6% no segmento granel, impulsionado pelo crescimento econômico do país, e de 1% no segmento envasado.

Em 2024, o setor de armazenagem de grânéis líquidos em terminais independentes cresceu 3% em comparação a 2023, segundo dados da ABTL. Esse crescimento foi impulsionado principalmente pelo aumento de 6% nas movimentações de combustíveis, principalmente na cabotagem de combustíveis e o aumento da movimentação interna de combustíveis e álcoois em Suape. Apesar da queda das importações de derivados ao longo do ano, a menor participação da Petrobras na movimentação nacional favoreceu o setor de terminais independentes.

Considerações sobre as informações financeiras e operacionais

As informações financeiras apresentadas neste documento foram extraídas das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro – “*International Financial Reporting Standards*” (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). O resultado da Hidrovias é contabilizado com uma defasagem de competência de dois meses, impactando o resultado por equivalência patrimonial a partir de julho de 2024. As informações da Ipiranga, Ultragaz e Ultracargo são apresentadas sem eliminação de transações realizadas entre segmentos. Portanto, a soma de tais informações podem não corresponder às informações consolidadas da Ultrapar. Adicionalmente, as informações financeiras e operacionais são sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem.

As informações denominadas EBIT (Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – LAJIR), EBITDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização – LAJIDA), EBITDA Ajustado e EBITDA Ajustado recorrente estão apresentadas de acordo com a Resolução 156 emitida pela CVM em 23 de junho de 2022.

O EBITDA Ajustado considera ajustes de transações usuais dos negócios que impactam o resultado, mas que não têm potencial de geração de caixa, tais como a amortização da bonificação de clientes, amortização de mais e menos valia de coligadas e pelo efeito da marcação a mercado de contratos futuros de energia. Em relação ao EBITDA Ajustado recorrente, a Companhia exclui itens excepcionais ou não recorrentes, proporcionando uma visão mais precisa e consistente do seu desempenho operacional, evitando distorções causadas por eventos únicos/extraordinários, sejam eles positivos ou negativos.

Ipiranga

O volume de vendas da Ipiranga totalizou 23.570 mil m³ em 2024, 2% maior quando comparado com 2023, com crescimento de 5% no ciclo Otto, com maior participação do etanol em detrimento da gasolina no mix de produtos, e queda de 1% no diesel, principalmente nos mercados spot.

A receita líquida foi de R\$ 121.336 milhões (+6% vs 2023), devido ao repasse de aumentos de custo de combustíveis e ao maior volume de vendas. O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 114.730 milhões (+6% vs 2023), fruto dos maiores custos dos combustíveis e do maior volume de vendas, parcialmente compensados pelo maior registro de créditos fiscais extraordinários.

As despesas gerais, administrativas e de vendas totalizaram R\$ 3.019 milhões (+3% vs 2023), em função de maiores despesas com pessoal (dissídio), contratos de prestação de serviço de tecnologia e despesas pontuais com a mudança dos escritórios do Rio de Janeiro e São Paulo, parcialmente compensados por menores despesas com contingências e despesas pontuais relacionadas à conclusão do processo de depuração da rede legada em 2023.

A linha de outros resultados operacionais registrou R\$ 513 milhões negativos, melhora de R\$ 145 milhões em relação a 2023, principalmente em função de menores despesas com CBios, em linha com os preços dos CBios.

A linha de resultado na venda de bens totalizou R\$ 168 milhões (-2% vs 2023), decorrente principalmente do ganho de capital em 2023 referente à venda da base de Rondonópolis para a Ultracargo, parcialmente compensado principalmente pela maior venda de terrenos.

O EBITDA recorrente da Ipiranga totalizou R\$ 3.343 milhões em 2024 (-6% vs 2023), reflexo de menores margens (afetadas principalmente pelas irregularidades no setor e maior oferta de produtos) e maiores despesas, compensados pelo maior volume de vendas.

Ultragaz

O volume vendido da Ultragaz totalizou 1.747 kton em 2024, crescimento de 1% em relação a 2023, fruto do crescimento de 3% do segmento granel atenuado pela queda de 1% no envasado decorrente do ambiente comercial do segmento durante o primeiro semestre de 2024.

A receita líquida foi de R\$ 11.288 milhões (+6% vs 2023), em função do repasse de aumento de custo de GLP e maior volume de vendas. O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 8.895 milhões (+5% vs 2023), em função do aumento de custo de GLP, do maior volume de vendas e de maiores gastos com pessoal, parcialmente compensados pelo registro de créditos fiscais extraordinários e do efeito da marcação a mercado dos contratos futuros de energia.

As despesas gerais, administrativas e de vendas totalizaram R\$ 951 milhões (+3% vs 2023), reflexo de maiores despesas com pessoal (fruto principalmente de dissídio e dos novos negócios adquiridos), atenuadas por menores despesas com comissionamento de vendas.

A linha de outros resultados operacionais totalizou R\$ 83 milhões em 2024, comparada a um total de R\$ 20 milhões em 2023, devido principalmente ao efeito da baixa de R\$ 54 milhões no *earnout* a pagar referente à aquisição de Stella.

A Ultragaz registrou EBITDA recorrente de R\$ 1.687 milhões em 2024 (+2% vs 2023), em função do maior volume de vendas, melhor mix de vendas e repasse dos efeitos inflacionários, apesar dos maiores custos e despesas,

Ultracargo

A capacidade estática média da Ultracargo foi de 1.067 mil m³ em 2024 (+6% vs 2023). Já o m³ faturado totalizou 17.143 mil m³ (+9% vs 2023), fruto do início das operações em Opla e Rondonópolis e da maior movimentação de combustíveis em Vila do Conde.

A receita líquida foi de R\$ 1.076 milhões (+6% vs 2023), reflexo do maior m³ faturado, apesar de menores vendas *spot*.

O custo dos serviços prestados totalizou R\$ 387 milhões (+9% vs 2023), devido ao maior m³ faturado e maiores gastos com depreciação, em linha com o aumento de capacidade.

As despesas gerais, administrativas e de vendas totalizaram R\$ 187 milhões (+5% vs 2023), decorrente de maiores despesas com pessoal (principalmente remuneração variável e dissídio) e assessorias para expansão.

A linha de outros resultados operacionais totalizou R\$ 14 milhões em 2024, comparada a um total de R\$ 2 milhões em 2023, devido principalmente ao efeito de receitas de indenização de clientes e fornecedores em 2024.

A linha de equivalência patrimonial totalizou R\$ 3 milhões em 2024 (-73% vs 2023) devido principalmente ao ganho com a desmobilização da União Vopak em 2023.

A Ultracargo registrou EBITDA de R\$ 668 milhões em 2024 (+6% vs 2023), reflexo do maior m³ faturado, de maiores tarifas *spot* e de reajustes contratuais, apesar de maiores custos e despesas.

Ultrapar

ULTRAPAR - Demonstração do resultado		R\$ milhões	
	2024	2023	Δ (%) 2024 v 2023
Receita líquida de vendas e serviços	133.499	126.049	6%
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(123.812)	(116.730)	6%
Lucro bruto	9.687	9.318	4%
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas e comerciais	(2.500)	(2.253)	11%
Gerais e administrativas	(1.872)	(2.018)	-7%
Resultado na venda de bens	172	122	41%
Outros resultados operacionais, líquidos	(414)	(603)	31%
Lucro operacional	5.073	4.566	11%
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	881	881	0%
Despesas financeiras	(1.813)	(1.880)	-4%
Equivalência patrimonial	(130)	12	n/a
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.012	3.579	12%
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	(1.125)	(1.396)	-19%
Diferido	(361)	335	-208%
Lucro líquido	2.526	2.518	0%
Lucro atribuível a:			
Acionistas da Ultrapar	2.363	2.440	-3%
Acionistas não controladores de controladas	163	78	109%
EBITDA	6.117	5.724	7%
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	555	607	-9%
Amortização de mais valia coligadas	2	-	n/a
MTM de contratos futuros de energia	(64)	-	-
EBITDA Ajustado	6.610	6.332	4%
Ipiranga ¹	4.445	4.298	3%
Ultragaz	1.817	1.648	10%
Ultracargo	668	631	6%
Hidrovias ²	(95)	-	n/a
Holding e demais empresas ¹			
Holding	(195)	(209)	7%
Demais empresas	(31)	(1)	n/a
Despesas/provisões extraordinárias e ajustes pós-fechamento das vendas da Oxiten e da Extrafarma	2	24	-93%
Eliminação da venda da base de Rondonópolis	-	(59)	n/a
Efeitos não recorrentes que afetaram EBITDA			
(-) Resultado na venda de bens (Ipiranga)	(168)	(169)	-1%
(-) Créditos e provisões (Ipiranga)	(934)	(583)	60%
(-) Earnout Stella (Ultragaz)	(54)	-	n/a
(-) Créditos e provisões (Ultragaz)	(76)	-	n/a
(-) Despesas/provisões extraordinárias e ajustes pós-fechamento das vendas da Oxiten e da Extrafarma	(2)	(24)	93%
(+) Eliminação da venda da base de Rondonópolis	-	59	n/a
EBITDA Ajustado recorrente	5.377	5.615	-4%
Ipiranga ¹	3.343	3.546	-6%
Ultragaz	1.687	1.648	2%
Ultracargo	668	631	6%
Hidrovias ²	(95)	-	n/a
Holding e demais empresas ¹			
Holding	(195)	(209)	7%
Demais empresas	(31)	(1)	n/a
Depreciação e amortização³	1.731	1.754	-1%

¹ Saldos anteriores a 2024 reapresentados entre os segmentos Ipiranga e demais empresas, refletindo a nova estrutura organizacional do KMV (antigo abastece ai)

² Valores referentes a equivalência patrimonial da participação da Hidrovias

³ Inclui amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade

A Ultrapar registrou receita líquida de R\$ 133.499 milhões (+6% vs 2023), reflexo principalmente do maior faturamento da Ipiranga e da Ultragaz. O custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados foi de R\$ 123.812 milhões (+6% vs 2023), devido aos aumentos de custos da Ipiranga e da Ultragaz. O lucro bruto, portanto, totalizou R\$ 9.687 milhões (+4% vs 2023).

As despesas gerais, administrativas e de vendas totalizaram R\$ 4.372 milhões (+2% vs 2023), fruto principalmente do impacto inflacionário e dissídio sobre despesas de pessoal.

A linha de outros resultados operacionais registrou R\$ 414 milhões negativos, melhora de R\$ 189 milhões em relação a 2023, decorrente principalmente de menores gastos com CBios na Ipiranga e do efeito da redução de R\$ 54 milhões no *earnout* a pagar devido à aquisição de Stella na Ultragaz.

A linha de resultado na venda de bens totalizou R\$ 172 milhões (+41% vs 2023), fruto principalmente da maior venda de terrenos e outros ativos pela Ipiranga.

O EBITDA Ajustado recorrente da Ultrapar totalizou R\$ 5.377 milhões (-4% vs 2023), em função principalmente do menor EBITDA de Ipiranga e do efeito da equivalência patrimonial de Hidrovias, atenuada pelo maior EBITDA da Ultragaz e Ultracargo.

O total de custos e despesas com depreciação e amortização foi de R\$ 1.731 milhões (-1% vs 2023), decorrente de menores amortizações de bonificações na Ipiranga, parcialmente compensadas por maiores investimentos realizados nos últimos doze meses.

A Ultrapar apresentou despesa financeira líquida de R\$ 932 milhões, comparado a um total de R\$ 999 milhões em 2023, reflexo do efeito positivo da redução custo da dívida líquida e do efeito da redução do bônus de subscrição, parcialmente compensados pela marcação a mercado de derivativos.

O lucro líquido da Ultrapar totalizou R\$ 2.526 milhões, estável em relação a 2023.

Resultado da Holding e demais empresas

A Ultrapar registrou um resultado negativo de R\$ 224 milhões em 2024 (vs R\$ 211 milhões negativos em 2023), composto de (i) R\$ 195 milhões de resultado negativo com a Holding e (ii) R\$ 31 milhões de EBITDA negativo nas demais empresas, e (iii) provisões pontuais positivas de R\$ 2 milhões relacionadas aos desinvestimentos de Oxiten e Extrafarma.

Equivalência Patrimonial Hidrovias

A Ultrapar registrou resultado negativo de R\$ 95 milhões em 2024, referente à participação da Companhia no prejuízo registrado pela Hidrovias, decorrente principalmente do impacto negativo da crise hídrica na operação e maiores despesas financeiras.

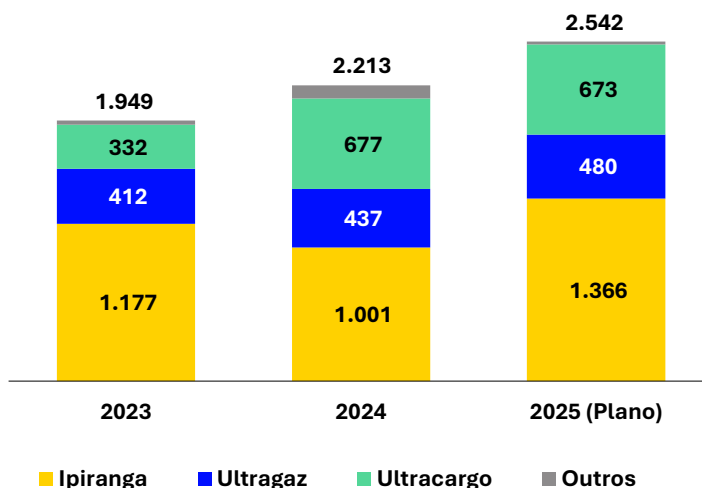
Endividamento

A Ultrapar encerrou o ano de 2024 com dívida líquida total de R\$ 7.756 milhões (1,4x EBITDA Ajustado LTM¹) em comparação a R\$ 6.121 milhões em 31 de dezembro de 2023 (1,1x EBITDA Ajustado LTM¹). O aumento do endividamento líquido se deve principalmente a R\$ 1,8 bilhão da aquisição relevante na Hidrovias e ao programa de recompra, parcialmente compensados pelo recebimento da última parcela da venda da Oxiten de R\$ 755 milhões e da Extrafarma de R\$ 221 milhões. O aumento da alavancagem financeira é reflexo do aumento da dívida líquida e do menor EBITDA.

¹ EBITDA LTM Ajustado não inclui ajustes de fechamento com a venda da Extrafarma e créditos fiscais extraordinários

Investimentos

Investimentos orgânicos por negócio – R\$ milhões



Saldos anteriores a 2024 reapresentados entre os segmentos Ipiranga e demais empresas, refletindo a nova estrutura organizacional do KMV (antigo abastece ai)

Em 2024, a Ultrapar investiu R\$ 2.213 milhões, dos quais R\$ 1.304 milhões (59%) foram destinados para expansão de seus negócios e R\$ 909 milhões para manutenção e outros investimentos. O aumento de 14% em relação ao montante investido em 2023, é explicado principalmente por maiores investimentos na Ultracargo.

A Ipiranga investiu R\$ 1.001 milhões em 2024, principalmente direcionados à ampliação e manutenção das redes de postos e franquias e à infraestrutura logística, além de investimentos para evolução da plataforma de tecnologia da empresa. Do total investido, R\$ 259 milhões referem-se a imobilizações e adições ao intangível, R\$ 632 milhões a ativos de contratos com clientes (direitos de exclusividade) e R\$ 110 milhões a liberações de financiamentos a clientes e antecipações de aluguel, líquidas de recebimentos.

Na Ultragaz, foram investidos R\$ 437 milhões em 2024, direcionados principalmente às instalações em novos clientes no segmento granel, à aquisição e reposição de vasilhames, à expansão em novas energias e à manutenção das operações existentes.

Na Ultracargo, os investimentos totalizaram R\$ 677 milhões em 2024, direcionados principalmente aos projetos de construção ou expansão dos terminais de Palmeirante, Opla, Itaqui, Santos e Rondonópolis e pagamento das outorgas de Vila do Conde e Itaqui, além de investimentos para maior eficiência, manutenção e segurança operacional dos terminais.

Relacionamento com auditores independentes

A Companhia possui política de contratação de serviços que podem ser prestados pelos auditores independentes para evitar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade nos serviços de auditoria de suas demonstrações financeiras.

Em atendimento à Resolução CVM 162/22, informamos que durante o exercício de 2024 não contratamos nossos auditores independentes para trabalhos diversos à auditoria das demonstrações financeiras.

A Deloitte iniciou seus serviços de auditoria externa para a Ultrapar em 2022.

ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.
Companhia Aberta

CNPJ nº 33.256.439/0001- 39

NIRE 35.300.109.724

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Ultrapar Participações S.A. ("Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, declara que examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras (controladora e consolidado) elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de fevereiro de 2025.

Com base nos exames efetuados e considerando o relatório, sem ênfases ou ressalvas, apresentado pelos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda, datado de 26 de fevereiro de 2025, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal manifesta seu entendimento de que as demonstrações refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e opina que os referidos documentos, bem como a proposta da destinação de lucro líquido do exercício, incluindo a distribuição de dividendos, estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada oportunamente, dentro do prazo legal.

Flávio Cesar Maia Luz

Élcio Arsenio Mattioli

Marcelo Gonçalves Farinha

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS

ATRIBUIÇÕES DO COMITÊ

O Comitê de Auditoria e Riscos da Ultrapar (“Comitê”) é órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio, de caráter permanente, submetido à legislação e à regulamentação aplicável, ao Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, o Estatuto Social da Companhia e seu Regimento Interno (“Regimento”).

Conforme o Regimento, o objetivo do Comitê é assessorar o Conselho de Administração na supervisão (1) da integridade e qualidade das demonstrações financeiras da Companhia, (2) da conformidade da Companhia com requisitos legais e regulatórios, (3) das qualificações e independência do auditor independente, e (4) do desempenho das funções de auditoria interna da Companhia e dos auditores independentes, e (5) da gestão de riscos.

Atualmente, o Comitê é composto por três membros independentes do Conselho de Administração, sendo um o coordenador do Comitê.

O Comitê opina sobre a contratação e destituição dos auditores independentes e assessora o Conselho de Administração na supervisão de suas atividades, qualificações e independência, avaliando e aprovando previamente a prestação de serviços permitidos pela legislação que não sejam relacionados à auditoria. A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (“Deloitte”) é a empresa atualmente responsável pela auditoria anual das demonstrações financeiras, pelas suas revisões trimestrais e pela avaliação da estrutura de controles internos aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras, de forma a atender às normas da CVM - Comissão de Valores Imobiliários, B3 – Brasil, Bolsa, Balcão no Brasil e da SEC – Security Exchange Commission e NYSE – New York Stock Exchange nos Estados Unidos da América, inclusive no tocante ao cumprimento do requerido no *Sarbanes-Oxley Act* (“SOX”). O Comitê é responsável por revisar, em conjunto com os auditores independentes, a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras, reportando os temas relevantes ao Conselho de Administração.

Cabe ao Comitê acompanhar as atividades da Diretoria de Riscos, Integridade e Auditoria, avaliando a sua estrutura, procedimentos e efetividade da auditoria interna, revisando em conjunto com o Conselho de Administração o seu desempenho e eventuais recomendações para melhorias dos processos da Companhia.

Adicionalmente, o Comitê de Auditoria e Riscos monitora as exposições de riscos identificadas pela Diretoria da Companhia, nos termos da Política Corporativa de Gerenciamento de Riscos, manifestando-se sobre revisões de seu conteúdo e assessorando o Conselho de Administração na definição dos níveis aceitáveis de riscos estratégicos.

O Comitê deve, também, assegurar que a Companhia possua meios específicos para recepção e tratamento confidencial de informações e denúncias acerca do descumprimento de dispositivos legais, estatutários, Código de Ética e demais políticas e normativos internos aplicados a seus colaboradores e demais stakeholders.

Anualmente, o Comitê prepara o presente relatório de atividades, que é encaminhado ao Conselho de Administração e divulgado pela Companhia ao mercado. Periodicamente, os membros do Comitê realizam sua autoavaliação e discutem os resultados e eventuais pontos de melhoria.

Nos últimos doze meses, o Comitê de Auditoria e Riscos reuniu-se sete vezes. Nesse período, foi facultado ao Comitê o livre acesso a todos os órgãos de governança da Companhia, bem como a todos os seus executivos e, sempre que necessário, foi solicitada a presença de representantes dos auditores externos em suas reuniões.

ATIVIDADES DO COMITÊ

Audidores Independentes

- Verificação da qualificação e independência da equipe de auditores externos.
- Análise e aprovação do planejamento anual dos trabalhos de auditoria e autorizações de serviços adicionais não conflitantes com a auditoria.
- Discussão e recomendação sobre os honorários dos auditores independentes.
- Reuniões periódicas de trabalho e sessões reservadas com os auditores independentes.

Demonstrações Financeiras

- Acompanhamento do ambiente dos controles internos voltados à elaboração das demonstrações financeiras, juntamente com as auditorias externa e interna.
- Análise da carta de controles internos emitida pelos auditores independentes do último exercício com recomendações de melhorias e discussão com a administração acerca dos planos de ação para endereçamento dos pontos identificados.
- Avaliação da adequação das práticas contábeis e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.
- Análise e discussão do contencioso fiscal, cível e trabalhista da Companhia e suas controladas.
- Revisões trimestrais das demonstrações financeiras intermediárias em conjunto com a administração da Companhia e os auditores independentes.
- Revisão das demonstrações financeiras anuais auditadas, relatório da administração e relatório dos auditores independentes, com a presença dos representantes da Companhia e da Deloitte para a apresentação e discussão sobre os principais assuntos de auditoria e demais temas relevantes à qualidade e integridade das referidas demonstrações financeiras.
- Análise e discussão sobre os principais pontos relativos ao formulário 20-F.

Auditoria Interna

- Avaliação e aprovação do planejamento anual dos trabalhos de auditoria interna.
- Acompanhamento dos resultados referentes aos trabalhos de auditoria interna realizados e dos eventuais planos de ação visando o endereçamento das recomendações apresentadas.
- Acompanhamento de testes de controles internos para fins de certificação SOX.
- Acompanhamento das remediações das deficiências identificadas pelas auditorias no último exercício.

Gestão Integrada de Riscos

- Análise das atualizações dos riscos da Matriz Sistêmica de Riscos, periodicamente elaboradas pelas áreas de negócios da Companhia e monitoradas pela Diretoria de Riscos, Integridade e Auditoria.

Conformidade

- Acompanhamento da quantidade, distribuição e tipologia dos relatos recebidos pelo Canal Aberto Ultra.
- Análise e discussão sobre os indicadores das apurações internas realizadas e medidas adotadas para o encaminhamento dos pontos identificados.
- Acompanhamento das ações do Programa de Integridade da Companhia.

Governança

- Reporte das atividades do Comitê de Auditoria e Riscos nas reuniões do Conselho de Administração.
- Elaboração do calendário e da pauta temática de atividades do Comitê.
- Aprovação do orçamento anual do Comitê.
- Elaboração e encaminhamento ao Conselho de Administração do Relatório Anual do Comitê de Auditoria e Riscos.

CONCLUSÃO DO RELATÓRIO

Considerando as responsabilidades do Comitê de Auditoria e Riscos, descritas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do Comitê, com as limitações naturais do alcance de sua atuação nas atividades desenvolvidas, o Comitê expressa a seguinte opinião:

- As informações fornecidas pela administração e pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foram adequadas para as recomendações deste Comitê, não tendo sido identificadas divergências entre as equipes ou perda de independência dos referidos auditores.
- A cobertura e qualidade dos trabalhos da auditoria interna são satisfatórios e realizados com apropriada isenção.
- O ambiente de controles internos, as políticas de conformidade e a gestão integrada de riscos são coerentes com a estrutura, porte e complexidade da Companhia.

Com base nos trabalhos e análises efetuados e no relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, o Comitê de Auditoria e Riscos recomenda ao Conselho de Administração o encaminhamento do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Ultrapar S.A. relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 à Assembleia Geral, para a sua apreciação.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025

José Maurício Pereira Coelho
Coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos

Ana Paula Vitali Janes Vescovi
Marcelo Faria de Lima
Membros do Comitê de Auditoria e Riscos



Declaração

Em atendimento ao artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Resolução CVM nº 80/2022, os Diretores da Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar"), abaixo assinados, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Ultrapar referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025.

DocuSigned by:

D70081F051804C0...

Marcos Marinho Lutz - Diretor Presidente

DocuSigned by:

78631B573DCA4AD...

Rodrigo de Almeida Pizzinatto - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

DocuSigned by:

92D6EC10E6F049D...

Décio de Sampaio Amaral - Diretor

DocuSigned by:

E37B4BC02F7D422...

Leonardo Remião Linden - Diretor

DocuSigned by:

51E767EF3911414...

Tabajara Bertelli Costa - Diretor